



SEPLAN

SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



GOVERNO DO
ESTADO DE GOIÁS

Desenvolvimento com Responsabilidade

CONJUNTURA ECONÔMICA GOIANA

Boletim Trimestral

11

Setembro - 2009

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS

Alcides Rodrigues Filho

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO

Oton Nascimento Júnior

CHEFE DE GABINETE

Eduardo Rios Cardoso

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO

Lillian Maria Silva Prado

CONSELHO EDITORIAL

Júlio Alfredo Rosa Paschoal

Eduiges Romanatto

Lillian Maria Silva Prado

Paulo Borges Campos Jr.

COORDENAÇÃO

Marcos Fernando Arriel

EQUIPE TÉCNICA

Alex Salvino Dias

Dinamar Maria Ferreira Marques

Lillian Maria Silva Prado

Marcos Fernando Arriel

Capa e Diagramação

Alex Salvino Dias

Publicação via web

Oscar Martins Ribeiro Neto

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento.

Conjuntura Econômica Goiana, n. 11 (2004-).

Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, 2009. 69 p. ; il.

Trimestral

ISSN 1807-4871

CDU : 338



SEPLAN

SECRETARIA
DO PLANEJAMENTO
E DESENVOLVIMENTO



GOVERNO DO
ESTADO DE GOIÁS

Desenvolvimento com Responsabilidade



Sepin
Superintendência de Estatística
Pesquisa e Informação

Praça Dr. Pedro Ludovico Teixeira nº3 Centro

CEP 74.003-010 – Goiânia – Goiás

Tel: (62) 3201-7878

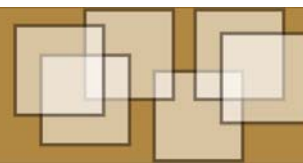
Internet: www.seplan.go.gov.br/sepim

e-mail: sepim@seplan.go.gov.br



Sumário

<i>Apresentação</i>	<i>2</i>
<i>Economia Goiana – Primeiro Semestre de 2009</i>	<i>3</i>
<i>Principais Características Socioeconômicas de Goiás conforme PNAD 2007</i>	<i>18</i>
<i>Mensuração e Análise do Risco de Base da Arroba do Boi Gordo no Estado de Goiás..</i>	<i>27</i>
<i>Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Calçados Goiânia – Goianira</i>	<i>37</i>
<i>Feira Artesanal de Alexânia: Um Modo Singular de Comércio</i>	<i>47</i>
<i>Um Índice de Avaliação de Políticas Públicas da Rede Estadual de Educação de Goiás</i>	<i>55</i>
<i>Capital Humano e Desenvolvimento do Agronegócio no Sudoeste de Goiás</i>	<i>65</i>





Apresentação

A Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento, através de sua Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação (Sepin), coloca à disposição do leitor a 11ª edição do boletim trimestral Conjuntura Econômica Goiana. Esta edição apresenta seis artigos, além da análise de conjuntura econômica do 1º semestre de 2009. Os artigos que compõem a edição são fruto das valiosas contribuições de nossos parceiros nesse projeto e versam sobre variados assuntos de interesse para o enriquecimento do conhecimento sobre o Estado, como: Principais Características Socioeconômicas de Goiás conforme PNAD 2007, Mensuração e Análise do Risco de Base da Arroba do Boi Gordo no Estado de Goiás, Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Calçados, Goiânia - Goianira, Feira Artesanal de Alexânia: Um modo Singular de Comércio, Um Índice de Avaliação de Políticas Públicas da Rede Estadual de Educação e Implicações do Capital humano ao Desenvolvimento do Agronegócio no Sudoeste de Goiás.

Agradecimentos aos membros do Conselho Editorial pelo comprometimento, dedicação, sobretudo, pelas expressivas e valiosas contribuições para melhoria da referida publicação.

Economia Goiana – Primeiro Semestre de 2009

Equipe de Conjuntura – Seplan¹

No final do primeiro semestre de 2009 a economia brasileira continuou sofrendo os efeitos da crise financeira internacional, mas foram notados alguns sinais que apontam para o início de uma recuperação, levando a crer que o pior da crise tenha ficado para trás.

Desde o final do ano de 2008, a economia brasileira vem sofrendo reflexo da crise financeira mundial, através da queda abrupta da demanda externa que, associada à interrupção do crédito às operações de comércio exterior, atingiu o setor exportador da indústria.

Enquanto a produção industrial vinha registrando quedas, os setores ligados ao consumo de bens e serviços mostraram-se mais resistentes, inclusive com taxas de crescimento positivas. Este fato pode ser explicado por uma série de fatores, entre os quais a continuidade do crescimento da massa salarial e a implementação de políticas anticíclicas por parte do governo federal (redução do IPI para automóveis, eletrodomésticos e material de construção). Pelo lado da política monetária, o governo implementou uma série de medidas visando restaurar a liquidez da economia.

Neste contexto, a economia goiana também sofreu a influência da crise financeira internacional neste primeiro semestre, mas os indicadores conjunturais mostraram resultados melhores do que a média nacional. Os indicadores que mais chamaram a atenção foram a geração de empregos formais, que segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, Goiás foi o Estado

que apresentou o terceiro melhor resultado entre todas as outras Unidades da Federação e a produção da indústria de transformação, que segundo o IBGE, o estado foi um dos menos afetado, graças ao seu perfil produtivo voltado para a indústria de alimentos.

Indústria

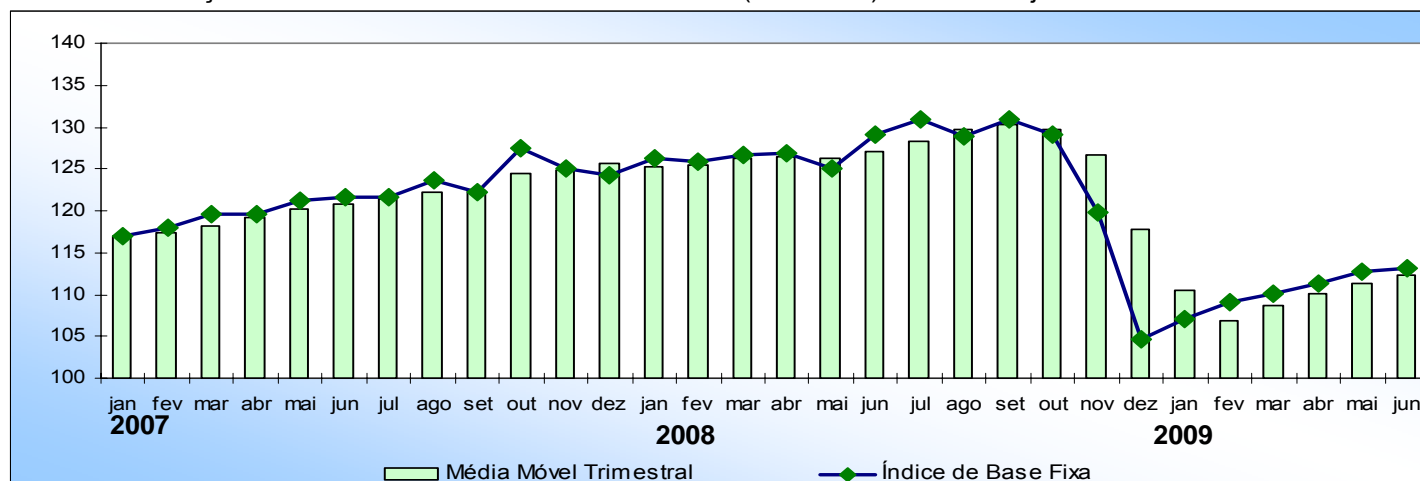
Frente ao primeiro semestre do ano passado, a crise econômica internacional levou a produção industrial a registrar no primeiro semestre de 2009 um recuo de 13,4%, pior desempenho desde o início da série histórica (1975), com vinte e quatro dos vinte e sete ramos pesquisados apontando queda na produção. Nos índices por categoria de uso todas mostraram queda na produção: bens de capital (-23,0%) registrou o maior recuo, seguido por bens de consumo duráveis (-19,1%) e bens intermediários (-15,8%), enquanto em bens de consumo semi e não duráveis (-3,1%) a redução foi menos intensa.

A produção industrial brasileira continua em um processo de ajuste positivo e permanece a perspectiva de que, no segundo semestre, a indústria entre numa trajetória de recuperação. A queda em bens de consumo chama atenção, pois está ligada ao desempenho do nível de emprego e do rendimento médio real da população brasileira, os quais têm se mantido relativamente estáveis.

O resultado da produção industrial de junho reforça os sinais de recuperação no ritmo da atividade fabril, que marca a sexta taxa consecutiva de acréscimo na série ajustada sazonalmente. Tudo leva a crer que a indústria está reagindo positivamente, apoiada principalmente na demanda interna. Há sinais de que a indústria está se

¹Dinamar Maria Ferreira Marques, Eduiges Romanatto, Lucelena de Fátima Melo, Maria de Fátima Mendonça Faleiro Rocha e Marcos Fernando Arriel

Gráfico 1: Produção Industrial – Brasil – Índices de Base Fixa (2002=100) Série com Ajuste Sazonal



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

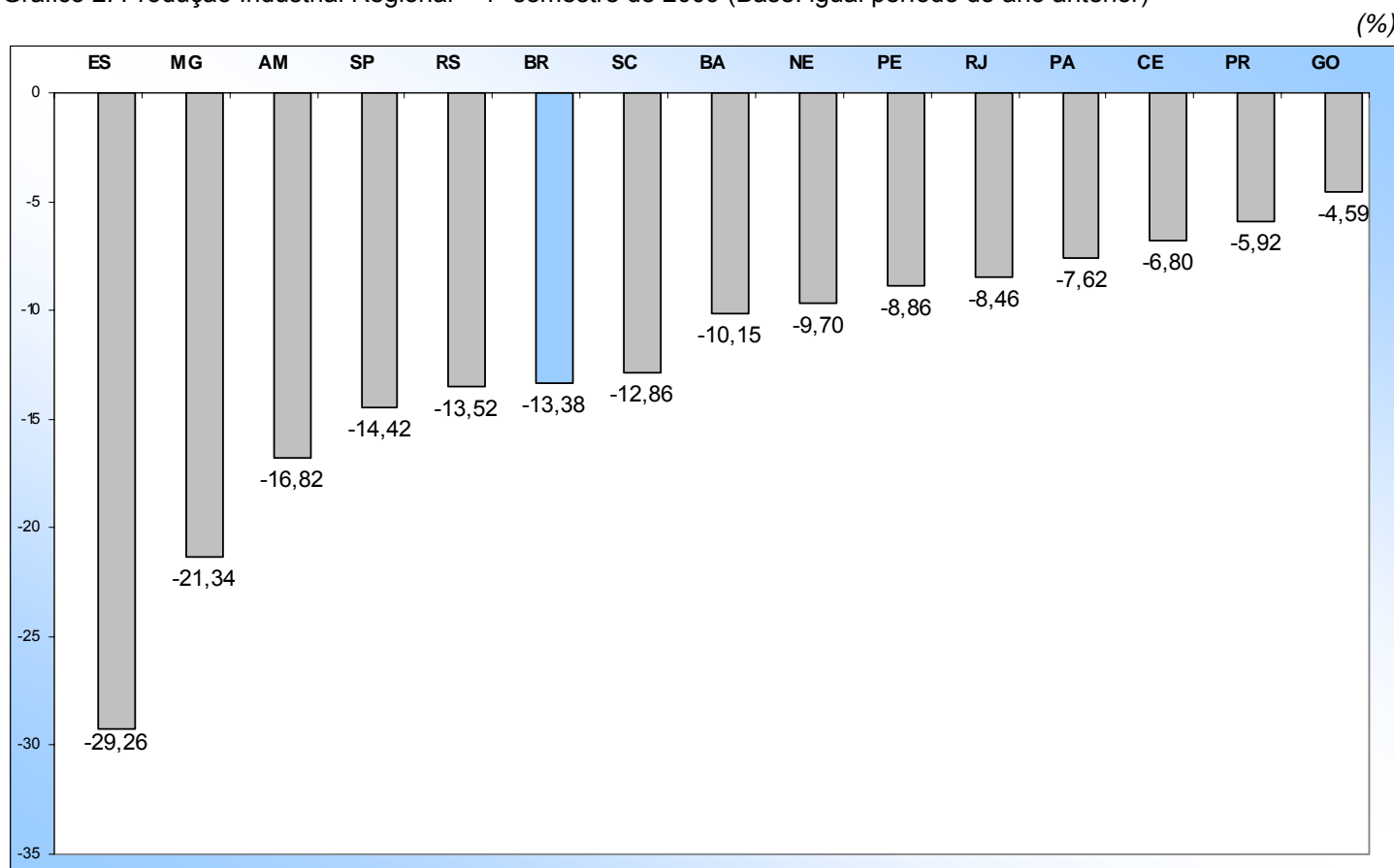
ajustando, o que deve abrir caminho para uma recuperação em ritmo que poderá ser mais forte no segundo semestre deste ano. As medidas anticíclicas recém-anunciadas pelo governo – prorrogação da desoneração de impostos para automóveis, motos, linha branca, material de construção e caminhões, farinha de trigo e pão e a redução de imposto para bens de capital, e, sobretudo, a redução do custo dos financiamentos do BNDES para a compra de máquinas e equipamentos – devem favorecer essa reação da indústria.

Em síntese, observa-se que o setor industrial como um todo cresceu ao longo de 2009, com o resultado de junho contribuindo para a ampliação no ritmo de produção. No segundo trimestre do ano, série com ajuste sazonal, observa-se avanço de 3,4% frente ao primeiro, revertendo as taxas negativas observadas nos dois trimestres anteriores (-9,5% no quarto trimestre de 2008 e -7,8% no primeiro trimestre de 2009). Esse movimento tem em bens de consumo duráveis sua área de maior dinamismo, expresso no ganho de 12,0% que o setor acumulou nos dois primeiros trimestres de 2009, desempenho influenciado principalmente pelos incentivos fiscais, a oferta de crédito e a manutenção da massa salarial. Vale destacar também os resultados positivos vindos de bens intermediários (3,4%) e bens de consumo semi e não duráveis (1,5%), que voltaram a crescer após dois trimestres de queda. A produção de bens de capital foi a única que não avançou nesse

mesmo período (-2,1%), mas assinalou acentuada redução no ritmo de queda em relação ao resultado do primeiro trimestre de 2009 (-18,5%).

Os resultados para o primeiro semestre de 2009 mostraram um quadro negativo para a produção industrial regional em todas as localidades. Resultado bastante diferente do primeiro semestre de 2008, com todas as localidades apresentando resultados positivos. A retração da atividade em nível nacional no fechamento do primeiro semestre de 2009 (-13,4%), com cinco localidades registrando recuos acima da média nacional. O destaque, em termos de magnitude da taxa, foi o Espírito Santo (-29,7%), seguido por Minas Gerais (-21,3%), Amazonas (-16,8%), São Paulo (-14,4%) e Rio Grande do Sul (-13,5%). No desempenho negativo destes locais confirma-se o menor dinamismo das exportações e dos setores produtores de bens de consumo duráveis (automóveis, telefones celulares, eletrodomésticos) e de bens de capital, confrontados com uma base elevada de comparação, quando a indústria nacional registrou 6,3% no fechamento do primeiro semestre de 2008. Os demais resultados negativos foram: Santa Catarina (-12,7%), Bahia (-10,2%), região Nordeste (-9,7%), Pernambuco (-8,9%), Rio de Janeiro (-8,5%), Pará (-7,6%), Ceará (-6,8%), Paraná (-5,9%) e Goiás (-4,6%).

Gráfico 2: Produção Industrial Regional – 1º semestre de 2009 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

Os dados da pesquisa industrial neste primeiro semestre de 2009 mostraram um quadro negativo em todas as localidades pesquisadas, sendo que algumas regiões foram mais afetadas pela crise, devido às características de suas estruturas industriais. Em linhas gerais, a produção em alguns estados começa a melhorar. O destaque na série com ajuste sazonal foi o comportamento das indústrias mineira, gaúcha e dos estados do Pará e Goiás, exportadores de commodities agrícolas e minerais. A queda de -2,0% na indústria paulista é preocupante, pois poderá comprometer os resultados da indústria do país no segundo semestre. A indústria de São Paulo tem participação relevante no parque industrial brasileiro e é um grande demandante de bens e serviços de outras regiões, ou seja, ela “puxa” fortemente outras atividades econômicas que não estão no seu próprio estado.

Tabela 1: Variação da Produção Industrial Com relação ao ano anterior 2008 e 2009

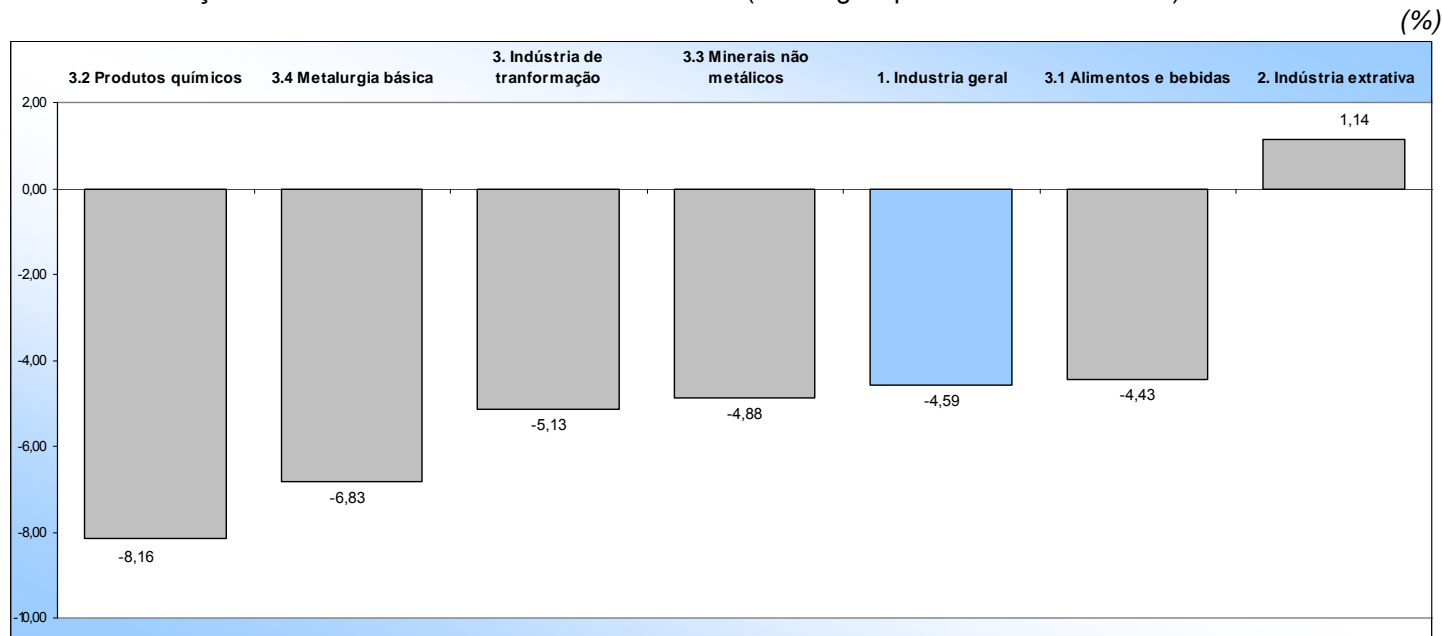
Locais	2008		2009	
	junho	1º semestre	junho	1º semestre
Brasil	6,50	6,30	-10,93	-13,38
Nordeste	-0,77	4,62	-3,21	-9,70
Amazonas	3,21	7,49	-11,75	-16,82
Pará	7,31	6,14	-4,27	-7,62
Ceará	3,96	2,95	-9,15	-6,80
Pernambuco	1,79	7,79	-5,31	-8,86
Bahia	-1,19	4,57	2,39	-10,15
Minas Gerais	6,09	6,57	-15,11	-21,34
Espírito Santo	11,39	16,12	-25,24	-29,26
Rio de Janeiro	4,23	2,28	-7,35	-8,46
São Paulo	9,76	9,61	-13,40	-14,42
Paraná	12,44	11,23	-16,53	-5,92
Santa Catarina	-2,03	1,26	-6,72	-12,86
Rio Grande do Sul	7,02	4,84	-9,59	-13,52
Goiás	18,51	11,94	1,14	-4,59

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

No fechamento do primeiro semestre do ano, o recuo de 4,6% foi influenciado em grande parte pelas retrações em quatro atividades. Nesta comparação, os principais destaques negativos foram alimentos e bebidas (-4,4%) e produtos químicos (-8,2%), em que sobressaíram os

decréscimos de leite em pó; e de adubos ou fertilizantes, respectivamente. Em sentido contrário, a extrativa mineral (1,1%) exerceu a única pressão positiva.

Gráfico 3: Produção Industrial – Goiás – 1º semestre de 2009 (Base: igual período do ano anterior)

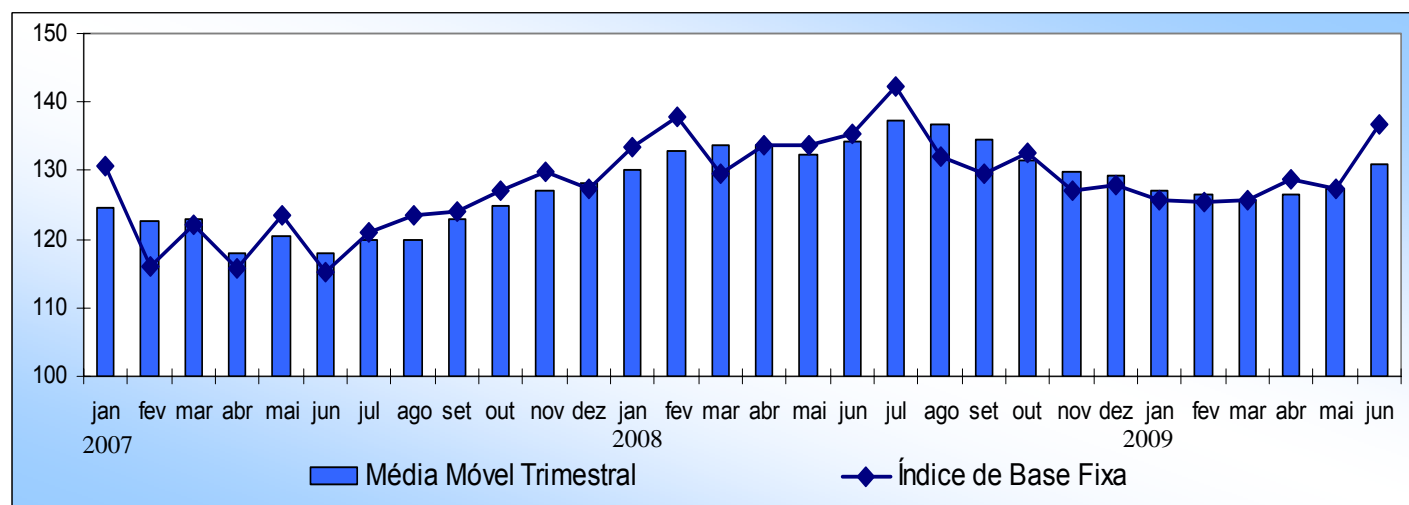


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

Na análise por trimestres, na passagem do primeiro (-6,9%) para o segundo trimestre de 2009 (-4,0%), ambas as comparações contra igual período do ano anterior, a indústria goiana reduziu significativamente a intensidade do ritmo de queda, contribuindo para este

movimento a recuperação da produção em produtos químicos, que passou de -31,3% para 20,5%, e em menor medida, metalurgia básica (de -16,5% para 2,6%).

Gráfico 4: Produção Industrial – Goiás – Índices de Base Fixa (2002=100) Série com Ajuste Sazonal



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria

A indústria goiana em junho começa dar sinais de recuperação, após cinco meses de quedas consecutivas, na comparação com junho de 2008. Na série com ajuste sazonal, saiu de uma queda de 1,0% em maio, para uma taxa positiva de 7,4%, sendo a segunda melhor taxa entre as localidades pesquisadas, ficando atrás somente do Pará que foi de 10,2%. Este desempenho da indústria goiana é justificado pela maior produção e beneficiamento de minérios, devido à recuperação da demanda nos mercados externos e interno. A atividade de produtos químicos teve uma variação bastante elevada, puxado pela queda do dólar, as indústrias do setor voltaram a importar. A moeda americana estava muito elevada inviabilizando a importação de matérias-primas, somados a isso as empresas do setor de medicamentos estão exportando mais.

Comércio Varejista

Os resultados do comércio varejista foram positivos no mês de junho com relação ao mesmo mês do ano anterior (3,8%). No semestre o crescimento foi de 2,2% em relação ao 1º semestre de 2008. Tanto no mês quanto no semestre o crescimento está abaixo da média nacional que foi de 5,6% e 4,4%, respectivamente. Nessas comparações, quanto à receita, no mês, no Estado de Goiás, houve um crescimento de 8,3% e de 7,7% no semestre. Essas taxas também são menores que a média nacional, 9,6% e 9,9%, respectivamente.

Também, no semestre, os setores com melhor desempenho foram os ligados ao consumo das famílias, quais sejam: “Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo” com crescimento de 11,5%, sendo que “Hipermercados e supermercados” foi de 11,3%, “Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos” (13,9%) e “Outros artigos de uso pessoal e doméstico” (27,1%).

No geral, o comércio apresentou tendência a partir do anúncio da “crise mundial” em outubro de 2008, conforme se pode visualizar no gráfico abaixo. Contudo,

esse efeito parece ter revertido em março de 2009, conforme média móvel de 3 meses que captura a tendência conjuntural. A tendência da receita acompanha as vendas, porém com elasticidade menor.

Gráfico 5: Variação do volume de vendas no comércio varejista de Goiás - média móvel

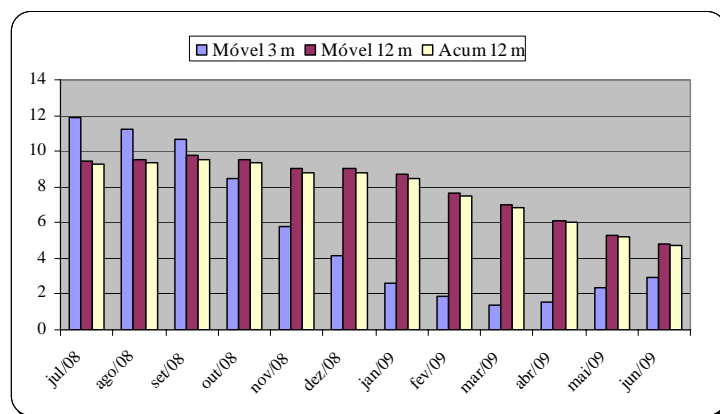
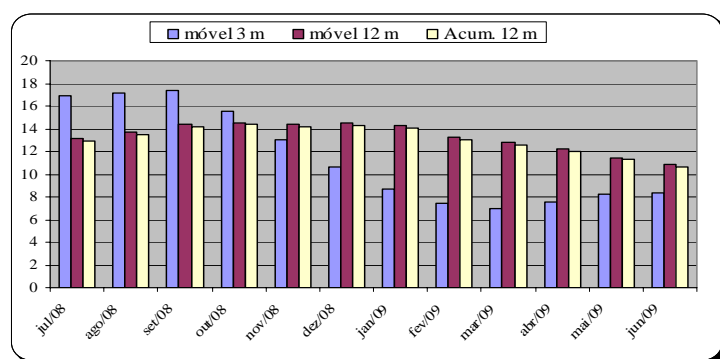


Gráfico 6: Variação da receita nominal de vendas no comércio varejista de Goiás - média móvel



Um segmento que apresentou um resultado negativo no semestre foi material de construção com queda de 13,9% sendo que a taxa se tornou negativa desde janeiro. O segmento “veículos, motocicletas, partes e peças” acumula crescimento de 3,4% no semestre, bem abaixo das taxas pré-crise que se situavam ao redor de 30%.

Tabela 2: Estado de Goiás e Brasil: Variação de volume de vendas no comércio varejista ampliado – junho e 1º semestre de 2009

Segmentos	Variação (%)			
	Brasil		Goiás	
	Junho	1º sem.	Junho	1º sem.
Comércio varejista geral	5,6	4,4	3,8	2,2
Combustíveis e Lubrificantes	-1,5	2,2	-12,1	-0,7
Hipermercados supermercados produtos alimentícios, bebidas e fumo	8,2	6,8	11,5	4,5
Hipermercados e Supermercados	8,1	6,6	11,3	4,4
Tecidos, vestuários e calçados	-1,0	-6,9	2,6	-2,7
Móveis e eletrodomésticos	-1,0	-2,3	-2,1	-3,9
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	12,5	11,8	13,9	11,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	4,5	8,6	-3,7	-1,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	22,3	16,7	0,2	-5,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	11,5	9,5	27,2	29,8
Veículos, motores, partes e peças*	20,8	5,3	15,3	3,4
Material de construção*	-7,8	-10,2	-12,3	-13,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

* Comércio varejista ampliado

Tabela 3: Estado de Goiás e Brasil: Variação da receita nominal de vendas no comércio varejista ampliado – junho e 1º semestre de 2009

Segmentos	Variação (%)			
	Brasil		Goiás	
	Junho	1º sem.	Junho	1º sem.
Comércio varejista geral	9,6	9,9	8,3	7,7
Combustíveis e Lubrificantes	-1,2	3,2	-3,0	5,6
Hipermercados supermercados produtos alimentícios bebidas e fumo	12,3	14,1	15,3	11,9
Hipermercados e Supermercados	12,1	13,9	15,1	11,8
Tecidos, vestuários e calçados	6,5	0,1	9,3	3,9
Móveis e eletrodomésticos	-1,2	-2,4	-3,5	-3,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos	19,9	18,0	23,8	18,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	8,6	12,1	0,8	2,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	16,2	9,4	-3,0	-11,2
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	21,9	19,1	34,6	36,4
Veículos, motores, partes e peças*	11,7	-0,5	5,5	-2,6
Material de construção*	2,6	1,7	-3,5	-3,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Serviços e Comércio.

* Comércio varejista ampliado

Comércio Exterior

A balança comercial goiana encerrou o primeiro semestre de 2009 com superávit de US\$ 626,264 milhões, 63,29% a mais que em 2008. As vendas externas foram de US\$ 1,778 bilhão, apesar de serem 1,89% menores que no mesmo período de 2008, isso foi reflexo da variação cambial e das cotações de commodities, já que o peso líquido cresceu 26,08 %. As exportações brasileiras apresentaram recuo de 22,83%. As compras no mercado internacional alcançaram US\$ 1,151 bilhão. A corrente de comércio, somatório das

exportações e importações, totalizou US\$ 2, 929 bilhões.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, nos primeiros seis meses de 2009, os principais municípios exportadores do Estado foram: Luziânia com US\$ 184,978 milhões, exportou principalmente grãos de soja, Alto Horizonte com US\$120,363 milhões, com destaque para sulfetos de minérios de cobre, Itumbiara exportou US\$ 83,135 milhões com destaque em grãos de soja e milho, Ouidor com US\$ 80,230 milhões em ferronióbio e

Palmeiras de Goiás com US\$ 70,693 milhões, exportou principalmente carne.

As principais empresas exportadoras no período foram: Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A Mineração, Caramuru Alimentos S/A, Bunge Alimentos S/A, Adm do Brasil Ltda., Mineração Maracá Indústria e Comércio S/A, Anglo American Brasil Ltda., Perdigão S/A, Perdigão Agroindustrial S/A, Minerva S/A e Bertin S/A.

De janeiro a junho de 2009, o principal item da pauta das exportações foi complexo soja, responsável por 49,15% (US\$ 873,831 milhões) do total exportado. Em segundo lugar ficou o complexo carne, responsável por 22,08% (US\$ 392,502 milhões). A expectativa das empresas é que a demanda por alimentos continue em alta. A soja e seus derivados não sofreram tanto os efeitos da crise financeira porque a demanda continua aquecida, principalmente na Ásia. A expectativa é de que o consumo mundial continue crescendo entre 4% e 5% ao ano.

Outros destaques das exportações foram: sulfetos de minérios de cobre com US\$ 120, 574 milhões (6,78%), ferroligas com US\$ 104,330 milhões (5,87%), ouro com US\$ 57,784 milhões (3,25 %), amianto com US\$ 41,043 milhões (2,31%), algodão com US\$ 30,235 milhões (1,70%) e couros com US\$ 25,423 milhões (1,43%). Os itens do agronegócio responderam por 77,08% do total exportado, minérios 18,21% e os demais produtos 4,71%.

As perspectivas da balança comercial goiana para 2009 são bastante otimistas, o governo do Estado de Goiás realizará mais duas missões comerciais, ainda em 2009, para incrementar suas parcerias comerciais. A primeira acontecerá em setembro, englobará visitas à China e Rússia. A segunda, será em novembro, visitará a Arábia Saudita, Egito e Emirados Árabes. A idéia é aproveitar a crescente demanda mundial por alimentos, principalmente nos países em franco desenvolvimento, para divulgar a vocação goiana para o agronegócio e vender produtos de maior valor agregado, como óleo de soja, ao invés de somente o grão, e atrair investimentos

chineses para produção goiana.

Os principais compradores dos produtos goianos foram: China US\$ 507,123 milhões (28,53%), Países Baixos (Holanda) US\$ 221,408 milhões (12,45%), Índia US\$ 103,257 milhões (5,81%), Rússia US\$ 82,768 milhões (4,66%), Espanha US\$ 75,398 milhões (4,24%), Hong Kong US\$ 68,486 milhões (3,85%), Irã US\$ 55,829 milhões (3,14%), França US\$ 52,401 milhões (2,95%), Reino Unido US\$ 46,973 milhões (2,64%), Coreia do Sul US\$ 46,310 milhões (2,60 %) e Arábia Saudita US\$ 44,976 milhões (2, 53%).

No 1º semestre de 2009, as importações totalizaram US\$ 1,151 bilhão, 19,39% a menos do que no mesmo período de 2008, fato explicado pela maior cotação do dólar. Os principais produtos importados foram: veículos automóveis, tratores, etc. suas partes/acessórios US\$ 498,823 milhões (43,32%), reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc., mecânicos US\$ 184,694 milhões (16,04%), produtos farmacêuticos US\$ 161,143 milhões (13,99%), máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes, etc US\$ 67,085 milhões (5,83%), produtos químicos orgânicos US\$ 50,473 milhões (4,38%), adubos ou fertilizantes US\$ 28,566 milhões (2,48%), instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, etc. US\$ 21,517 milhões (1,87%), obras de ferro fundido, ferro ou aço US\$ 18,446 milhões (1,60%), plásticos e suas obras US\$ 16,004 milhões (1,39%), preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc. US\$ 10,844 milhões (0,94%) e borracha e suas obras US\$ 10,270 milhões (0,89%).

Os principais países de origem dos produtos comprados por Goiás foram: Coreia do Sul US\$ 301, 741 milhões (26,20%), Japão US\$ 197,559 milhões (17,16%), Estados Unidos US\$ 184,621 milhões (16,03%), Tailândia US\$ 92,767 milhões (8,06%), Suíça US\$ 60,856 milhões (5,29%), Alemanha US\$ 56,513 milhões (4,91%), Itália US\$ 42,350 milhões (3,68%), China US\$ 35,687 milhões (3,10%), Índia US\$ 27,848 milhões (2,42%), Argentina US\$ 23,076 milhões (2,00%) e Finlândia US\$ 22,977 milhões (2,00%).

Gráfico 7: Estado de Goiás: Balança Comercial – 2004 - 09.

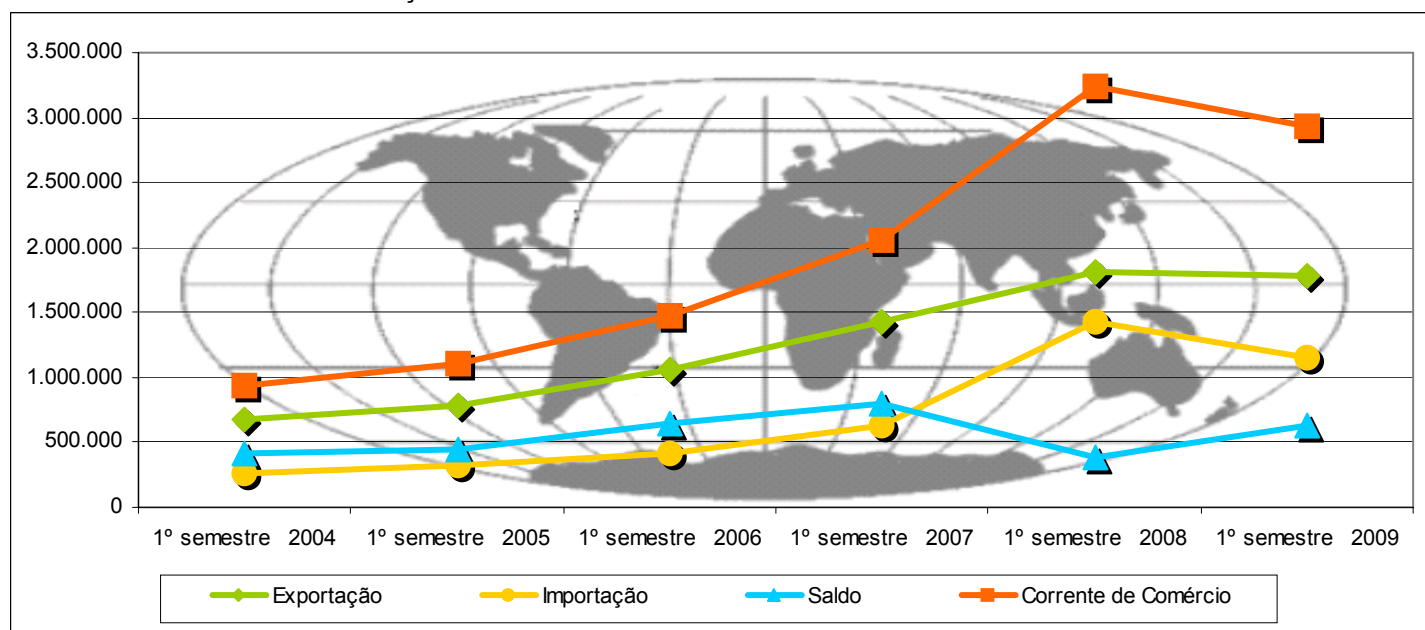


Tabela 4: Estado de Goiás e Brasil: Balança Comercial - 2008 - 2009

(US\$ 1.000 FOB)

Período	Goiás				Brasil			
	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio	Exportação	Importação	Saldo	Corrente de comércio
2008	1.811.925	1.428.382	383.540	3.240.308	90.644.679	79.342.595	11.302.085	169.987.273
Janeiro	233.085	202.128	30.957	435.214	13.276.884	12.353.575	923.310	25.630.459
Fevereiro	198.861	158.334	40.526	357.195	12.799.920	11.950.473	849.447	24.750.393
Março	188.924	216.913	-27.990	405.837	12.612.775	11.624.734	988.041	24.237.508
Abril	383.568	220.654	162.913	604.222	14.058.430	12.320.852	1.737.578	26.379.282
Mai	436.909	263.348	173.561	700.257	19.303.363	15.228.277	4.075.086	34.531.640
Junho	370.578	367.005	3.573	737.583	18.593.307	15.864.684	2.728.623	34.457.991
2009	1.777.729	1.151.463	626.264	2.929.192	69.951.538	55.967.653	13.983.885	125.919.191
Janeiro	197.913	159.304	38.609	357.216	9.781.920	10.311.109	-529.189	20.093.029
Fevereiro	163.899	162.237	1.661	326.136	9.586.406	7.821.361	1.765.045	17.407.767
Março	262.778	271.296	-8.518	534.075	11.809.225	10.043.910	1.766.315	21.852.135
Abril	330.465	130.583	199.881	461.048	12.321.617	8.613.827	3.707.790	20.935.444
Mai	340.973	197.341	143.632	538.314	11.984.585	9.335.007	2.649.578	21.319.592
Junho	481.701	230.702	250.999	712.403	14.467.785	9.843.440	4.624.345	24.311.225
Variação(%)								
2009/2008	-1,89	-19,39	63,29	-9,60	-22,83	-29,46	23,83	-25,93

Fonte: MDIC.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2009.

Nota: O total não corresponde à soma exata, devido aos arredondamentos.

Preliminar

Tabela 5: Estado de Goiás: Principais produtos exportados – 2008 – 2009.

Produto	2009 (jan-jun)		2008 (jan-jun)	
	US\$ FOB	Part (%)	US\$ FOB	Part (%)
Total	1.777.728.225	100,00	1.811.924.228	100,00
Complexo soja	873.831.154	49,15	667.129.442	36,82
Complexo carne	392.502.236	22,08	581.033.608	32,07
Carne bovina	216.739.464	12,19	371.246.830	20,49
Carne suína	49.514.275	2,79	41.878.794	2,31
Carne avícola	118.741.411	6,68	151.051.064	8,34
Outras carnes	7.507.086	0,42	16.856.920	0,93
Sulfetos de minérios de cobre	120.573.919	6,78	173.285.903	9,56
Ferroligas	104.329.811	5,87	76.106.247	4,20
Ouro	57.784.242	3,25	32.851.959	1,81
Amianto	41.042.961	2,31	39.725.796	2,19
Algodão	30.234.748	1,70	14.498.811	0,80
Couros	25.423.178	1,43	44.037.150	2,43
Milho	22.399.851	1,26	60.691.180	3,35
Açúcares	18.606.277	1,05	6.314.284	0,35
Leite e derivados	3.506.022	0,20	13.667.040	0,75
Aduos e fertilizantes	1.945.520	0,11	14.930.027	0,82
Café e especiarias	1.814.353	0,10	1.527.533	0,08
Demais produtos	83.733.953	4,71	86.125.248	4,75

Fonte: MDIC

Preliminar

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2009

Agricultura

A produção goiana de grãos, no primeiro semestre de 2009, segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA registrou queda de 1,76%, passando de 13.322,3 mil toneladas em 2008 para 13.087,8 mil toneladas na posição de junho de 2009.

Os principais produtos que apresentaram expansão na

quantidade produzida no período em análise foram: soja (2,59%), milho 2ª safra (21,72%), arroz de sequeiro (7,40%), feijão 1ª safra (49,72%), feijão 2ª safra, (5,17%) trigo (12,79%), tomate industrial (14,25%), tomate de mesa (18,86%) e cana-de-açúcar (41,88%). Apresentaram queda: Milho 1ª safra (-15,00%), sorgo (-13,38%), algodão herbáceo (-19,93%), feijão 3ª safra (-5,05%) e Girassol (-79,54%).

Tabela 6: Estado de Goiás: Área, produção e rendimento médio dos principais produtos agrícolas - 2008 - 2009

Produto	Safr 2008			Safr 2009 - junho			Variações (%)		
	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. Médio (kg/ha)	Área colhida ou a colher (ha)	Produção obtida ou esperada (t)	Rend. Médio obtido ou esperado (Kg/ha)	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rend. médio (kg/ha)
Soja	2.180.571	6.604.805	3.029	2.308.790	6.775.560	2.935	5,88	2,59	-3,10
Milho (1ª safra)	632.120	3.767.080	5.959	533.240	3.201.840	6.005	-15,64	-15,00	0,77
Milho (2ª safra)	271.340	1.318.646	4.860	351.280	1.605.070	4.569	29,46	21,72	-5,99
Sorgo	310.160	814.969	2.628	277.800	705.890	2.541	-10,43	-13,38	-3,31
Algodão herbáceo	72.030	286.750	3.981	57.200	229.590	4.014	-20,59	-19,93	0,83
Arroz de sequeiro	94.340	196.225	2.080	97.970	210.743	2.151	3,85	7,40	3,41
Feijão (1ª safra)	42.150	79.829	1.894	55.780	119.520	2.143	32,34	49,72	13,15
Feijão (3ª safra)	38.920	110.472	2.838	31.510	104.890	3.329	-19,04	-5,05	17,30
Trigo	19.100	86.465	4.527	20.200	97.520	4.828	5,76	12,79	6,65
Feijão (2ª safra)	16.330	30.148	1.846	20.420	31.708	1.553	25,05	5,17	-15,87
Girassol	21.700	26.955	1.242	3.560	5.514	1.549	-83,59	-79,54	24,72
Tomate industrial	12.849	1.148.695	89.400	14.640	1.312.340	89.641	13,94	14,25	0,27
Tomate de mesa	2.071	100.830	48.687	2.280	119.850	52.566	10,09	18,86	7,97
Cana-de-açúcar	403.970	33.359.559	82.579	491.590	47.329.100	96.278	21,69	41,88	16,59

Fonte: GCEA - Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias.

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático - LSPA

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatística Socioeconômica - 2009.

(1) Preliminar

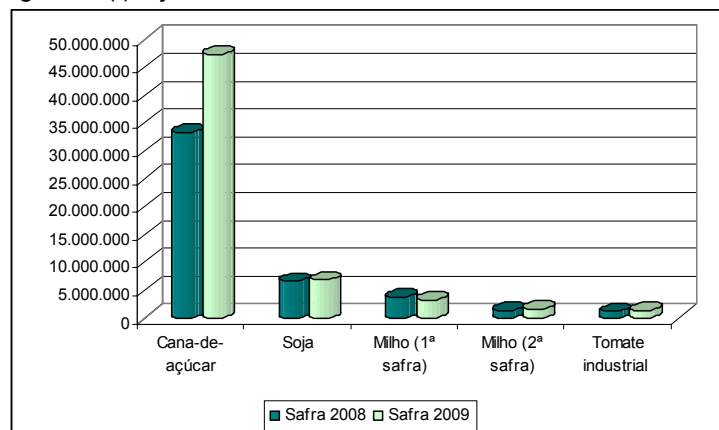
(2) Posição: junho

Soja: Houve aumento de 5,88% na área colhida e de 2,59% na produção. Foram colhidas 6.775 mil toneladas até o mês de junho do corrente ano, ante 6.604 mil toneladas na safra de 2008, com uma queda no rendimento médio de 3,10%. A soja vem alcançando boas cotações no mercado mundial neste ano de 2009, devido a menor produção mundial.

Milho de 2ª safra: Conforme o LSPA/IBGE expandiu 21,72% na produção e 29,46% na área colhida, atingindo 4.569 kg/ha, e registrou recuo de 5,99% no rendimento médio. A queda na produtividade foi devido ao prolongamento das chuvas durante o período da colheita. Por outro lado, a produção de milho 1ª safra teve queda de 15,00% na produção e 15,64% na área

colhida. O fator desfavorável foi a ocorrência de irregularidades climáticas, como, estiagem na floração e frutificação, fases muito sensíveis ao déficit hídrico.

Gráfico 8: Estado de Goiás: Estimativa da produção agrícola (t) - junho/ 2009



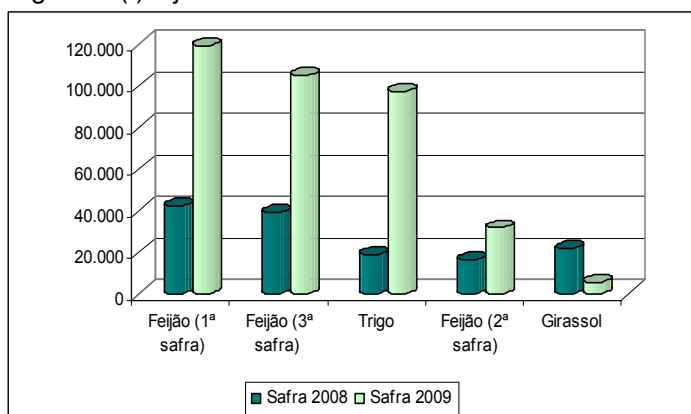
Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático - LSPA

As estimativas em junho de 2009 para a produção de **cana-de-açúcar** apresentaram um resultado bastante positivo, com expansão de 41,88% na produção, comparado ao mesmo período do ano anterior. A área colhida expandiu 21,69% e o rendimento médio chegou a 96.278 kg/ha, com incremento de 16,59%. O expressivo aumento na produção é resultado do crescimento da demanda pelos derivados do produto, sobretudo etanol e açúcar – este último mais atrativo no momento, devido à queda da oferta no mercado internacional.

A cultura de **tomate** industrial conforme apurou a pesquisa, apresentou aumento na produção de 14,25% e na área colhida de 13,94%, a produtividade variou 0,27%. A produção passou de 1.148,6 mil toneladas em 2008, para 1.312,3 mil toneladas na posição junho de 2009. Fato explicado pelo crescimento da demanda por parte das indústrias processadoras.

A cultura de **feijão** de 1ª safra, no primeiro semestre de 2009, registrou aumento de 49,72% na produção e 32,34% na área colhida em relação à safra de 2008. No tocante à 2ª safra houve acréscimo apenas de 5,17% na produção e redução de 15,87% no rendimento médio, atingindo 1.553 Kg por hectare, ante 1.846 Kg por hectare na safra de 2008.

Gráfico 9: Estado de Goiás: Estimativa da produção agrícola (t) – junho/ 2009



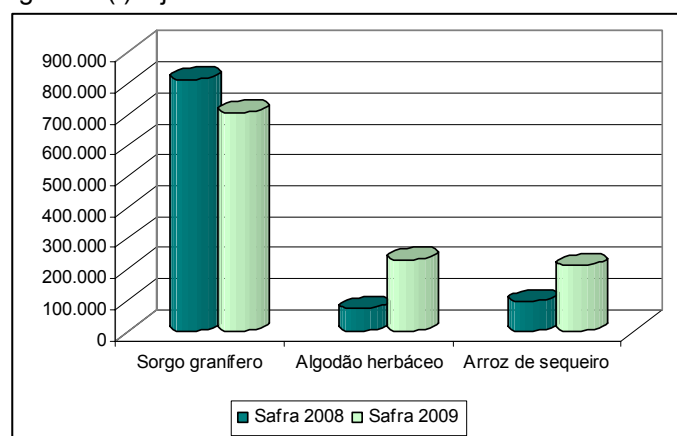
Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático – LSPA

Trigo em grão, no levantamento de junho de 2009, a produção foi estimada em 97,5 mil toneladas, ante 86,4 mil toneladas do ano anterior, com um incremento de

12,79%. Em relação à área colhida, também houve crescimento de 5,76%, com variação de 6,65% no rendimento médio.

As estimativas nesse primeiro semestre para a produção de girassol não foram positivas, houve um recuo na produção de 79,54% e 83,59% na área colhida, embora o rendimento médio tenha sido positivo com 24,72%. Essa cultura é influenciada pela demanda das empresas que processam a semente e as indústrias não fecharam contrato com os agricultores.

Gráfico 10: Estado de Goiás: Estimativa da produção agrícola (t) – junho/ 2009



Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático - LSPA

A pesquisa apontou acréscimo para a produção de arroz de sequeiro de 7,40% e 3,85% na área colhida até o mês de junho de 2009. O rendimento médio foi de 2.151Kg por hectare, com variação positiva de 3,41%.

O sorgo sofreu retração de 13,38% na quantidade produzida, reduzindo a área colhida em 10,43%, e houve queda no rendimento médio de 3,31%, ou seja, 2.541 kg por hectare. A cultura do sorgo mostra uma tendência de estagnação, visto a preferência do produtor pela cultura do milho de 2ª safra.

Algodão herbáceo: Neste primeiro semestre, segundo o levantamento do LSPA, houve recuo na produção de 19,93% e 20,59% na área colhida. O decréscimo na produção ocorreu, principalmente, pela diminuição da área plantada, em face dos altos custos de produção, dificuldades de financiamentos e das baixas cotações da pluma.

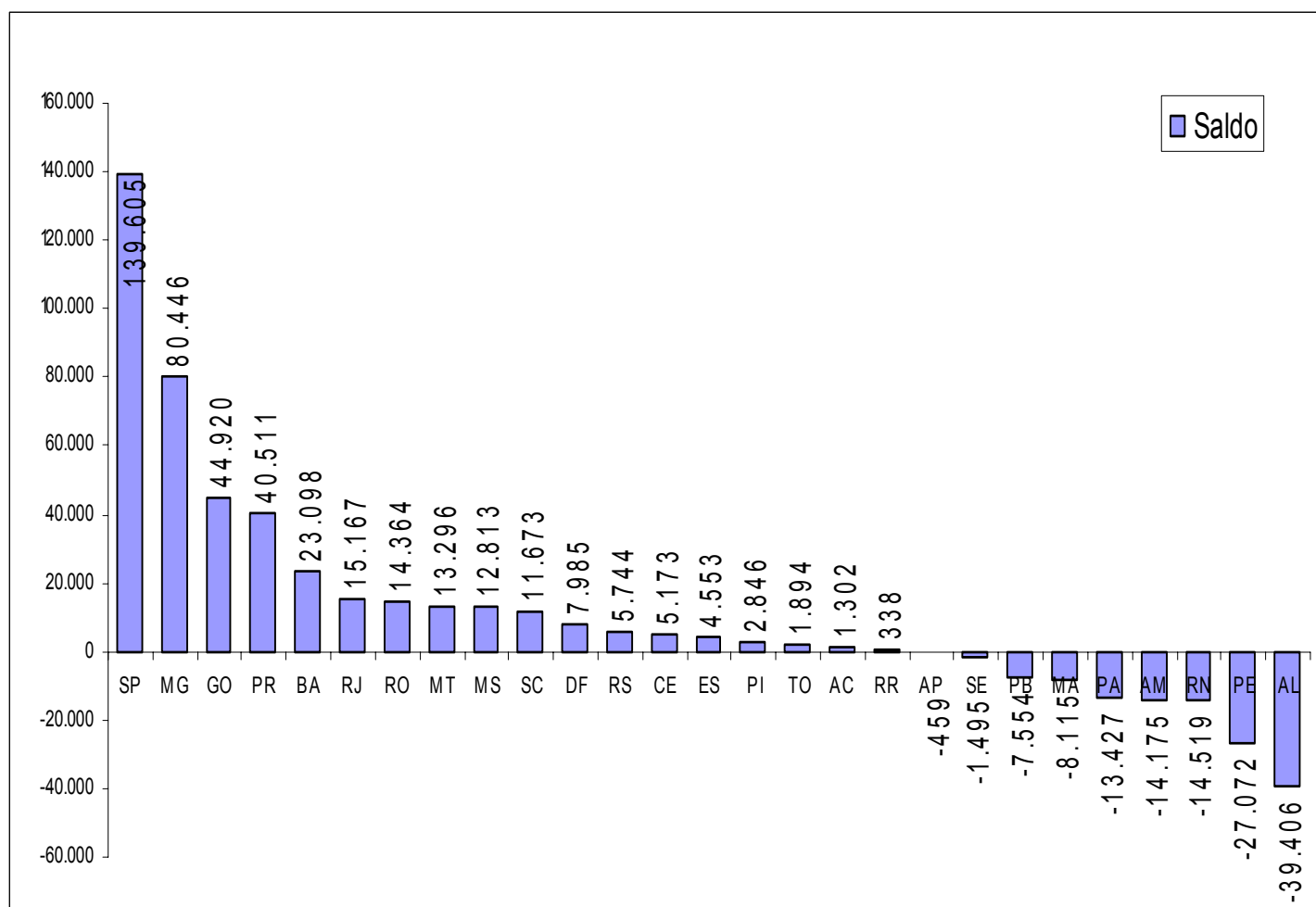
Embora a pesquisa aponte um decréscimo na produção goiana de grãos, para o segundo semestre de 2009, o mercado das principais commodities agrícolas tem mostrado capacidade de recuperação, devido aos baixos estoques internacionais de grãos e à seca nas lavouras argentinas, além do aumento das exportações para a China. Os preços dos produtos agrícolas no mercado mundial também estão em boas condições, principalmente para a soja e cana-de-açúcar, resultante do interesse pelos derivados do produto, sobretudo etanol e açúcar – este último mais atrativo no momento, devido à queda da oferta no mercado internacional.

Emprego Formal

No primeiro semestre de 2009 o estado de Goiás acumulou 44.920 novos empregos com carteira

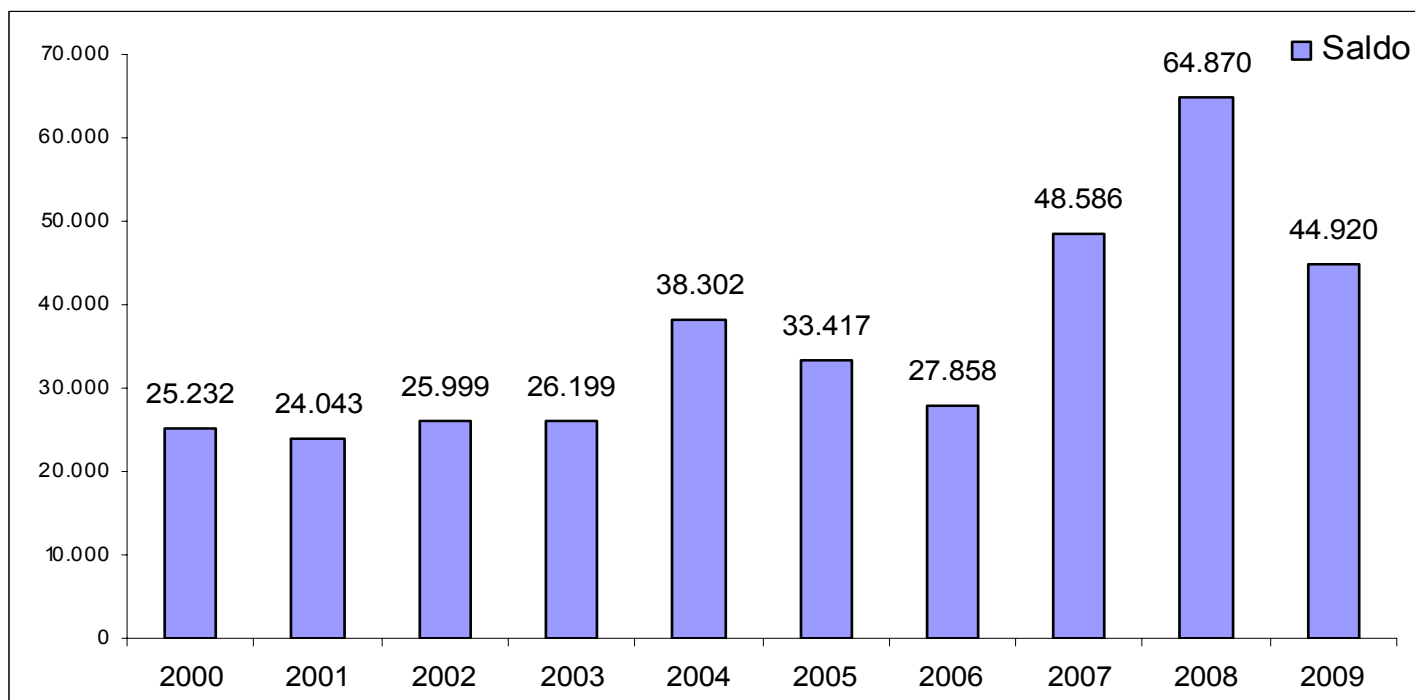
assinada, o equivalente a expansão de 5,23% no estoque de empregos formais, representando o terceiro melhor resultado do país em termos absolutos e o segundo em termos relativos, perdendo apenas para Rondônia, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O crescimento expressivo do mercado formal de trabalho neste semestre está associado à expansão na produção na indústria de alimentos e bebidas, especialmente a produção de cana-de-açúcar, ao ambiente favorável para construção civil, propiciados pelo acesso ao crédito e pela construção da ferrovia Norte Sul.

Gráfico 11: Unidades da Federação: Saldo – Admitidos/Desligados – Primeiro Semestre - 2009



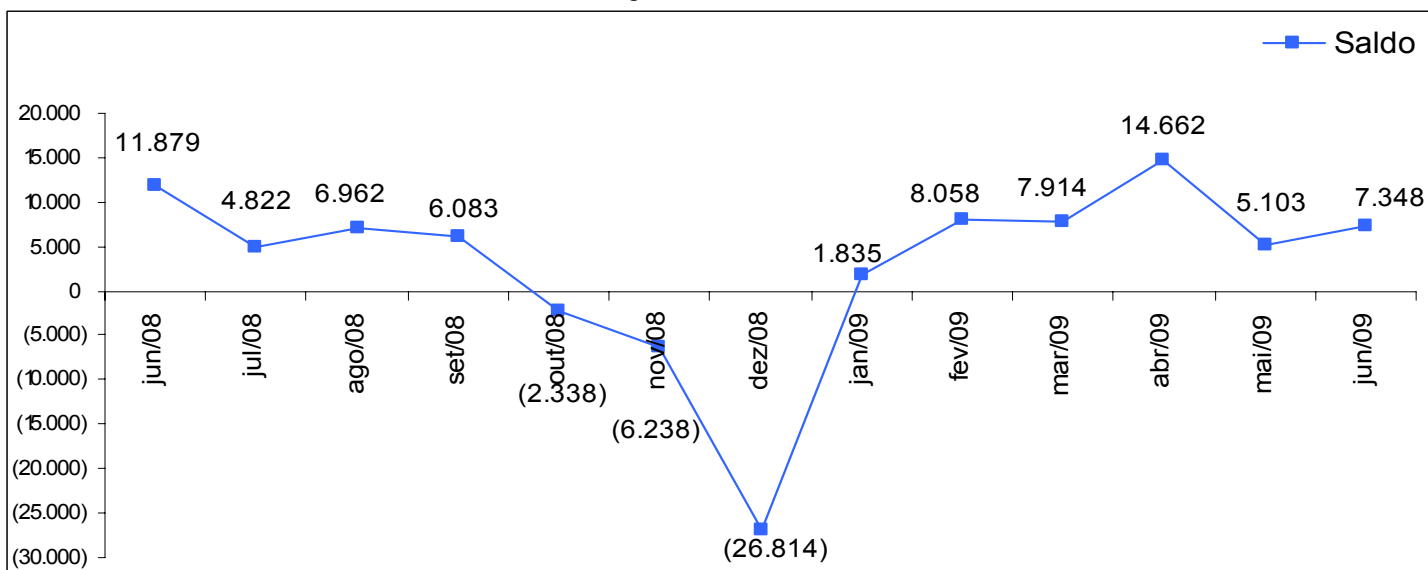
Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Gráfico 12: Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados – Primeiro Semestre - 2000/09



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Gráfico 13: Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados – 2008/09



Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Com exceção da administração pública, todos os outros principais setores apresentaram elevação no número de empregados com carteira assinada. Em termos absolutos, os principais setores que tiveram desempenho positivo, em junho de 2009, foram agropecuária (1.903 postos), influenciada por produção de sementes certificadas e criação de bovinos; indústria

de transformação (1.794 postos), impulsionada por fabricação de álcool e açúcar e fabricação de conservas de legumes e outros vegetais; construção civil (1.475 postos), estimulada por construção de rodovias e ferrovias e obras de terraplanagem; e serviços (1.459 postos), influenciado por alojamento e alimentação e comércio e administração de imóveis.

Com exceção da atividade do comércio, que eliminou 534 vagas, todos os outros principais setores apresentaram elevação no número de empregados com carteira assinada. Destaque para a indústria de transformação, que foi responsável por 38,71% da abertura de novas vagas no mercado formal de trabalho. Em seguida veio serviços, com 24,96%, agropecuária, com 21,72% e construção civil, com

14,97% do total de empregos gerados nos primeiros seis meses em Goiás.

Em primeiro lugar na geração de empregos no semestre, em termos absolutos, a indústria de transformação foi influenciada em grande medida pelas atividades ligadas a alimentos e bebidas (19.116 vagas), em especial os ramos de produção de álcool e açúcar.

Tabela 7: Estado de Goiás: Saldo – Admitidos/Desligados por setor de atividade econômica – 2008/09

Setores	Primeiro semestre 2009				Em 12 meses			
	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoque (%)	Adm	Desl	Saldo	Var. Estoque (%)
Extrativa mineral	1.005	775	230	3,46	2.195	2.409	-214	-3,07
Indústria de transformação	67.270	49.881	17.389	9,11	120.702	121.073	-371	-0,19
Prod minerais não metálicos	3.251	3.219	32	0,29	6.522	6.551	-29	-0,27
Metalúrgica	2.609	2.802	-193	-1,90	5.313	5.751	-438	-4,43
Mecânica	1.283	1.421	-138	-3,30	2.594	2.822	-228	-6,07
Material elétrico e comunicação	191	291	-100	-12,48	407	578	-171	-18,25
Material de transporte	521	611	-90	-2,36	1.442	1.881	-439	-10,41
Madeira e mobiliário	1.894	1.953	-59	-0,84	3.833	3.717	116	1,80
Papel, papelão, editorial e gráfica	1.554	1.679	-125	-1,68	3.352	3.424	-72	-0,94
Borracha, Fumo e Couros	1.399	1.807	-408	-6,18	2.840	3.899	-1.059	-15,32
Químico, Prod Farmacêutico e Veterinário	4.443	4.542	-99	-0,46	9.709	10.249	-540	-2,39
Têxtil e vestuário	6.233	6.576	-343	-1,36	13.313	14.099	-786	-3,24
Calçados	357	561	-204	-11,74	858	1.158	-300	-17,70
Prod Alimentícios e Bebidas	43.535	24.419	19.116	20,88	70.519	66.944	3.575	3,68
Serviço industrial de utilidade pública	1.091	1.026	65	0,71	2.427	2.215	212	2,20
Construção civil	40.080	33.354	6.726	11,26	78.404	73.506	4.898	8,98
Comércio	57.660	58.194	-534	-0,26	119.867	114.345	5.522	2,84
Com varejista	48.613	49.209	-596	-0,34	101.167	96.635	4.532	2,77
Com atacadista	9.047	8.985	62	0,19	18.700	17.710	990	3,19
Serviços	78.534	67.322	11.212	3,79	151.302	134.693	16.609	6,01
Inst financeiras	905	638	267	2,29	1.985	1.409	576	4,90
Com. e adm imóveis	23.395	19.672	3.723	5,84	44.315	38.622	5.693	10,04
Transporte e Comunicação	11.722	10.113	1.609	3,86	22.598	21.009	1.589	4,04
Alojamento, alimentação	31.502	27.951	3.551	3,03	61.936	55.712	6.224	5,61
Médicos e odontológicos	4.930	3.777	1.153	4,10	9.162	7.686	1.476	5,35
Ensino	6.080	5.171	909	2,74	11.306	10.255	1.051	3,52
Administração pública	455	380	75	0,69	644	559	85	1,36
Agropecuária	36.872	27.115	9.757	12,71	65.545	64.889	656	0,76
Total	282.967	238.047	44.920	5,23	541.086	513.689	27.397	3,30

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Outras informações importantes observadas nos dados do balanço do primeiro semestre, divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, referem-se ao grau de instrução e remuneração do emprego formal, por

atividade econômica no estado (tabelas 2 e 3). No tocante ao grau de instrução, constatou-se que houve ganho de postos de trabalhos em todos os níveis (tabela 2), mas o maior número de vagas foi apurado entre os

que possuíam ensino médio completo (13.084 vagas) e fundamental incompleto (10.132 vagas). Já nas faixas de rendimentos, em salários mínimos (tabela 3), observou-se que somente nas duas primeiras faixas, que vão até um e meio salário mínimo, houve saldo

positivo (admitidos-desligados), fato explicado pela crescente geração de empregos nas atividades ligadas aos setores sucroalcooleiro e construção civil, que tradicionalmente empregam trabalhadores com remuneração mais baixa.

Tabela 8: Estado de Goiás: Saldo do emprego formal, por faixa por grau de instrução, segundo setores de atividades econômicas – 1º Semestre/2009

Grau de Instrução	Extrativa mineral	Indústria de transf	Serv ind de util pública	Constr civil	Comércio	Serviços	Adm pública	Agropecuária	Total
Analfabeto	5	315	1	97	-60	64	-6	442	858
Até o 5º ano incompleto	1	2.632	-58	500	-36	-39	-12	2.642	5.630
5º ano completo	8	1.703	14	1.419	-235	-127	9	823	3.614
Do 6º ao 9º ano incompleto	12	5.552	-56	1.677	-39	740	-36	2.282	10.132
Ensino fundamental completo	89	2.073	82	848	-545	946	-3	1.178	4.668
Ensino médio incompleto	-4	889	31	710	-494	853	62	1.137	3.184
Ensino médio completo	125	3.703	22	1.431	486	6.152	41	1.124	13.084
Educação superior Incompleta	7	197	21	25	-35	610	21	26	872
Educação superior completa	-13	325	8	19	424	2.013	-1	103	2.878
Total	230	17.389	65	6.726	-534	11.212	75	9.757	44.920

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Tabela 9: Estado de Goiás: Saldo do emprego formal, por faixa por faixa salarial mensal (em salários mínimos), segundo setores de atividades econômicas – 1º Semestre/2009

Faixa Salarial Mensal (salários mínimos)	Extrativa mineral	Indústria de transf	Serv ind de util pública	Constr civil	Comércio	Serviços	Adm pública	Agropecuária	Total
Até 1,0	-22	6.092	26	3.426	7.656	6.845	110	3.735	27.868
De 1,01 a 1,5	209	11.280	174	3.720	-2.576	4.502	-38	7.944	25.215
De 1,51 a 2,0	41	398	25	58	-2.746	165	17	-1.326	-3.368
De 2,01 a 3,0	47	-416	-49	-70	-2.109	-549	5	-468	-3.609
De 3,01 a 4,0	-15	349	-22	-48	-604	-123	-3	-238	-704
De 4,01 a 5,0	-6	-83	-31	-116	-209	-174	-2	-58	-679
De 5,01 a 7,0	3	-66	-38	-13	-182	-137	-4	-16	-453
De 7,01 a 10,0	-7	-81	-12	-29	-76	-71	-4	-27	-307
De 10,01 a 15,0	-9	-20	-3	-42	-19	-53	-2	-6	-154
De 15,01 a 20,0	-2	-16	-6	0	-5	-44	0	-1	-74
Mais de 20	-9	-37	1	-9	-11	-27	-2	-1	-95
Ignorado	0	-11	0	-151	347	878	-2	219	1.280
Total	230	17.389	65	6.726	-534	11.212	75	9.757	44.920

Fonte: MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados lei 4.923/65

Principais Características Socioeconômicas de Goiás conforme PNAD 2007

Resumo: Dada a escassez de análises dos dados da PNAD para o Estado de Goiás, esse trabalho tem o intuito de contribuir nessa direção. Os dados são do ano de 2007 e os resultados confirmam algumas hipóteses que são visíveis como a migração para o Estado, aumento da urbanização e que quase a metade da PEA tem menos de 7 anos de instrução.

Palavras-chave: PNAD, família, domicílio, migração, educação, trabalho e rendimento.

Introdução

A PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – é realizada anualmente pelo IBGE e tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Essa pesquisa investiga, de forma permanente, os temas habitação, rendimento e trabalho, associados a aspectos demográficos e educacionais e, com periodicidade variável, por meio de pesquisas suplementares, outros assuntos de caráter demográfico, social e econômico.

O presente trabalho apresenta os dados da PNAD para o Estado de Goiás comparando-os com os demais Estados, com dados da região Centro-Oeste e do Brasil. Os resultados são agrupados em sete temas: dados gerais, família, domicílio, migração, educação, trabalho e rendimento.

Dados Gerais

Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) para o ano de 2007, o Estado de Goiás tem o 12º maior contingente demográfico do país



Eduiges Romanatto¹



Daniela Vieira de Oliveira²

com uma população residente de 5,861 milhões de pessoas. É a maior população da região Centro-Oeste concentrando 43,2% do total da região, enquanto o Estado de Mato Grosso possui 21,5 %, o Distrito Federal possui 18,0% e Mato Grosso do Sul 17,3%. O incremento médio da população no Estado, de 2005 a 2007, é de 110.670 pessoas, mantendo-o com uma participação regional praticamente constante, em torno de 43%.

O processo de urbanização do Estado vem se intensificando com o aumento no percentual de pessoas com domicílio em zona urbana e diminuição da população rural. Em 2005 a taxa de urbanização de Goiás era de 87,54% e, em 2007, este percentual cresceu para 89,52%, representando um aumento de 1,98 pontos percentuais em dois anos. Essa taxa de urbanização é maior que a taxa regional (86,81%) e que a nacional (83,48%). Desconsiderando o Distrito Federal que possui uma taxa de urbanização 94,24%, Goiás é o 4º Estado mais urbanizado do país ficando atrás do Rio de Janeiro (96,68%), São Paulo (94,48%) e Amapá (94,46%).

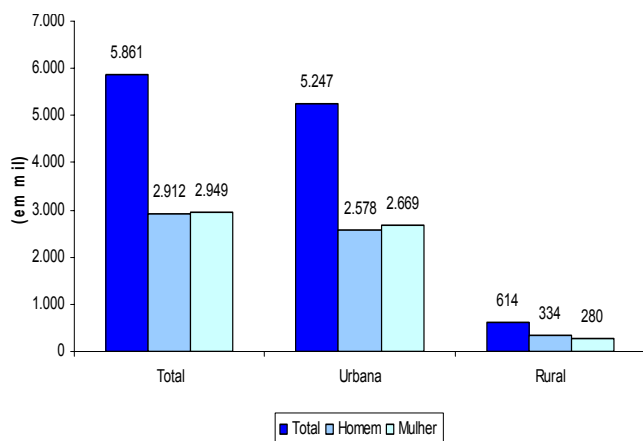
Um dos motivos do aumento da urbanização se deve em grande parte ao processo de modernização da agricultura com a utilização de máquinas e equipamentos em substituição ao capital humano que teve que se deslocar para áreas urbanas em busca de trabalho e estudo.

¹ Mestre em Desenvolvimento Econômico e servidor da SEPLAN-GO
E-mail: tgromanatto@yahoo.com.br

² Economista pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: daniela@seplan.gov.br

A população residente goiana, assim como a maior parte dos Estados brasileiros, apresenta uma maioria de mulheres. Em 2007, eram 2,949 milhões de mulheres, ou seja, 50,31% da população total, enquanto a população masculina era de 2,912 milhões de homens, 49,69% da população. Esse percentual de mulheres está abaixo da região Centro-Oeste (50,41%) e do Brasil (51,20%). A razão de sexo, em 2007, foi de 98,75%, ou seja, 98,75 homens para cada 100 mulheres, representando um aumento quando comparado aos anos de 2004, 2005 e 2006, com percentuais de 96,55%, 94,15%, 97,73%, respectivamente. Apenas os Estados do Acre, Amazonas, Roraima e Mato Grosso apresentaram uma população masculina maior que a feminina.

Gráfico 1 - População residente, segundo sexo e situação de domicílio em Goiás – 2007.



Fonte: IBGE, PNAD 2007
Elaboração dos autores

Na zona rural, essa situação se inverte nos estados brasileiros com maioria feminina. Em Goiás, do total de 614.010 pessoas que residem na zona rural, 54,40% são homens e 45,60% são mulheres, representando 1,19 homens para cada mulher. No Brasil essa razão é de 1,10 e na região Centro-Oeste, é de 1,17.

A sobre mortalidade masculina é uma das principais causas da predominância feminina no conjunto das populações. Principalmente em áreas urbanas, em que há um crescente aumento das mortes provocadas pela violência urbana, é maior o número de jovens do sexo masculino que são assassinados.

Em relação à composição por raça ou cor da população residente no Estado de Goiás, 40,60% é composta por brancos, 6,14% por pretos, 0,30% por amarelos, 52,74% por pardos e 0,23% por indígenas. A participação de pretos e pardos cresceu de 2005 para 2007, 1,38 p.p. e 1,89 p.p., respectivamente, enquanto a de brancos diminuiu 3,36 p.p. ao longo desses dois anos. No Brasil, 49,40% da população são brancos, 7,45% pretos, 42,30% pardos, 0,54% amarelos, 0,29% indígenas, 0,02% sem declaração de cor.

A partir da PNAD 2007, observa-se ainda a manutenção da tendência de envelhecimento da população em nível nacional com o aumento da população com mais de 40 anos e redução da população de 0 a 14 anos. Em Goiás, havia em 2006, 1,770 milhão de pessoas com 40 anos ou mais, representando 30,79% da população total e 1,493 milhão de jovens entre 0 e 14 anos, representando 25,98% do total. Em 2007, o percentual de pessoas com 40 anos ou mais aumentou para 31,91% da população, enquanto a quantidade de jovens de 0 a 14 anos caiu para 25,25% da população. Observa-se portando uma tendência em sentido contrário desses dois grupos etários analisados.

O envelhecimento da população pode ser observado em percentual maior entre as mulheres. No Brasil, as mulheres com 40 anos ou mais de idade representam 34,74% e os homens, 31,57%. Na faixa etária mais jovem, de 0 a 4 anos, elas respondiam por 6,96% da população residente, enquanto eles, 7,65%. Em Goiás, as mulheres correspondiam a 32,76% da população com mais de 40 anos e os homens, 31,01%. Na faixa etária de 0 a 4 anos, eram 7,39% de mulheres e 7,83% de homens. Esses dados significam que, mesmo nascendo mais homens, as mulheres vivem mais.

Família

Em 2007, 1,920 milhão de famílias residiam em domicílios particulares, sendo 1,709 milhão na zona urbana e 211.131 em área rural. Houve um aumento de 3,31% no total de famílias com relação a 2006, em que

havia 1,858 milhão de famílias em domicílios particulares.

O valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares é de R\$ 1.612,00, sendo observado também um aumento com relação a 2006, em que o rendimento médio era de R\$ 1.411,00.

As famílias residentes em domicílios particulares têm, em sua grande maioria, 75,01%, rendimento mensal familiar de até 5 salários mínimos, e 24,99% recebem mais de 5 salários mínimos.

As 1,920 milhão de famílias residentes em domicílios particulares totalizam 5,836 milhões de pessoas residentes, sendo 4,121 milhões de homens e 1,714 milhão de mulheres. As famílias em Goiás têm uma média de 3,1 pessoas residentes.

As famílias têm em sua maioria homens como pessoa de referência, ou seja, pessoa responsável pela unidade domiciliar ou que foi assim considerada pelos demais membros. São 1,290 milhão de homens responsáveis, 67,19%, e 629.855 mulheres responsáveis, 32,81%. O percentual de mulheres responsáveis pela unidade familiar cresceu 2,85% com relação ao ano anterior, mostrando o crescimento na participação das mulheres na família.

Com relação aos anos de instrução da pessoa de referência das famílias, 13,54% delas não tinham ou tinham menos de 1 ano de instrução, 13,80% tinham de 1 a 3 anos de instrução, 28,75% tinham de 4 a 7 anos de instrução, 14,69 % tinham de 8 a 10 anos de instrução, 22,08% tinham de 11 a 15 anos de instrução e 7,03% tinham mais de 15 anos de instrução.

Segundo a condição de atividade, 1,543 milhão de pessoas de referência eram economicamente ativas, ou seja, 80,36%, sendo 1,469 milhão na condição de ocupadas e 377.128 não - economicamente ativas, 19,64%.

A maior parte das famílias residentes em domicílio particulares, 68,72%, recebem até 3 salários mínimos,

22,80% têm rendimento superior a 3 salários mínimos e 8,26% disseram não ter rendimentos.

Domicílio

Em Goiás, havia em 2007, 1,818 milhão de domicílios particulares permanentes, sendo a maioria deles próprios (1,210 milhão de unidades), além de 379.974 alugados, 213.603 cedidos, e 13.745 sob outras condições de ocupação. A quantidade de domicílios particulares permanentes de 2005 a 2007 cresceu, sendo que em 2005 eram 1,701 milhão de domicílios, em 2006 esse número cresceu para 1,748 milhão e em 2007, 1,818 milhão.

Com relação ao número de moradores em domicílios particulares permanentes, em 2007 havia 5,833 milhões de pessoas, sendo que 3,989 milhões moravam em domicílios próprios, 1,152 milhão em domicílios alugados, 639.411 em domicílios cedidos e 52.512 em outras condições de ocupação.

A tabela 1 mostra que, em 2007, a maioria dos domicílios tinha acesso a alguns bens duráveis como fogão, filtro de água, rádio, televisão, geladeira, freezer e máquina de lavar roupa.

Os dados do PNAD de 2007 mostram que, 94,71% dos domicílios (1,771 milhão), possuíam abastecimento de água em sua residência, sendo a maior parte dos domicílios, 1,480 milhão, com acesso a rede geral (proveniente de uma rede geral de distribuição) e 292.844 domicílios com abastecimento por meio de poço ou nascente, reservatório abastecido por carro-pipa, coleta de chuva ou de outra procedência.

Tabela 1 - Domicílios particulares permanentes por alguns bens duráveis existentes no município em Goiás - 2005 a 2007 (em mil).

Bens	2005		2006		2007	
	Tinham	Não tinham	Tinham	Não tinham	Tinham	Não tinham
Fogão	1.683	18	1.733	16	1.803	14
Filtro de água	1.220	481	1.253	495	1.341	477
Rádio	1.424	277	1.482	267	1.566	252
Televisão	1.567	134	1.636	112	1.727	91
Geladeira	1.575	125	1.629	119	1.718	100
Freezer	232	1.469	265	1.484	248	1.570
Máquina de lavar roupa	327	1.374	414	1.335	453	1.364

Fonte: IBGE, PNAD.

Elaboração dos autores.

Grande parte dos domicílios, 98,79%, tinham acesso a esgotamento sanitário, mas apenas 35,37% deles possuíam rede coletora (canalização das águas servidas e dos dejetos que estivesse ligada a um sistema de coleta que os conduzisse para um desaguadouro geral). A maior parte da coleta de esgoto ainda é feita por fossa séptica, fossa rudimentar ou outros tipos de esgotamento.

Em 2007 em Goiás, o lixo proveniente dos domicílios particulares permanentes era, em sua maioria, coletado diretamente. No Estado, 83,00% dos domicílios tinham coleta direta, feita por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que atendia ao logradouro em que se situava o domicílio, 7,32% tinham coleta indireta, realizada com o lixo depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolhia e 9,68% tinha outro tipo de destinação para o lixo como queimar ou enterrar na propriedade, jogar em terreno baldio, logradouro, rio, lago ou mar ou outra forma de destino.

A iluminação elétrica era disponibilizada para 99,28% da população goiana em 2006. Esse percentual de disponibilização vem crescendo gradativamente desde 2005. Em 2005, 99,06% das residências tinham acesso a iluminação elétrica e em 2006, 99,26%. A iluminação elétrica pesquisada pelo PNAD é proveniente de uma rede geral ou obtida de outras formas como gerador, conversor de energia solar, entre outros.

A existência de microcomputador nos domicílios permanentes também apresentou crescimento de 2005 a 2007. Em 2005, 11,99% dos domicílios possuíam microcomputador, sendo 64,22% dos microcomputadores com acesso à internet. Em 2007, o percentual de domicílios com existência de microcomputadores cresceu para 20,02%, sendo que 70,33% deles possuíam acesso à internet.

Pode-se observar ainda que, enquanto o percentual de domicílios com acesso a telefonia celular aumentou de 2005 para 2007, o percentual de domicílios com

telefone fixo convencional diminuiu. Em 2005, 32,92% dos domicílios possuíam telefone celular e em 2007 este percentual aumentou para 43,62%. O percentual de domicílios com telefone fixo convencional eram 9,58% em 2005 e, em 2007, 6,99%.

Migração

Quanto à migração, em 2007, na Região Centro-Oeste, 53,14% dos residentes eram não-naturais do município de moradia, sendo que, apenas nessa região, a população não natural do município superou a natural. Em Goiás, 52,21% da população residente eram de não naturais do município de moradia.

Na análise da naturalidade em relação à Unidade da Federação em que residiam, observou-se que a Região Centro-Oeste também possuía o maior percentual de moradores não-naturais das Unidades da Federação, 35,24%. Nessa região, destaca-se o Distrito Federal, onde 51,43% dos moradores eram não-naturais. Goiás possui 28,12% de não naturais em relação à Unidade da Federação.

O percentual de homens e mulheres residentes em Goiás e que nasceram em outra Unidade da Federação é praticamente igual. São 822.988 homens migrantes, representando 49,93% do total, e 825.442 mulheres migrantes, 50,07% do total, uma diferença de 2.454 residentes ou 0,15 p.p..

O Estado que possui mais migrantes vindos para Goiás é Minas Gerais (22,96%) seguido da Bahia (16,70%), Distrito Federal (10,01%), Maranhão (7,42%), Tocantins (6,41%) e São Paulo (5,84%).

Em Goiás, dentre os naturais da Unidade da Federação, 26,30% tinham 40 anos ou mais, enquanto, entre os não-naturais da Unidade da Federação, esse percentual foi de 46,30% em 2007. Esse perfil etário dos migrantes com faixas de idade mais elevadas, pode decorrer de deslocamentos de população adulta em busca de oportunidades de trabalho.

Educação

No Estado de Goiás, em 2007, as pessoas com 5 anos ou mais alfabetizadas representavam 89,87% da população residente contra um total de 10,13% de não-alfabetizadas. Esse percentual corresponde a uma discreta melhora com relação ao ano anterior em que 89,37% da população era alfabetizada e 10,61% não-alfabetizada. Se pegarmos a série histórica de 2004 até 2007, a evolução no total de pessoas alfabetizadas é de apenas 2,17 p.p.. O percentual de pessoas alfabetizadas em Goiás é o maior quando comparado com os outros estados da região Centro-Oeste e é menor que o percentual da região como um todo, que possui 90,42% da população alfabetizada. A região possui uma elevada taxa de alfabetismo graças ao percentual do Distrito Federal, 94,26%. Na PNAD um indivíduo é considerado alfabetizado quando ele é capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece.

A taxa de analfabetismo das pessoas maiores de 5 anos de idade é maior entre os homens. O percentual de analfabetismo dos homens é de 10,83%, ou seja, 290.768 pessoas, enquanto as mulheres correspondem 9,43%, 257.654 pessoas.

Na população rural, o percentual de pessoas não-alfabetizadas é maior. Na zona rural, 18,77% das pessoas de 5 anos ou mais são analfabetas e 81,23% são alfabetizadas. As mulheres possuem uma menor taxa de analfabetismo também no campo sendo 16,49% delas não-alfabetizadas e 20,69% dos homens não-alfabetizados.

O analfabetismo funcional, que é a porcentagem de pessoas de 15 anos ou mais que tem escolaridade de até 3 anos de estudo em relação ao total de pessoas na mesma faixa etária, foi de 21,2% para o Estado, com uma redução de 0,2% com relação ao ano anterior. A população de cor preta ou parda possui uma maior taxa de analfabetismo funcional, sendo que a primeira possui

uma taxa de 28,9% e a segunda de 23,0%, enquanto a população branca possui uma taxa de analfabetismo funcional bem inferior, de 17,7%.

De acordo com os anos de instrução das pessoas de 10 anos ou mais, Goiás possui 33,36% da população com 1 a 5 anos de estudo, 28,92% com 6 a 10 anos de estudo, 22,88% com 11 a 14 anos de estudo e 5,40% com mais de 15 anos de estudo. As mulheres são maioria nos níveis mais altos de instrução sendo 31,69% das mulheres com mais de 11 anos de estudo enquanto que os homens são 24,76% nessa faixa de anos.

Na população rural, a maior parte das pessoas possui um menor número de anos de ensino sendo 52% delas apresentando de 1 a 5 anos de estudo e 16,57% delas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo.

Em 2007 havia no Estado 1,711 milhão de estudantes com 4 anos ou mais de idade sendo que 1,320 freqüentavam a escola pública, o que corresponde a 77,15% do total de estudantes, e 390.915 freqüentavam a rede privada de ensino, 22,85%.

Apesar das mulheres serem maioria na população residente e apresentarem uma taxa de alfabetização maior que a dos homens, elas são minoria entre o total de estudantes com 4 anos ou mais de idade (49,89%). Nos níveis pré-escolar e fundamental os homens são maioria entre o total de estudantes mas nos níveis médio e superior, as mulheres estão em maior número.

A taxa de escolarização - percentagem dos estudantes (de um grupo etário) em relação ao total de pessoas (do mesmo grupo etário) - em Goiás é de 51,7% para pessoas de 4 anos ou mais de idade, percentual bem abaixo do nacional de 70,1%. Em 2006, a taxa de escolarização era de 50,8%, mostrando que houve uma pequena evolução do ano de 2006 para 2007. A maior taxa de escolarização foi observada no grupo de idade de 7 a 14 anos, em que a taxa corresponde a 98,4%.

Mercado de Trabalho

Em Goiás, a População em Idade Ativa (PIA), ou seja, a população com 10 anos ou mais, era de 4,9 milhões de pessoas em 2007. Deste total, 2,418 milhões são homens e 2,503 milhões são mulheres.

A População Economicamente Ativa (PEA), formada pelas pessoas ocupadas e desocupadas, em 2007 era composta por 3,156 milhões de pessoas sendo 1,811 milhão de homens e 1,345 milhão de mulheres. Na zona urbana são 2,814 milhões de participantes da PEA e 342.600 residem na zona rural.

Com relação ao nível de instrução, 16,93% do total da PEA possuíam menos de 4 anos de instrução, 27,32% possuíam 4 a 7 anos, 19,20% de 8 a 10 anos, 28,55% de 11 a 14 anos e 7,83% apresentavam mais de 15 anos de instrução. O percentual de PEA com níveis de instruções maiores aumentou quando comparado aos anos anteriores como pode se observar na tabela 2 .

As mulheres economicamente ativas possuem um nível de instrução maior que os homens. Enquanto 62,79% delas possuem mais de 8 anos de instrução, 50,17% da população economicamente ativa masculina possuem essa faixa de anos de instrução.

Tabela 2 - Evolução da população economicamente ativa, segundo os anos de instrução em Goiás (em mil).

Anos de Instrução	2005		2006		2007	
	PEA	(%)	PEA	(%)	PEA	(%)
Total	2.952	100,00	3.001	100,00	3.166	100,00
Sem instrução e menos de 1 ano	234	7,93	211	7,03	224	7,08
1 a 3 anos	314	10,64	291	9,70	312	9,85
4 a 7 anos	903	30,59	882	29,39	865	27,32
8 a 10 anos	519	17,58	566	18,86	608	19,20
11 a 14 anos	797	27,00	850	28,32	904	28,55
15 anos ou mais	179	6,06	195	6,50	248	7,83

Fonte: IBGE, PNAD

Elaboração dos autores

A taxa de atividade (percentual de pessoas economicamente ativas) era de 64,3%, apresentando um aumento com relação à 2006, com percentual de 62,5%. A taxa de atividade para Goiás é maior que para o Brasil, que apresentou uma taxa de 62,0%.

Goiás possuía 2,925 milhões de pessoas com 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência da

pesquisa em 2007 sendo 1,648 milhão de homens e 1,136 milhão de mulheres, representando 59,20% e 40,80% do total, respectivamente. O total de pessoas ocupadas cresceu 5,06% com relação ao ano anterior que apresentava 2,784 milhões de pessoas.

Os brancos são 40,69% do total de pessoas ocupadas, os pardos são 51,81%, os de cor preta são 6,90% e amarelos e indígenas somam 0,60% de pessoas ocupadas. O número de pretos e pardos ocupados aumentou de 2006 para 2007 enquanto que o número de brancos diminuiu. Em 2006, os pretos e pardos eram 5,56% e 50,02%, respectivamente, e os brancos eram 44,09%.

A maior parte das pessoas em idade ativa ocupadas são não-naturais do município que trabalham. Os naturais são 1,124 milhão de pessoas, 38,43% do total, e os não-naturais são 1,801 milhão de pessoas, 61,57%.

O nível de ocupação, definido como sendo o percentual de pessoas ocupadas com 10 ou mais anos de idade, era de 59,4% para o Estado em 2007, estando acima do nível nacional de 57,0%. O nível de ocupação para os homens (70,7%) era mais elevado do que o registrado para mulheres (48,5%).

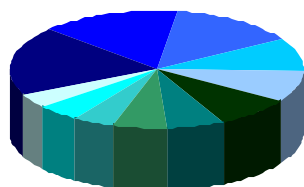
A taxa de desocupação (proporção de pessoas desocupadas no total de pessoas economicamente ativas) apresentou um aumento com relação ao ano de 2006. Em 2006 eram 7,2% de pessoas desocupadas e em 2007 esse percentual aumentou para 7,4%. Em 2007, os homens tinham uma taxa de desocupação de 5,9% e as mulheres de 10%.

É interessante mencionar que a taxa de desocupação é maior entre as pessoas com bons níveis de ensino. As pessoas com 4 a 7 anos de ensino, a taxa de desocupação é de 7,6%, de 8 a 10 anos de ensino é de 10,0%, enquanto para pessoas sem ou com menos de 1 ano de instrução, a taxa de desocupação é de 7,1%, e pessoas com 1 a 3 anos de ensino, a taxa é de 4,6%.

Em Goiás, os grupamentos de atividade em que há mais pessoas ocupadas são as atividades de comércio e reparação, com 553.352 pessoas ocupadas, a

atividade agrícola, com 451.174 pessoas e a indústria com 411.339 pessoas. O percentual dessas atividades é mostrado no gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 - Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, por grupamentos de atividade em Goiás – 2007



Comércio e reparação 18,91%	Agrícola 15,38%
Indústria 14,09%	Serviços domésticos 8,82%
Construção 8,62%	Educação, saúde e serviços sociais 8,51%
Outras atividades 6,43%	Administração pública 5,88%
Transporte, armazenagem e comunicação 4,85%	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais 4,62%
Alojamento e alimentação 3,9%	

Fonte: IBGE, PNAD 2007
Elaboração própria.

A tabela 3 nos mostra que as pessoas em idade ativa ocupadas são em sua maioria empregados (59,29%), sendo a maior parte destes com carteira assinada. Os trabalhadores domésticos são 8,81% da PIA ocupada, os trabalhadores por conta própria são 20,83%, os empregadores são 2,58%, os trabalhadores na produção para o próprio consumo são 3,68% e trabalhadores na construção para o próprio uso são 0,17%. Pode-se observar ainda que grande parte dos trabalhadores domésticos são mulheres e 76,74% das mulheres que trabalham como domésticas não possuem carteira assinada.

Tabela 3 – Pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência, segundo a posição na ocupação no trabalho principal em Goiás – 2007 (em mil)

	Total	Homens	Mulheres
Total	2.925	1.711	1.215
Empregados	1.734	1.130	605
Com carteira de trabalho assinada	922	624	299
Militares e funcionários públicos estatutários	217	89	129
Outros	595	417	177
Trabalhadores domésticos	258	9	248
Com carteira de trabalho assinada	62	4	58
Sem carteira de trabalho assinada	196	5	191
Conta própria	609	402	207
Empregadores	136	100	36
Não remunerados	75	35	41
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	108	31	76
Trabalhadores na construção para o próprio uso	5	4	1

Fonte: IBGE, PNAD 2007.
Elaboração dos autores

Com relação à contribuição para previdência, a maior parte (50,23%) das pessoas com mais de 10 anos ocupadas não contribuem para o instituto previdência. No nível nacional a situação é oposta, 50,74% das pessoas de 10 anos ou mais contribuem para previdência (foi pesquisado se as pessoas contribuíam para instituto de previdência, federal (INSS ou Plano de Seguridade Social da União), estadual ou municipal).

O grupamento de atividade que menos contribui para previdência em Goiás é o de serviços domésticos em que 73,73% das pessoas ocupadas não contribuem para o instituto de previdência em seu trabalho principal. Outros serviços coletivos, sociais e pessoais, construção e alojamento e alimentação também possuem altos percentuais de não contribuintes, conforme é apresentado na tabela 4.

Tabela 4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência no trabalho principal, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal em Goiás – 2007 (em mil).

Grupamento de atividades	Total	Contribuintes	(%)	Não-contribuintes	(%)
Total	2 925	1 451		1 474	
Serviços domésticos	258	68	26,27	190	73,73
Agrícola	451	125	27,66	326	72,34
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	135	41	30,63	93	69,37
Construção	252	79	31,37	173	68,63
Alojamento e alimentação	114	44	38,70	70	61,30
Comércio e reparação	553	279	50,51	274	49,49
Indústria	411	220	53,39	192	46,61
Indústria de transformação	383	197	51,47	186	48,53
Transporte, armazenagem e comunicação	142	90	62,88	53	37,12
Outras atividades	187	134	71,75	53	28,25
Educação, saúde e serviços sociais	249	218	87,68	31	12,32
Administração pública	172	153	88,75	19	11,25

Fonte: IBGE, PNAD 2007.
Elaboração dos autores

Os números do trabalho infantil em 2007 tiveram uma pequena redução com relação a 2006. Neste, eram 138.055 pessoas de 5 a 17 anos ocupadas em Goiás na semana de referência, sendo 25.669 ocupadas em atividades agrícolas e 112.386 ocupadas em atividades não-agrícolas. Em 2007, o número de crianças e adolescentes reduziu para 136.395 pessoas, sendo 20.443 na atividade agrícola e 115.952 em atividades não-agrícolas.

Rendimento

As pessoas economicamente ativas de 10 ou mais anos o valor do rendimento médio mensal era de R\$ 883,00 em 2007. O rendimento médio mensal das mulheres era 65,03% menor que o rendimento médio dos homens. Enquanto elas recebiam R\$ 675,00, em média, os homens recebiam R\$ 1.038,00. Na zona urbana essa diferença entre os rendimentos é um pouco menor com as mulheres com 65,42% do rendimento dos homens (R\$ 1.096,00 deles contra R\$ 717,00 delas). Já na zona rural a diferença entre os rendimentos é bem maior. As mulheres têm rendimentos menores que a metade da média dos homens, 37,56%. O rendimento do homem na zona rural é de R\$ 631,00 e das mulheres é de R\$ 237,00.

Comparado ao ano 2006, o valor do rendimento médio mensal apresentou um crescimento de 13,94% em Goiás. Nesse ano, o rendimento médio era de R\$ 775,00, com os homens ganhando R\$ 901,00, em média, e mulheres com rendimentos de R\$ 601,00, 66,70% do rendimento masculino.

Pode-se observar com a tabela 5 que as pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, nas classes com maiores salários, possuem mais tempo de estudo. Na classe de rendimento de mais de 20 salários mínimos, 70,99% das pessoas tem mais de 11 anos de estudo enquanto que, entre os indivíduos que recebem até meio salário mínimo, apenas 10,63% deles possuem mais de 11 anos de estudo.

Tabela 5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por grupos de anos de estudo, segundo as classes de rendimento mensal de todos os trabalhos em Goiás – 2007 (em mil)

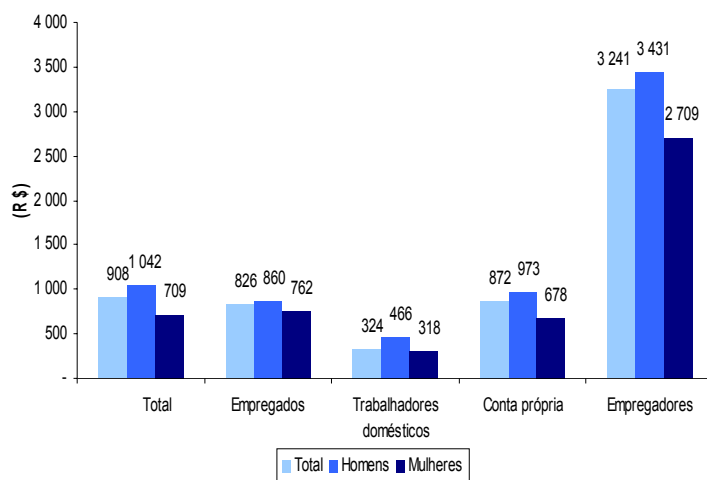
Classes de rendimento mensal de todos os trabalhos	Total	Anos de Estudo					
		Sem instrução a 3 anos	(%)	4 a 10 anos	(%)	11 anos ou mais	(%)
Total	2 916	504	17,29	1 353	46,39	1 059	36,32
Até 1/2 salário mínimo	162	49	29,94	97	59,43	17	10,63
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	675	143	21,19	369	54,59	164	24,22
Mais de 1 a 2 salários mínimos	1 010	177	17,48	501	49,58	333	32,94
Mais de 2 a 3 salários mínimos	350	36	10,28	151	43,24	162	46,47
Mais de 3 a 5 salários mínimos	257	13	4,94	86	33,66	158	61,40
Mais de 5 a 10 salários mínimos	184	9	4,97	37	19,88	139	75,15
Mais de 10 a 20 salários mínimos	59	3	5,39	13	22,16	43	72,45
Mais de 20 salários mínimos	22	2	8,05	5	20,96	16	70,99
Sem rendimento (1)	191	73	38,08	91	47,69	27	14,23
Sem declaração	6	-	-	4	64,72	2	29,41

Fonte: IBGE, PNAD 2007

Elaboração dos autores

Considerando a posição na ocupação, os maiores rendimentos estão entre os empregadores. Em média, recebem 3,92 vezes mais que os empregados, 10 vezes mais que os empregados domésticos e 3,72 vezes mais que os trabalhadores por conta própria. O gráfico 3 mostra o rendimento médio das posições de ocupação. Através do gráfico, pode-se observar também que as mulheres recebem menos que os homens em todas as posições de ocupação.

Gráfico 3 - Rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais, ocupadas na semana de referência e com rendimento no trabalho principal, por sexo, segundo a posição na ocupação em Goiás – 2007



Fonte: IBGE, PNAD 2007.

Elaboração dos autores

Goiás possui o rendimento médio mensal, das pessoas com 10 anos ou mais ocupadas, maior que o do Brasil e menor que o do Centro-Oeste. Em Goiás, esse rendimento médio é de R\$ 884,00, enquanto no Brasil é de R\$ 855,00 e no Centro-Oeste é de R\$ 1.056,00, apesar de que essa média regional é elevada por conta do Distrito Federal que possui um rendimento médio mensal de R\$ 1.922,00.

Conclusão

Em linhas gerais podemos concluir que: 1) as classes com maiores salários possuem mais tempo de estudo; 2) que as mulheres recebem menos que os homens em

todas as posições de ocupação; muito embora 3) as mulheres economicamente ativas possuem um nível de instrução maior que os homens; 4) pessoas em idade ativa ocupadas são em sua maioria empregadas com carteira assinada; 5) as atividades em que há mais pessoas ocupadas são as de comércio e reparação; 6) Goiás possui pouco mais de 28% de não naturais em relação à Unidade da Federação; 7) trabalho infantil em 2007 teve uma pequena melhora com relação a 2006; 8) a atividade que menos contribui para previdência em Goiás é o de serviços domésticos; 10) outros serviços coletivos, sociais e pessoais, construção e alojamento e alimentação também possuem altos percentuais de não contribuintes para previdência; 11) a maioria dos domicílios tem acesso a alguns bens duráveis; 12) população feminina é maior na zona urbana e menor na rural sendo essa relação inversa para homens; e 13) apesar de nascerem mais homens, a população acima de 40 anos é na sua maioria mulheres.

Referências

ARAÚJO, C. H.; LUZIO, N. **Educação e desigualdades regionais**. Disponível em www.inep.gov.br.

IPEA. Comunicado à Presidência. PNAD 2007, Primeiras Análises, vol. 2; 2008. Disponível em www.ipea.gov.br.

PNAD. **Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios**, IBGE, 2007.

Mensuração e Análise do Risco de Base da Arroba do Boi Gordo no Estado de Goiás



Odilon José de Oliveira Neto¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo mensurar e analisar o risco de base da arroba do boi gordo para o Estado de Goiás. Utilizou-se no estudo a série de preços da arroba do boi gordo para o Estado de Goiás e a série de preços futuros na BM&F obtida junto ao Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da (Esalq) da Universidade do Estado de São Paulo. A mensuração da base e do risco de base permitiu analisar o comportamento dos preços a vista da arroba do boi gordo para o Estado de Goiás e os preços futuros da commodity na BM&F. Após a análise do desvio padrão dos preços da base observou-se que o risco gira entre R\$ 1,05 e R\$ 1,83; informação essencial para tomada de decisão por parte dos produtores na comercialização do boi gordo no Estado de Goiás.

Palavras-Chaves: Risco de base; Comercialização; Boi Gordo; Estado de Goiás.

Introdução

Tendo em vista a dificuldade dos produtores de bovinos de corte em lidar com cenários incertos de formação de preços no mercado físico nas regiões onde são produzidos e comercializados sua produção, assim como a necessidade real em se proteger contra as constantes oscilações de preços, é que se revela a importância das informações relativas ao comportamento e diferenças de preços entre o mercado físico e os mercados futuros.

Assim sendo, o gerenciamento de risco na agropecuária, que tem por objetivo fundamental administrar as perdas potenciais relativas ao processo de negociação nos mais diversos mercados, tem, no conhecimento do risco de base, uma ferramenta estratégica de informação fundamental para tomada de decisão em ambientes de incerteza na formação dos

preços de comercialização.

É nesse contexto que se destaca o conhecimento dos fundamentos de mercado, os quais, paralelos ao acompanhamento dos mercados futuros, permitem visualizar fatores que influenciam nas mudanças dos preços no mercado físico e, conseqüentemente, na operacionalização dos mercados agropecuários (Marques & Mello 1999).

Em síntese, a limitação dos agentes responsáveis pela produção agropecuária no Estado de Goiás, na comercialização de seus produtos a valores que permitam garantir a sobrevivência de suas atividades e a cobertura dos custos da atividade revelam a relevância da utilização do conhecimento da base e do risco de base.

Pretende-se destacar, neste trabalho, o elo responsável pela produção do boi gordo (carne bovina), mais precisamente, objetivando demonstrar alternativas para tomada de decisão contra as incertezas relativas as oscilações de preços no mercado físico.

Considerando os riscos envolvidos na produção e comercialização de produtos agrícolas, que vão desde as características técnicas de cada cultura (solo, clima, produtividade, etc.), passando por outros como: qualidade da produção, logística, riscos de desempenho (pragas, doenças, etc.), exposição ao mercado físico (a vista) e variação da base, é que se revela a importância deste estudo.

Assim sendo, surge o seguinte questionamento: o conhecimento do comportamento da base, do risco de base pode contribuir para a tomada de decisão e gerenciamento das incertezas na comercialização do boi gordo por parte dos produtores do Estado de Goiás?

¹ Mestre em Agronegócio pela Universidade Federal de Goiás – UFG. Professor Assistente I (Área: Finanças) da Universidade Federal de Uberlândia – UFU / FACIP. E-mail: odilonoliveira@pontal.ufu.br

Portanto, ressalta-se que esse estudo tem por objetivo mensurar e analisar o risco de base do boi gordo para o Estado de Goiás. Para atingir tal objetivo, foram necessárias a consecução das seguintes etapas: levantamento da série temporal do preço do boi gordo para o Estado de Goiás e no mercado futuro da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e a mensuração e análise do risco de base dos preços do boi gordo para o Estado de Goiás nos meses de vencimento dos contratos futuros de boi gordo na BM&F.

A relevância das informações obtidas nesse trabalho para produtores, empresários, comunidade acadêmico-científica, devido sua perspectiva geração de conhecimento, que é conduzida pelo confronto entre o teórico e o empírico, assim como pela carência de pesquisas referentes a essa temática foram fatores motivadores da realização do mesmo.

Comercialização Agrícola e Tipos de Mercado

Castro Júnior (2001) interpreta a comercialização como uma combinação de atividades realizadas por instituições empenhadas na transferência de produtos (bens) e serviços desde o local de produção até o consumidor final. Percebe-se, assim, que, no contexto geral, a comercialização é entendida como a venda de um produto específico.

Todavia, a comercialização em si dar-se-á especificamente dentro de um mercado, porém, são os tipos de mercados que permitem o conjunto de atividades e peculiaridades que envolvem agentes e interesses relacionados aos produtos no processo de negociação. Sendo assim, de forma generalizada, Hardaker *et al.* (2004), Marques & Mello (1999), Castro Júnior (2001) e Ries & Antunes (2000) apresentam os quatro tipos de mercados, são eles: - mercado físico, também pode ser encontrado com a denominação: mercado *spot*. - mercado a termo: a característica principal que diferencia este mercado dos demais está no sentido de que a comercialização liquidada na data atual está condicionada à entrega futura do produto,

sendo o valor, a quantidade, a qualidade do produto e o local de entrega acordados entre o vendedor e o comprador. Nesse caso, o primeiro pode optar pelo acordo de recebimento imediato à negociação ou na data de entrega do produto. Contudo, o produto negociado será entregue na data futura definida entre as partes. - mercado futuro: são mercados que propiciam a transação de contratos entre compradores e vendedores definindo-se a realização de negócios futuros de produtos específicos a preços pré-estabelecidos, - mercado de opções: nesse mercado são negociados contratos de opções, caracterizados pelo pagamento de valores que dão direitos de compra ou venda, mas não obrigações de escolher determinado curso de ação na negociação de um produto específico no mercado.

O Contrato Futuro do Boi Gordo

De Zen & Ferreira Filho (2004) afirmam que ao utilizar-se da negociação de contratos futuros de boi gordo, os agentes de interesse da bovinocultura de corte não só corroboram no sentido de protegerem da forma mais adequada os lucros e cobertura dos custos da atividade, como também ajudam na preservação de seu patrimônio. A seguir, no quadro 1, apresenta-se as principais características do contrato futuro do boi gordo.

Dando continuidade a discussão sobre a negociação dos contratos futuros de boi gordo, Rochelle (1997) avalia que a padronização do contrato é quem possibilita a negociação do boi gordo através do mercado futuro e soma-se a este fator, outras características baseadas nas especificações do padrão de qualidade e conduta para entrega, embora o objetivo deste mercado não seja a entrega física, ferramenta que permite uma convergência significativa dos preços a vista e futuro.

Quadro 1 – Resumo das especificações do contrato futuro do boi gordo da BM&F

Item	Descrição
Objeto de negociação	O boi gordo, macho, acabado (em pasto ou confinamento) para abate, com 42 meses de idade como máximo, carcaça convexa e pesando entre 450 kg e 550 kg.
Unidade de negociação	330 arrobas (15 kg cada) de carne obtida considerando 54% de rendimento.
Cotação	R\$/@, com duas casas decimais.
Vencimento	Último dia útil de todos os meses do ano.
Liquidação no vencimento	Somente liquidação financeira. Após o pregão do último dia de negociação, todas as posições em aberto são encerradas com uma operação contrária. O preço dessa operação é a média dos últimos cinco dias do Indicador do Preço Disponível do Boi Gordo ESALQ/BM&F.
Margens de garantia	Determinadas como um valor fixo pela BM&F. Margens opostas (ou seja, margens para posições compradoras num vencimento e vendedoras em outro), que nos demais contratos da Bolsa têm 50% de redução, têm tabela específica neste contrato.
Limites de oscilação	Diariamente, as oscilações não devem ser superiores a 3% sobre o vencimento negociado, exceto o mês presente. Caso as cotações atinjam por três dias consecutivos o limite de oscilação, este se amplia em 50%, permanecendo nesse valor até uma nova ampliação, ou redução, ou mesmo interrupção.
Custo operacional	Em operações normais, a taxa de corretagem é de 0,30% sobre o preço de ajuste do dia anterior do primeiro vencimento em aberto. Nas operações <i>day-trade</i> , essa porcentagem cai para a metade. Ainda deve adicionar-se 6,32% do valor de corretagem em conceito de "taxas da bolsa" e mais R\$0,20 (por contrato) como taxa de registro.

Fonte: De Zen & Ferreira Filho (2004)

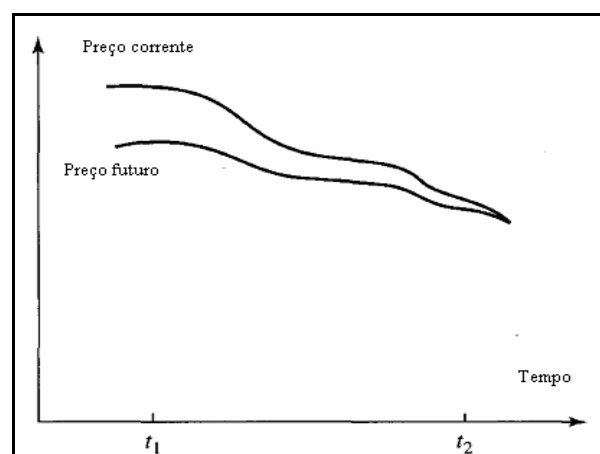
Hedge em Mercados Futuros

A definição de *hedge* envolve a uma tomada de posição contrária a posição no mercado a vista com o objetivo de minimizar o risco financeiro com possíveis oscilações de preços de determinada *commodity*, ou seja, o *hedge* efetiva-se a partir da compra ou venda de contratos futuros em substituição temporária à negociação no mercado físico (*spot*) que ocorrerá posteriormente (FUTURES INDUSTRY INSTITUTE 2002).

Todavia, Marques & Mello (1999) também determinam que o *hedge* atue como uma ferramenta de gerenciamento do risco de oscilações de preços no mercado físico de uma *commodity* agrícola.

Para Hull (2003), a relação entre o preço futuro e o preço a vista é realmente um fator que requer muita atenção e planejamento das atividades de comercialização agropecuária conforme pode ser verificado até o presente instante. Logo, destaca-se que comumente, ao se aproximar da data do vencimento do contrato futuro, o preço do mesmo começa a convergir, ou melhor, aproximar do preço a vista do objeto de negociação como pode ser visualizado na figura 1. Contudo, quando se chega à data de entrega ou de vencimento, o preço do contrato futuro iguala-se ou aproxima-se bastante do preço no mercado físico.

Figura 1 – Variação da base ao longo do tempo – Preço a vista x Preço futuro



Fonte: Hull (2005, p.76).

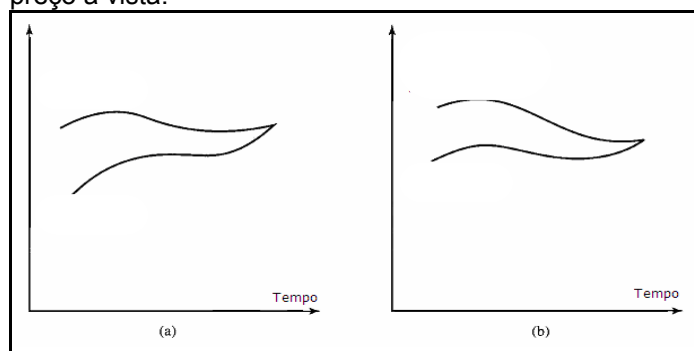
Segundo Marques & Mello (1999), embora raramente os preços a vista e futuro movam-se na mesma intensidade e direção, torna-se ainda mais difícil que os mesmos movam-se em direções opostas. Diante disso, percebe-se que freqüentemente ocorre que os preços a vista e futuro se movem na mesma direção, não necessariamente juntos e com a mesma intensidade.

Risco de Base

Castro Júnior (2004) define a diferença entre os preços nos mercados locais, ou preços a vista no mercado físico (*spot*) e os dos mercados futuros previamente definidos para determinada data, como sendo o valor da base, e em seguida, destaca a necessidade da avaliação do risco envolvido nesta relação no resultado final das operações de comercialização.

Diante do exposto, discute-se que, caso o preço no mercado local (*spot*) e futuro venha a se comportar no mesmo patamar, o resultado final do processo é considerado uma operação perfeita. Entretanto, observa-se na figura 2 (a) e (b) que se o preço do produto físico no mercado local superar o preço do mercado futuro, considerar-se-á o fortalecimento da base. Por outro lado, caso o preço no mercado físico local seja menor que o preço no mercado futuro, isso indicará o enfraquecimento da base (HULL 2005; CASTRO JÚNIOR 2001).

Figura 2 (a) e (b) – Relação entre preços futuro e a vista com aproximação do mês de vencimento. (a) preço futuro acima do preço a vista; (b) preço futuro abaixo do preço a vista.



Fonte: Hull (2005, p.23).

Logo, é freqüente a movimentação dos preços a vista e futuro na mesma direção, entretanto, estas não são lineares quanto a valores e intensidade. A esse fenômeno dar-se-á a denominação risco de base, que mais precisamente, são os movimentos imprevisíveis relativos à base, uma vez que, mesmo movimentando-se na mesma direção, os preços no mercado físico (*spot*) e futuro não apresentam uma simultaneidade e intensidade; assim sendo, o mercado futuro elimina apenas parcialmente os riscos relativos aos preços, minimizando, mas não os eliminando totalmente (BM&F 2005).

Segundo Castro Júnior (2001) a variação de preços durante o período de vigência do contrato futuro, que também pode ser quantificada através do desvio padrão da base, denominado risco de base, deve-se a diversos fatores, dentre eles: qualidade do produto, localização do mercado, tempo de vigência do contrato.

Preço Corrente

Buscando uma melhor visualização da definição de risco de base, Hull (2005) apresenta que a operação tenha início em t_1 e encerrado em t_2 , conforme pode ser observado a seguir:

$$b_1 = S_1 - F_1 \quad \text{e} \quad b_2 = S_2 - F_2 \quad (1)$$

Nesse caso, b_1 e b_2 representam a base e S_1 e S_2 tratam-se dos preços a vista, enquanto que F_1 e F_2 são respectivamente os preços futuros dos instantes t_1 e t_2 .

Fileni (1999) explica que as expectativas em relação ao comportamento dos mercados físico e futuro devem ser necessariamente refletidas no valor da base, já que essa representa um valor simultâneo dos preços a vista e futuro. Como foi explicitado, a base constitui um parâmetro avaliativo dos fundamentos teóricos da relação entre os preços, portanto a modelagem do valor da base deve considerar aspectos relativos às especificidades de cada mercado, servindo como referência comparativa entre os mesmos.

Todavia, conseguido o valor das bases para os períodos de vencimento dos contratos, faz-se necessário conduzir a solução da média geral dos vencimentos, denominado base média geral, que Fontes *et al.* (2005) apresentam com a expressão:

$$b_{MédiaG} = \frac{1}{n} \sum b_{t,T} \quad (2)$$

Compreende-se na equação (2) que a $b_{MédiaG}$ é o valor da base média para o mês de vencimento (T), enquanto: $b_{t,T}$ é igual ao valor da base no período t , para (T), e n é igual ao número de bases encontradas no (T), lembrando que (T) significa mês de vencimento.

Quanto ao risco de base, Hull (2005), ao determinar que este seja delineado pelo grau de incerteza do comportamento dos valores da base na data de vencimento dos contratos, expressa que o risco de base é a quantificação do desvio-padrão das bases encontradas, concordando essencialmente com a

determinação de Fontes *et al.* (2005) na construção da equação (3) apresentada a seguir:

$$Rb = \sqrt{\frac{1}{n-1} (\sum b_{t,T} - b_{MédiaG})^2} \quad (3)$$

Sendo: Rb , o risco de base e $b_{MédiaG}$ a base média geral, e $b_{t,T}$, o valor da base no período t , para o mês de vencimento T , com n , representando o número de bases selecionadas ou definidas na amostra.

Congruente a essa afirmação, Hull (2005) expõe na equação que o resultado da operação de *hedge* pode ser: positiva, negativa ou nula, contudo, esta é necessariamente determinada pela diferença entre F_1 e F_2 .

Metodologia

Em um primeiro momento, este estudo fez um levantamento dos preços futuros na BM&F e do preço a vista no mercado físico da arroba do boi gordo de Goiás, entre os meses de janeiro de 1997 e outubro de 2007, com o objetivo de verificar as diferenças da variância da base (risco de base) no período.

A pesquisa relacionada ao levantamento de dados teve como ponto de partida os preços médios no mercado físico do boi gordo no Estado de Goiás, representados pelos preços de negociação em Goiânia – GO, e os preços futuros da arroba do boi gordo na BM&F, ambos obtidos junto ao Centro de Estudos Avançado em Economia Aplicada (CEPEA) da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da (Esalq) da Universidade do Estado de São Paulo (USP) que tem como base de referência de preço dos contratos futuros do boi gordo negociado na BM&F, assim como para composição do indicador disponível do boi gordo Esalq/BM&F para ajuste diário, as principais regiões produtoras do Estado de São Paulo, mais precisamente: Presidente Prudente, Araçatuba, Bauru / Marília e São José do Rio Preto / Barretos.

De posse dos dados (preços da arroba do boi gordo), foi calculada a base média geral e o risco de base dos

preços do boi gordo para o Estado de Goiás, conforme o vencimento do contrato futuro de boi gordo da BM&F.

Quanto aos valores da base para o período (mês/ano), base média geral e do risco de base, estas foram obtidas utilizando-se as equações e modelos evidenciados no referencial teórico do presente estudo. Entretanto, vale ressaltar que Hull (2005) estabelece que este valor é conseguido a partir da seguinte operação:

$$b_1 = S_1 - F_1 \quad (4)$$

Onde b_1 é o valor da base, S_1 representa o preço *spot* (a vista) do boi gordo no mercado físico (Estado de Goiás) e F_1 o preço futuro na data de vencimento dos contratos futuros da BM&F. Calculado o valor das bases para os períodos de vencimento dos contratos, Conduziu-se a solução da média geral dos vencimentos, denominada base média geral, que Fontes *et al.* (2005) apresentam com a expressão:

$$b_{MédiaG} = \frac{1}{n} \sum_n b_{t,T} \quad (5)$$

Segundo a equação (5) apresentada: $b_{MédiaG}$ representa o valor da base média para o mês de vencimento (T), enquanto $b_{t,T}$ é igual ao valor da base no período t , para (T), e n é igual ao número de bases encontradas no (T), lembrando que (T) significa mês de vencimento. Baseando-se no modelo de Hull (2005), na seqüência, calcula-se o risco de base a partir da quantificação do desvio-padrão das bases encontradas, conforme expressão indicada por Fontes *et al.* (2005):

$$Rb = \sqrt{\frac{1}{n-1} (\sum b_{t,T} - b_{MédiaG})^2} \quad (6)$$

Nesse caso, define-se: RB , como sendo o risco de base; e $b_{MédiaG}$, representando a base média geral e $b_{t,T}$, conforme determinação anterior, é o valor da base no

período t , para o mês de vencimento T ; sendo n , igual ao número de bases selecionadas ou definidas na amostra.

No contexto metodológico, ressalta-se que os cálculos, tabelas e gráficos a serem efetivados neste estudo foram obtidos a partir da utilização dos softwares: *Microsoft Excel 2007*, componente do pacote *Office Professional Edition 2007* e *Eviews 5.0*, componentes especialmente utilizados com objetivo de efetuar os cálculos matemáticos e econométricos a partir dos dados obtidos.

Apresentação e Análise dos Dados

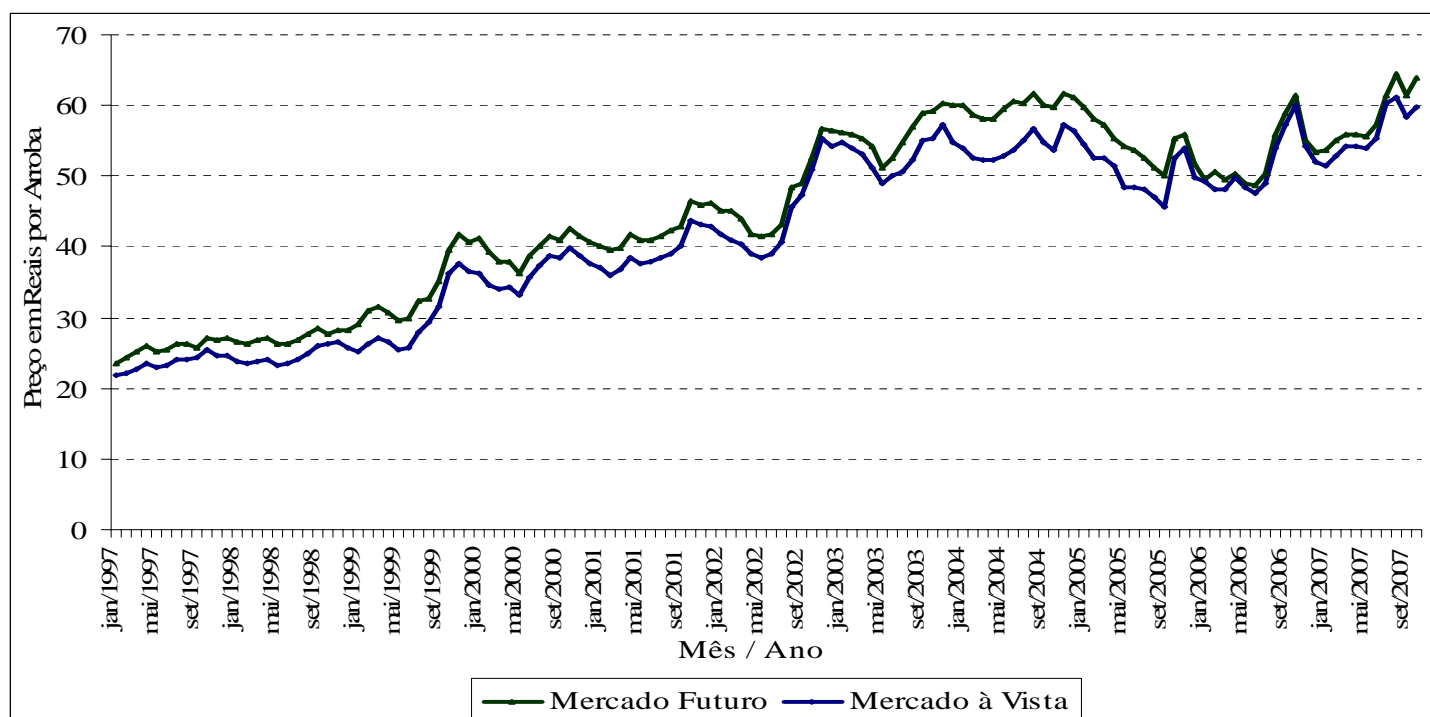
De acordo com o que foi visto no decorrer desse estudo, o conhecimento do risco de base tem por objetivo

compreender informações que contribuam para os tomadores de decisão (produtores) visando mitigar os riscos na comercialização do boi gordo no mercado físico do Estado de Goiás.

O gráfico 1 apresenta os preços da arroba do boi gordo no mercado futuro da BM&F obtidos junto à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da (Esalq) da Universidade do Estado de São Paulo (USP) e os preços da arroba do boi gordo a vista (mercado físico) para o Estado de Goiás, obtidos junto a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), ambos, cotados em reais por arroba.

Em síntese, verifica-se a relação entre os preços futuros e preço a vista da arroba do boi gordo dentre os meses de janeiro de 1997 e outubro de 2007.

Gráfico 1 – Séries de Preços Futuros do Boi Gordo no Mercado Futuro da BM&F e Preços a vista do Boi Gordo para o Estado de Goiás entre Janeiro de 1997 e Outubro de 2007



Fonte: Dados da pesquisa

Foi identificado primariamente, no gráfico 1, um maior distanciamento entre os preços futuros da arroba do boi gordo nos contratos negociados na BM&F e o preço a vista da arroba do boi gordo para negociação no Estado de Goiás, entre os meses de dezembro e maio e uma

maior proximidade dos preços entre os meses de junho e novembro.

Contudo, a relação entre os preços futuros na BM&F e os preços a vista da arroba do boi gordo no Estado de Goiás, assim como o comportamento dos mesmos ao longo de um período de aproximadamente dez anos são

ilustrados no gráfico 1 com intuito de dar início ao estudo direcionado à análise das operações de *hedge* do boi gordo.

No gráfico 1 verifica-se também uma maior proximidade entre os preços futuros na BM&F e os preços a vista da arroba do boi gordo no Estado de Goiás entre os meses de junho e novembro, principalmente, entre os anos de 2002 e 2007, período caracterizado pela maior escassez de chuvas, também denominado, entressafra.

Por outro lado, ainda no gráfico 1, observa-se um maior distanciamento entre os preços futuros e a vista da arroba do boi gordo entre os meses de dezembro e maio, que diferente, do período citado anteriormente, compreende os meses com maior abundância de chuvas no Estado de Goiás, período caracterizado na bovinocultura de corte como safra.

Dando continuidade à discussão sobre a relação de

Tabela 1 – Valor da Base (Preço a vista da arroba do Boi Gordo no Estado de Goiás - Preço da arroba do Boi Gordo no Mercado Futuro BM&F) entre os meses de janeiro de 1997 e outubro de 2007

Mês/Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Janeiro	-1,64	-2,64	-3,65	-4,89	-3,03	-3,14	-1,24	-6,35	-5,12	-0,51	-1,99
Fevereiro	-2,21	-2,91	-4,90	-4,95	-3,61	-4,02	-1,95	-5,93	-5,54	-2,43	-2,31
Março	-2,54	-2,94	-4,46	-3,99	-3,12	-3,53	-2,43	-5,58	-4,65	-1,35	-1,59
Abril	-2,53	-3,04	-4,31	-3,39	-3,20	-2,75	-3,00	-5,78	-3,90	-0,43	-1,48
Maio	-2,32	-2,92	-4,01	-3,22	-3,19	-3,03	-2,15	-6,67	-5,88	-0,38	-1,71
Junho	-2,32	-2,66	-4,17	-3,16	-3,09	-2,84	-2,49	-6,84	-5,36	-1,23	-1,99
Julho	-2,34	-2,77	-4,42	-2,76	-3,03	-2,41	-4,33	-5,17	-4,51	-1,53	-1,13
Agosto	-2,06	-2,52	-3,46	-2,87	-3,26	-2,65	-4,78	-4,84	-4,23	-1,93	-3,18
Setembro	-1,45	-2,45	-3,63	-2,52	-2,70	-1,78	-3,96	-5,33	-4,40	-1,83	-3,15
Outubro	-1,58	-1,55	-3,34	-2,84	-2,66	-1,61	-3,85	-5,98	-2,97	-1,56	-4,13
Novembro	-2,14	-1,45	-4,00	-2,92	-2,72	-1,37	-3,08	-4,33	-2,05	-0,86	-
Dezembro	-2,53	-2,26	-4,27	-3,06	-3,33	-2,29	-5,19	-4,72	-1,94	-1,44	-

Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico 2 exibe a diferença entre o preço a vista da arroba do boi gordo no Estado de Goiás e o preço da arroba do boi gordo no mercado futuro da BM&F entre os anos de 1997 e 2002.

Nota-se, no gráfico 2, um comportamento mais comedido da variação da base entre os anos de 1997 e 2002, onde esta varia entre (R\$ -1,00) e (R\$ -4,00), com exceção do ano 1999, que registra valores na base por

preços da arroba do boi gordo no mercado futuro da BM&F e no mercado a vista no Estado de Goiás, foram calculadas as estatísticas (base média geral e risco de base) voltadas à avaliação qualitativa do comportamento do mercado do boi gordo com vistas às avaliações das operações de *hedge*. Na tabela 1, apresenta-se o valor da base, que é conseguida a partir da equação (7) a seguir:

$$b_1 = S_1 - F_1$$

(7)

A tabela 1 apresenta os valores referentes à diferença entre os preços no mercado físico da arroba do boi gordo no Estado de Goiás e os preços futuros praticados na BM&F que se distinguem ao longo do período em estudo, tendo início em janeiro de 1997 e se estende até o mês de outubro de 2007.

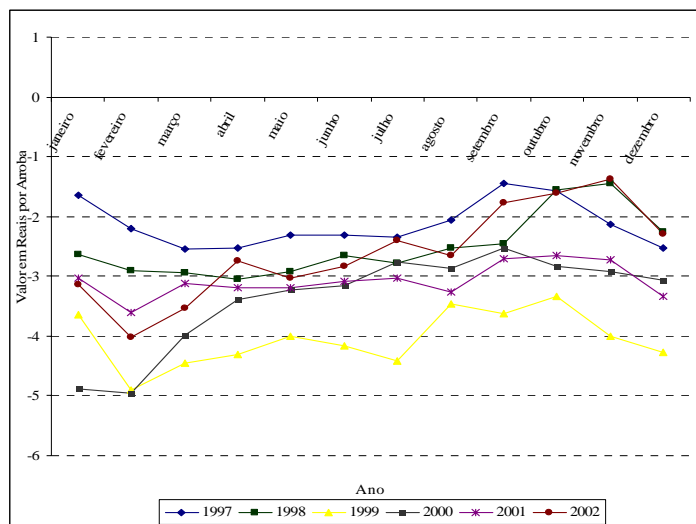
mais de seis meses abaixo dos (R\$ -4,00) por arroba de boi gordo.

Já o gráfico 3 apresenta a diferença entre o preço a vista da arroba do boi gordo no Estado de Goiás e o preço da arroba do boi gordo no mercado futuro da BM&F entre os anos de 2003 e 2007.

No período compreendido entre os anos de 2003 e 2007, como pode ser observado no gráfico 3, o valor da

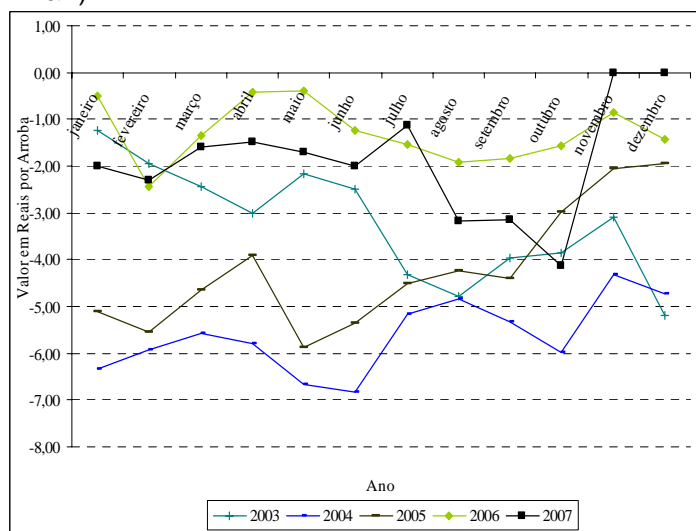
base apresenta maior volatilidade. Nesse contexto, a interpretação que se dá à alta volatilidade da base, está condicionada às incertezas na produção e comercialização da commodity no período ilustrado.

Gráfico 2 – Valor da Base (Preço a vista da arroba do Boi Gordo no Estado de Goiás - Preço da arroba do Boi Gordo no Mercado Futuro BM&F) entre os Anos de 1997 e 2002



Fonte: Dados da pesquisa

Gráfico 3 – Valor da Base entre os Anos de 2003 a 2007 (Preço a vista da @ do Boi Gordo no Estado de Goiás - Preço da Arroba do Boi Gordo no Mercado Futuro BM&F)



Fonte: Dados da pesquisa

A média geral dos preços praticados na base (Estado de Goiás) e também a variação dos preços durante o período compreendido entre janeiro de 1997 e outubro de 2007 foram quantificadas respectivamente através do cálculo do valor da base média e do desvio padrão da base, este último, também conhecido por risco de

base, conseguidos consecutivamente pelas equações (8) e (9):

$$b_{MédiaG} = \frac{1}{n} \sum b_{t,T} \quad (8)$$

$$Rb = \sqrt{\frac{1}{n-1} (\sum b_{t,T} - b_{MédiaG})^2} \quad (9)$$

A seguir, na tabela 2 e no gráfico 6, são apresentados o valor da base média geral e do risco de base, calculados com base nas equações (8) e (9), e também os valores máximos e mínimos entre os anos de 1997 e 2007.

Tabela 2 – Valor Máximo, Valor Mínimo, Base Média Geral e Risco de Base da arroba do boi gordo para o Estado de Goiás entre meses de janeiro de 1997 e outubro de 2007

Mês/Ano	Valor Mínimo	Valor Máximo	Base Média Geral	Risco de Base
Janeiro	-6,35	-0,51	-3,11	1,79
Fevereiro	-5,93	-1,95	-3,71	1,45
Março	-5,58	-1,35	-3,29	1,31
Abril	-5,78	-0,43	-3,07	1,40
Mai	-6,67	-0,38	-3,23	1,79
Junho	-6,84	-1,23	-3,29	1,61
Julho	-5,17	-1,13	-3,13	1,31
Agosto	-4,84	-1,93	-3,25	1,00
Setembro	-5,33	-1,45	-3,02	1,21
Outubro	-5,98	-1,55	-2,92	1,39
Novembro	-4,33	-0,86	-2,49	1,13
Dezembro	-5,19	-1,44	-3,10	1,26

Fonte: Dados da pesquisa

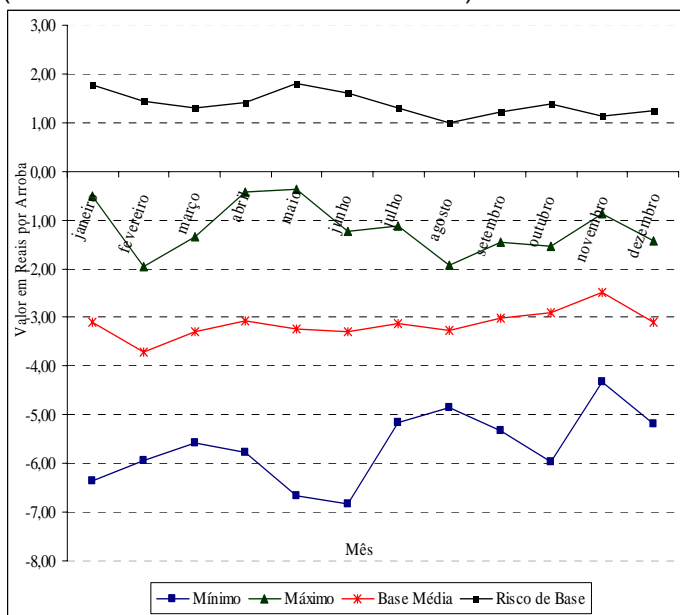
Em adição ao valor da base média geral e ao risco de base, no gráfico 4, é exibida a diferença máxima e mínima dos preços a vista da arroba do boi gordo praticadas no Estado de Goiás em relação aos preços da arroba do boi gordo praticados no mercado futuro da BM&F, entre os meses de janeiro de 1997 e outubro de 2007.

O gráfico 4 nos permite compreender melhor o comportamento da base entre os anos de 1997 e 2007 e seus principais parâmetros estatísticos. Assim sendo, observa-se que o valor da base média geral apresenta-se bem próximo a (R\$ -3,00) durante todos os meses do ano, enquanto o risco de base varia entre (R\$ 1,00) e (R\$ 2,00). Por outro lado, ressalta-se que o risco de

base é maior entre os meses considerados de safra (dezembro a maio) e menor, entre os meses de entressafra (junho a novembro).

Contudo, no gráfico 4, o maior diferencial da base, ou seja, a distância entre o valor mínimo e o valor máximo da base, que corresponde à relação entre o preço a vista da arroba do boi gordo no Estado de Goiás em relação ao preço da arroba do boi gordo no mercado futuro da BM&F, foi identificado no período compreendido entre o fim do período de safra, mais precisamente, abril e maio, e o início do período de entressafra.

Gráfico 4 – Estatísticas do mercado do boi gordo (Mercado Futuro x Mercado a vista GO) de 1997 e 2007



Fonte: Dados da pesquisa

Esse fato é um indicativo da determinante incerteza relacionada ao período correspondente ao fim da safra e início da entressafra do boi gordo, já que na observação do comportamento da base, percebe-se que os valores máximos da base são de (R\$ -0,43) e (R\$ -0,38) para abril e maio, e os valores mínimos da base são de (R\$ -5,78), (R\$ -6,67), (R\$ -6,84) e (R\$ -5,17) para abril, maio, junho e julho, o que define o maior risco de base para o período de transição entre safra e entressafra.

Conclusões

Considerando-se os resultados obtidos após o levantamento da série temporal dos preços da arroba do boi gordo no mercado futuro da BM&F e no mercado a vista do Estado de Goiás, seguido da verificação do comportamento de ambos, notou-se uma significativa diferença entre estes durante o período pesquisado. Essa diferença de preços é mais evidente entre os meses de dezembro e maio, período definido como safra. Entretanto, no período de entressafra, que vai de junho a novembro, os preços apresentam uma maior proximidade.

Após o cálculo e apresentação gráfica do valor médio da base e do risco de base, parâmetros estatísticos considerados essenciais para as tomadas de decisão na comercialização do boi gordo.

Observou-se também, que a incerteza quanto ao comportamento dos preços da arroba do boi gordo no Estado de Goiás é maior durante o período de safra, já que entre os meses de dezembro e maio, os preços a vista do boi gordo apresentam maior volatilidade em relação ao valor médio da base.

Por sua vez, o valor da base média varia entre (R\$ -3,00) e (R\$ -4,00), com exceção dos meses de outubro e novembro, observado que estes são considerados os mais críticos do período de entressafra. Essa evidência eleva a tendência de aproximação dos preços futuros e a vista da arroba do boi gordo no Estado de Goiás.

Por outro lado, ressalta-se com os resultados obtidos neste estudo, a necessidade da realização de pesquisas que possam contribuir para o gerenciamento de risco na comercialização das *commodities* agropecuárias.

Desse modo, sugere-se que outros estudos sobre o comportamento dos preços de comercialização de importantes *commodities* agropecuárias do Estado de Goiás sejam realizados, como: milho, soja, algodão, bezerro, álcool e açúcar.

Com isso, conclui-se a relevância da realização desse e da consecução de futuros trabalhos que tenham por objetivo fundamental mitigar os riscos de preços na comercialização da produção agropecuária.

Referências

BOLSA DE MERCADORIAS E FUTUROS. *Conheça a BM&F*. São Paulo: BM&F, 2005.

CASTRO JÚNIOR, Luiz Gonzaga de. *Comercialização de produtos agrícolas no complexo agroindustrial*. 1. ed. Lavras: UFLA/FAEPE, 2001.

_____. *Mercado futuro e análise de mercado*. 1. ed. Lavras: UFLA/FAEPE, 2004.

DE ZEN, Sérgio.; FERREIRA FILHO, Joaquim Bento de. *Mercado do boi gordo. Curso mercado do boi gordo*. São Paulo: Bolsa de Mercadorias e Futuros, 2004.

FILENI, Dener Hollanda. *O risco de base, a efetividade do hedging e um modelo para estimativa de base: uma contribuição ao agronegócio do café em Minas Gerais*. Lavras, 1999. 137 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Lavras.

FONTES, Renato E. *et al.* Estratégia de comercialização em mercados derivativos: descobrimento de base e risco de base da cafeicultura em diversas localidades de Minas Gerais e São Paulo. *Revista Ciência e Agrotecnologia*, Lavras, v. 29, n. 2, p. 382-389, mar/abr. 2005.

FUTURES INDUSTRY INSTITUTE. *Curso de futuros e opções*. 1. ed. São Paulo: Bolsa de Mercadorias e Futuros, 2002.

HARDAKER, J. B.; HUIRNE, R.B.M.; ANDERSON, J. R.; LIEN, G. *Coping with risk in agriculture*. 2. ed. Cambridge: CABI Publishing, 2004.

HULL, John C. *Fundamentos dos mercados futuros e de opções*. 4. ed. São Paulo: Bolsa de Mercadorias e Futuros, 2005.

_____. *Opções, futuros e outros derivativos*. 3. ed. São Paulo: Bolsa de Mercadorias e Futuros, 2003.

MARQUES, Pedro V.; MELLO, Pedro C. de. *Mercados futuros de commodities agropecuárias: exemplos e aplicações para os mercados brasileiros*. São Paulo: Bolsa de Mercadorias e Futuros, 1999.

RIES, Leandro Reneu.; ANTUNES, Luciano Médici. *Comercialização agropecuária*. 1. ed. Guaíba: Agropecuária, 2000.

ROCHELLE, Thereza Christina Pippa. *O contrato futuro de boi gordo: uma análise do impacto da introdução da liquidação financeira sobre o risco de base*. Piracicaba, 1997. 140 p. Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

Feira Artesanal de Alexânia: Um Modo Singular de Comércio

Joana D'arc Bardella Castro¹

Mário César Gomes de Castro²

Natália Cordeiro Laurias³

Resumo: Consideradas mercados informais num mundo de dinamismo, as feiras ajustam-se perfeitamente aos interesses sociais e podem ser vistas como uma espécie de inovação para uma sociedade, quando exprimem a manifestação do pensamento popular, estabelecendo igualdade entre pobres e ricos nos gostos e desejos. Nesta pesquisa, que retrata uma feira de Alexânia, no interior de Goiás, foi usado o método dedutivo, com caráter exploratório. A pesquisa de campo se deu com visitas a Alexânia, em domingos consecutivos nos meses de maio e junho de 2009 para acompanhar a movimentação da feira que se iniciou no dia três de maio, com o objetivo de divulgar a cultura artesanal local.

Palavras-chave: Alexânia. Artesanato. Feiras.

Introdução

A dinâmica das feiras

A origem das feiras adveio da necessidade do ser humano de reunir e comercializar bens de consumo, possibilitando a aquisição de víveres a quem dependesse seu tempo em longas viagens. Seu surgimento é remoto, mas elas se intensificaram na idade média, quando o excedente de produção foi expressivo.

Souto Maior (1995) escreve que as feiras foram responsáveis pelo aparecimento de muitas cidades do Ocidente europeu e a “concorrência comercial estimulou os descobrimentos e a expansão da civilização europeia no século XVI”. O estímulo à expansão promoveu a distribuição via mediterrâneo de especiarias, perfumes, jóias e seda.

A concorrência por um mercado próximo fez surgir as grandes feiras em torno das praças, largos e até

pequenas ruas, onde o burburinho das pessoas, movimentava a vida por vezes tão pacata. O movimento da feira fez surgir o intercâmbio cultural entre os povos. Comercializava-se de tudo: tapetes, perfumes, jóias, alimentos, artesanatos e até seres humanos.

O século XVI foi um período de grandes negociações e lucros, mas também - não se pode negar - de grande vergonha em face da destruição de vidas, e de sonhos que se registra. Nas feiras eram expostos, como mercadorias muito cobiçadas, os escravos- homens e mulheres aprisionados, dentre os povos inimigos, durante as guerras.

Huberman (1959) faz uma distinção entre as feiras e os mercados da época. Para ele, mercados eram pequenos negócios, onde os produtos principais eram os agrícolas, e os artesanais da localidade. As feiras, por sua vez, exerciam papel de centro distribuidor, pois eram negociadas, por atacado, mercadorias provenientes de outras localidades.

Hoje, mercados e feiras equivalem-se em termos de poder de troca. O movimento voluntário entre compradores e vendedores é uma forma de todos os agentes participativos da economia de satisfazerem e comporem suas cestas de bens. No mundo da concorrência mais acirrada, as feiras livres ficam num segundo plano, tendo em vista o domínio de mercados “super”, ou supermercados, onde também se pode encontrar de tudo um pouco, porém com uma logística diferenciada. Dentro deste complexo de comércio existem as subdivisões que funcionam como empresas individualizadas, com todas as funções próprias e independentes, trabalhando a sua própria realidade..

¹ Coordenadora da pesquisa. Economista e Mestre em Economias de Empresas pela UCB - Brasília. Professora pesquisadora da UEG unidade UnUCSEH. E-mail: joanabardella@brturbo.com.br

² Economista e doutor em Desenvolvimento local pela Universidade Complutense de Madri. E-mail: mariocesar@ueg.br

³ Economista pela UEG, Socióloga pela UFG. Professora de Economia Internacional da UEG E-mail: nlaurias@gmail.com

Existem condições rigorosas na teoria econômica para se definir um tipo de mercado. Dificilmente a teoria se encaixa perfeitamente ao fato, porém o modelo de concorrência perfeita é o que mais se aproxima da realidade das feiras livres como um mercado totalmente permeável, no sentido de que não há barreiras de entrada ou de saída. O preço estabelecido pelo próprio mercado, resulta de transações transparentes e voluntárias e todos os vendedores e compradores submetem-se ao preço definido pelo mercado. Lancaster (1977, p.96) admite que “talvez nunca tenha existido uma economia em que todos os mercados de fatores, de insumos e de produtos fossem perfeitamente competitivos” porque nenhum comprador ou vendedor assume a importância de suas ações individuais, que produzem efeitos perceptíveis no equilíbrio de mercado.

Nesse mundo “diurno”, um mundo de dinamismo, as feiras passam a ser consideradas mercados informais perfeitamente ajustadas aos interesses sociais, como afirma McConnell (1975). A economia informal é positiva em geral, em dois casos: quando atende a necessidade de uma regulamentação mais flexível para liberar forças de mercado, e quando desenvolve atividades que se incrustam nos poros da economia e que, embora necessárias, são incompatíveis com regulamentações.

Para Barreto (2007), a economia informal sempre foi dentro da estrutura das megalópoles, um fenômeno secundário ligado aos bolsões de pobreza e ao trabalho desqualificado. Dentro da nova ótica do trabalho, a informalidade tem uma nova dimensão, deixando de ser uma válvula de escape para resolução de problemas de geração de emprego e de formação de riquezas das camadas mais pobres e assumindo a posição de fenômeno de adaptação da sociedade aos novos requisitos da organização informacional.

Isso pode ser verificado nas feiras, que aderem à informalidade como uma opção paralela ao mercado de trabalho formal, e que dinamiza a economia da região, abastecendo os clientes de produtos diversos a preços

acessíveis colaborando, assim, para a naturalidade do processo de compra e venda.

A ciência econômica se desenvolveu através da análise dos problemas ligados à escassez e a isso se detém em duas particularidades: a produção focada no produto e o consumo, onde se finaliza o ciclo econômico. Marx (1885) já afirmava que “uma sociedade não pode parar de produzir, tal como não pode para de consumir”. Essa idéia está ligada ao instinto de sobrevivência, pois é na produção que se verifica a mola propulsora que sacia a fome, os desejos e anseios de uma sociedade.

A feira pode ser vista como uma espécie de inovação para uma sociedade, quando exprime a manifestação do pensamento popular e estabelece igualdade entre pobres e ricos nos gostos e desejos. Cria-se um link de costumes, ao se ter acesso às várias mercadorias, “deixando para trás toda convenção e distanciamento entre as classes de uma sociedade impregnada de soberba e preconceitos” (ARRIGUI,1994).

É de se encherem os olhos o confronto entre a arcaica feira com traços do século XV e as modernas lojas do século XXI, compostas de bancas com toldos multicoloridos, proteção contra chuva, lugares das bancas por vezes numerados, fixados de antemão, para delimitar o melhor espaço, uma multidão de compradores e biscateiros transitam, carregadores, varredores, vendedores ambulantes, músicos, fiscais, burguesas em busca de algo para comprar, e curiosos, além de carros, carroças. Um lugar de todos e de ninguém, onde recende um cheiro forte de gente, misturado com alimentos e flores, e se fala tão alto, que às vezes ensurdecem os transeuntes. Um espaço aberto sem preconceito contra a criatividade. O consumir, o explorar, o enriquecer, tudo gira em torno do lucro exagerado e da falsa elegância bem treinada para atrair o cliente.

Imbatíveis perante as outras formas de comercialização, as feiras mantêm-se através dos séculos. Isso se deve, certamente, à qualidade dos gêneros perecíveis -

fornecidos diretamente das hortas e dos campos - que oferecem, bem como à transparência na relação de troca sem intermediários, o que possibilita pronta entrega e preços baixos.

Esta pesquisa retrata uma feira do interior de Goiás, numa cidade pequena, onde os artesões desvendam a mais pura arte local com graça e beleza.

Em Alexânia, amanhece mais um dia de domingo com muita expectativa, muito barulho e ansiedade no ar. Não é um dia comum nessa cidade pequena e pacata. “É o dia da feira”, e o evento para o qual se voltam todas as atenções.

O artesão, ao sair de casa, é impulsionado pela necessidade de divulgar e vender seus produtos. Ao olhar o que foi feito, procura defeitos e separa a melhor mercadoria. Seus olhos estão cheios de júbilo pelo trabalho da semana, porém seu coração está angustiado na expectativa da aceitação de seu trabalho. Tudo se mistura nessa feira: o trabalho, a política, a música. Todos querem agradar, pois é a primeira experiência nesse sentido para a cidade e seus artesões. Eles já vivenciaram outros momentos em outros lugares, quando visitaram ou trabalharam, mas agora é a vez da sua cidade. O que mostrar? Como saber se o consumidor vai gostar do trabalho apresentado? O belo é por vezes tão efêmero! E a divulgação, como seria? O público é exigente. Ou nem tanto? Aos poucos a cidade se movimenta, se alegra, se confraterniza. E se inicia mais um dia de feira.

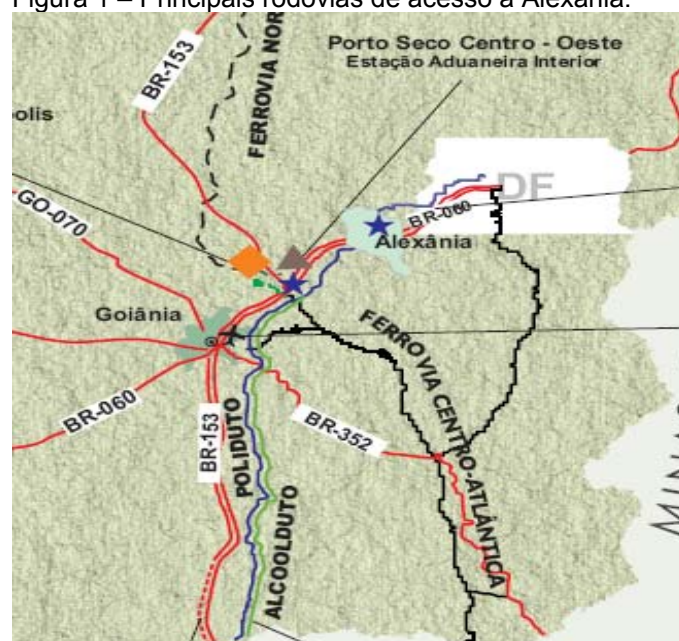
Aspectos sócio-econômicos do Município de Alexânia

O município de Alexânia se formou por volta de 1957, quando se construíram as primeiras moradias. Com o advento de Brasília, novos núcleos se formaram com o intuito de oferecer à nova capital produtos industrializados, com possibilidades de altos lucros.

A área do município se formou ao longo da Rodovia Federal BR 060. Fica a 121 km de Goiânia e a 90 km de

Brasília. Pertence à microrregião 355, segundo a classificação do IBGE. Sua edificação foi planejada através de levantamentos aerofotogramétricos, climatológicos, hidrográficos e de salubridade, e a título de incentivo, procedeu-se à distribuição gratuita de lotes residenciais, com prazo preestabelecido para construção de casas. O município está incluso no Programa especial da Região Geoeconômica de Brasília. (MAPA 1)

Figura 1 – Principais rodovias de acesso a Alexânia.



Fonte: Ranking dos Municípios Goianos 2007 – Sepin/Seplan-Go.

O povoado recebeu o nome de Alexânia em homenagem a Alex Abdallah, seu idealizador, fundador e sócio proprietário do loteamento que deu origem ao município. Em 1959 passa a pertencer à jurisdição do município de Olhos D’água que, em 1961, constrói sede própria passando à condição de povoado.

Alexânia não é apenas um aglomerado de prédios que margeia a rodovia, vista pelos que transitam rumo a Brasília. Além da fertilidade de seus solos, oferece irrigação abundante. Na parte atinente à hidrografia, o principal rio é o Corumbá, que forma o espelho de água da Usina Hidrelétrica Corumbá IV (OLIVEIRA, 2007).

A economia do município está ligada à indústria, ao comércio, a prestação de serviços, à agricultura e à pecuária. Seu parque industrial é composto por 77

indústrias de pequeno, médio e grande porte. A indústria em Alexânia é formada predominantemente por pequenas empresas de vários segmentos, tais como fabricação de doces, pasteurização de leite, artesanato, cerâmicas e olarias. A indústria moveleira tem como característica a produção de móveis coloniais e artesanais, estes feitos de materiais como bambu, vime e junco. A indústria, que tem sido bastante expressiva, aumentou em 2.201,26% seu consumo de energia, fato que se explica, em parte, pela presença da cervejaria Schincariol, inaugurada em 2003 (SEPLAN, 2007).

Quadro 1 -Consumo de Energia elétrica- Alexania 2002-07

Ano	Industrial (Mwh)	Comercial (Mwh)
2002	871	2.472
2003	5.593	2.555
2004	15.267	2.784
2005	18.183	2.965
2006	19.424	3.223
2007	20.044	3.464

Fonte: CELG E SEPLAN/GO

O comércio da cidade é constituído por lojas que abastecem os mercados local e regional. O setor de prestação de serviços é o mais variado possível, com a presença de agências de quatro grandes bancos.

Ocorreu nos últimos oito anos uma expansão de 52% nas ligações de água e nas ligações de luz, de 40,12% (Quadro 1).

A produção agropecuária é variada e destinada, em parte - 60% - ao Distrito Federal (REIS, 2006).

Segundo o IBGE (2007), Alexânia conta com 2.003 habitantes, e um PIB per capita de R\$ 12.764,00. A densidade demográfica, segundo dados de 2008, era de 24,27 hab/km², bem menor que a de 2006, que era de 26,29 hab/Km². A taxa geométrica de crescimento, de 2000 a 2008, foi de 0,38%, bem abaixo do período de 2000/2006, que foi de 2,14%. A população urbana, segundo a contagem feita pelo IBGE neste período, era de 16.635 habitantes e a rural, 3.398 (IBGE, 2007).

Existem 34 escolas na zona rural e 7 na urbana, para ensino fundamental e médio. As escolas rurais são atendidas por serviço de transporte, em que se utiliza

um veículo Kombi para conduzir os alunos e professores. Já os estudantes do ensino superior são transportados, no período noturno, por ônibus. Segundo dados levantados pelo IBGE no censo 2000, 13.287 moradores (84,3%) são alfabetizados. O IDH médio, nessa época, era de 0,696 e o de educação 0,796.

Na área da saúde, Alexânia possui um hospital dotado de 39 leitos além de um posto de saúde com plantões diários. A comunidade rural, cujos maiores problemas são desnutrição e verminose, é atendida por agentes de saúde e enfermeiros. A taxa de mortalidade infantil, segundo dados de 2000, chegou a 36,16%.

Porém, observa-se a partir de 2003, o crescimento da participação da indústria que atingiu, em 2005, 48,9% da riqueza municipal superando o setor de serviços (43,5%). A razão para essa mudança estrutural na economia local foi de uma unidade da cervejaria Schincariol, inaugurada em 2003. Desde então, indicadores como ICMS, ISSQN, PIB e consumo de energia elétrica residencial e industrial (Quadro 1) têm crescido a cada ano. O município subiu quatro posições em relação ao Ranking 2005 - de 18º para 14º colocado – figurando, pela primeira vez entre os 15 municípios mais competitivos do Estado de Goiás. O ganho de posições deu-se, principalmente, em função da melhoria dos indicadores de dinamismo e riqueza econômica, bem como da vantagem competitiva de estar bem localizado, próximo a grandes centros urbanos.

Esse dinamismo foi impulsionado pelo incremento nos setores de serviços e industrial, que diversificam e dinamizam a economia local. Nesse sentido, o reflexo da indústria no setor terciário é evidenciado pelos sucessivos aumentos de arrecadação tributária. Em 2004, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN foi de aproximadamente R\$ 110 mil; já em 2006 atingiu R\$ 989 mil - um aumento de 800%.

Outros impostos, como o Imposto sobre a Propriedade predial e Territorial Urbana - IPTU e o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter-vivos - ITBI,

também tiveram aumentos de arrecadação acima de cem por cento. No mesmo período, contribuíram também para esses aumentos: o papel da prefeitura municipal no aprimoramento da fiscalização e da cobrança através da implantação de sistema eletrônico de acompanhamento, as obras de duplicação da BR-060 e a implantação do Lago de Corumbá IV. Esse crescimento tem reflexos importantes, que se traduzem em benefícios para a população, melhorando a qualidade dos serviços públicos prestados.

As atividades de trabalho em Alexania estão dispostas no quadro 2, com destaque para a agropecuária, que representa 24,10%, o comércio, que representa 15,31% e os serviços domésticos, 12,35%.

Quadro 2 :Número das principais atividades do trabalho municipal- Alexania- 2000

Principais atividades econômicas	Nº de atividades
Agricultura, pecuária, silvicultura, extrativismo florestal, pesca.	1.807
Indústria extrativista de transformação e de distribuição de eletricidade	445
Industria de transformação	382
Construção civil	753
Comércio	1.148
Alojamento e alimentação	332
Transporte, armazenagem e comunicação.	322
Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços.	213
Administração pública, defesa e seguridade social.	381
Educação	252
Saúde e serviços sociais	77
Outros serviços coletivos pessoais	285
Serviços domésticos	926
Atividades não definidas	175
TOTAL	7498

Fonte:Censo IBGE, 2000.

As ocupações por categoria podem ser vistas no quadro 3, com destaque para o alto índice de informalidade: 70,21% dos trabalhadores atuam sem contrato formal de trabalho.

Quadro 3: Número de empregos por categoria de ocupação - Alexânia-2000

Categoria da ocupação	Nº de empregos
Com carteira de trabalho assinada	1693
Militares, funcionários públicos, estatutários.	259
Outros sem carteira de trabalho	2.800
Empregadores	168
Conta própria	1.885
Não remunerados em ajuda, a membro do município.	223
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	89
Total	7.117

Fonte: Censo do IBGE, 2000.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED (2007) registraram-se 438 contratações, contra 483 demissões, o que resulta num saldo negativo de 45. A Relação Anual de Informações Sociais - RAIS para dados de 2007 mostra que o número de empregos formais foi de 2.944 e o rendimento mensal foi de R\$ 867,49.

As atividades informais tendem a se ampliar, o que reforça a importância de ações como criação e incentivo a feiras de artesanato, como esta que é objeto de pesquisa.

Resultados e discussões

O trabalho de pesquisa usou como método, o dedutivo com caráter exploratório. A pesquisa de campo se deu com visitas a Alexânia, em domingos consecutivos nos meses de maio e junho de 2009 para acompanhar a movimentação da feira, que se iniciou no dia 3 de maio, com o objetivo de divulgar a cultura artesanal local.

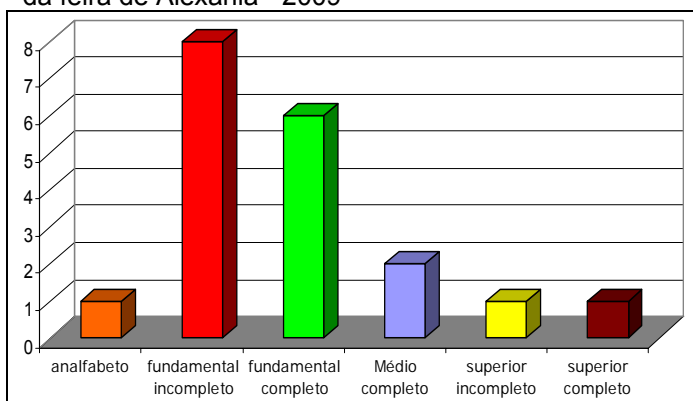
Segundo a Secretaria de Meio Ambiente Turismo e Cultura de Alexânia, responsável pelo evento, a prefeitura está apoiando a feira, oferecendo a estrutura física, como espaço, tendas e mesas e patrocinando a divulgação do evento através de shows com artistas locais e regionais, além de propagandas em sites, emissoras de rádio e jornais.

Os artesãos de Alexânia pertencem à Associação dos Artesões do município de Alexânia - AAMA, onde recebem cursos pelo SEBRAE, e apoio da prefeitura quando vão expor em outras cidades.

Nos primeiros encontros a feira estava composta por trinta e três artesãos locais, que expunham os mais diversos trabalhos, divididos em vinte barracas. Nessa etapa inicial, foi aplicado um questionário com o objetivo de traçar o perfil sócio-econômico desses trabalhadores e identificar seus anseios e /ou desejos em participarem do evento semanalmente.

A feira é composta, em 13,3%, por homens e em 86,7% por mulheres. O grau de instrução que prevalece é o fundamental incompleto (42%), seguido pelo fundamental completo (31,6%) e ensino médio completo (10,5%). Os demais – superior incompleto e completo - apresentam um percentual de 5,3% cada um, como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1- Grau de instrução dos artesãos participantes da feira de Alexânia - 2009



Fonte: da pesquisa

Quanto ao estado civil dos artesãos participantes da feira observou-se que 46,7% são casados, 26,7% solteiros, 20% divorciados e 6,6% com união

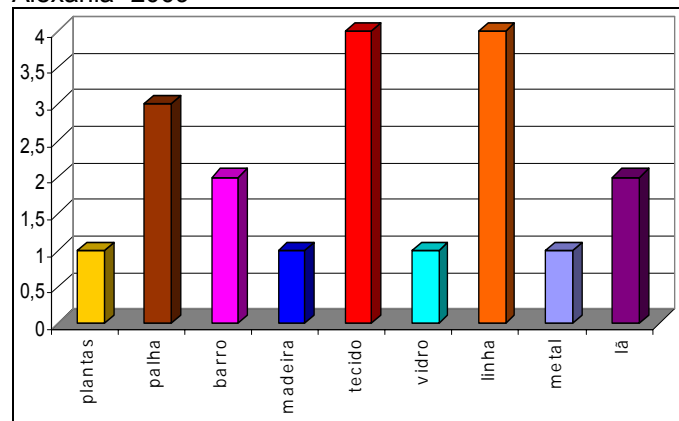
consensual de caráter estável. O número de dependentes é de no máximo 6, sendo que 21,05% não têm dependentes, 52,63% têm até três e 5,26%, de quatro a seis dependentes.

A faixa etária dos artesãos - todos se denominam artesãos, quando perguntada sua profissão - está assim representada: 6,7%, de 18 a 25 anos; 73,3%, de 36 a 45 anos; 6,7% de 56 a 65 anos e 13,3%, acima de 65 anos.

A renda apresentada por 73,3% dos pesquisados está entre R\$ 400,00 a R\$ 1.200,00 e somente 26,7% possui renda até R\$2.500,00. Nenhum artesão é aposentado. Quanto à expectativa de ganho na feira, 80% pensam em receber nas primeiras semanas até R\$ 100,00, 13,3% até R\$300,00 e 6,7% até R\$ 400,00.

Perguntando o motivo de tão baixa expectativa de ganho, alegaram que a divulgação da feira ainda não atingiu seu fim, de sorte que moradores do município e das redondezas, em vez de valorizarem o artesanato local, preferem realizar suas compras na capital, em uma feira similar, porém de maior tradição.

Gráfico 2- Matérias primas utilizadas pelos artesãos-Alexânia- 2009



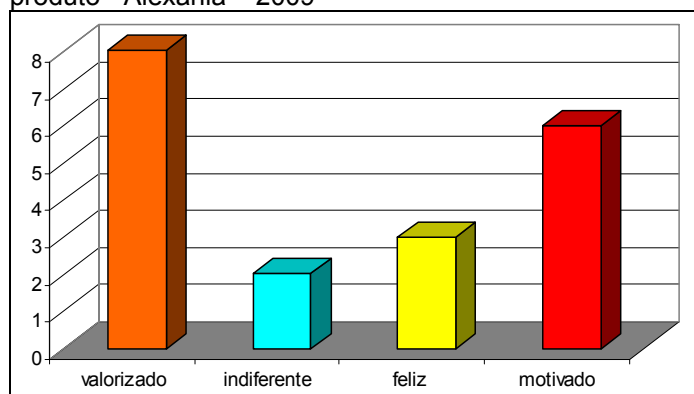
Fonte: da pesquisa

Conforme gráfico 2, as matérias primas mais utilizadas são: tecido e linha (42,10%), palha (15,79%), barro e lã (21,03%) e plantas, madeira vidro e metal (5,26%) cada um. Entre os produtos mais oferecidos, estão os trabalhos manuais de tecelagem e bordados (18,18%) cada um, bem como escultura, pintura e trabalhos de

tricô e crochê (13,66%), arranjos florais e bijuterias (9,09%).

O clima entre os artesãos é de ansiedade e euforia, e o motivo que os levou à feira fica bem evidenciado em suas falas: 52,63% anseiam mostrar seu trabalho para futuros contatos, 36,84% pretendem lançar seu nome no mercado e 10,53% vêem o evento como única oportunidade de exporem seus produtos. O gráfico 3 sintetiza o sentimento que os levou à primeira conquista: 42,10% sentem-se valorizados ao verem seus produtos admirados e comprados, 31,58% sentem-se motivados a continuar a produção, 15,79% demonstraram intensa felicidade por estarem mostrando seu produto e apenas 10,53% ainda se mostram indiferentes ao resultado.

Gráfico 3 - Sentimentos dos artesãos pela aceitação do produto - Alexânia – 2009



Fonte: da pesquisa

Vários são os motivos que levam as pessoas a se dedicarem à arte. Questionados quanto a isso, 37,36% dos artesãos afirmam que foi para realização pessoal, isto é, por sentirem necessidade de realizarem seus projetos de vida e verem concretizados seus dons. 36,32% disseram que, na tentativa de fugir do stress cotidiano, encontraram no artesanato uma maneira de relaxar as tensões impostas por uma vida atribulada. 15,79%, a maioria dos idosos, não querem ficar parados e 10,53% consideram o artesanato uma profissão complementar que pode mudar suas vidas.

Conclusões

Perfeitamente ajustadas aos interesses sociais, as feiras consideradas mercados informais, contribuíram para o aparecimento de muitas cidades. Elas se mantiveram através dos séculos certamente porque, devido à sua simplicidade, são imbatíveis perante outras formas de comercialização de produtos, dada à qualidade dos gêneros e também aos preços baixos, já que se vende sem intermediários, deixando a relação de troca mais transparente e protegida contra abusos. Além disso, a transação é feita sem demora e o comprador leva o produto no mesmo instante.

Em Alexânia, local da pesquisa, observou-se que a feira é composta, predominantemente, por mulheres (86,7%). A maioria dos comerciantes (46,7%) é casada, e a faixa etária predominante é entre 36 a 45 anos (73,3%). As matérias primas são o tecido e as linhas (42,1%); e entre os produtos mais oferecidos estão os trabalhos manuais de tecelagem e bordados (18,18%).

A mola propulsora que os levou a essa conquista (42,10%) foi ver o valor dado ao produto e a admiração dos consumidores diante de cada peça produzida. Vários são os motivos que levam as pessoas a se dedicarem à arte, dos artesãos pesquisados 37,36%, afirmam que há a necessidade de realizarem seus projetos de vida.

Mais que um simples comércio, a feira de Alexânia é a verdadeira expressão de arte e cultura do povo goiano.

Referências

ARRIGUI, Giovani. **O longo Século XX**. São Paulo: Unesp, 1994.

BARRETO, R.C. E S. **O custo benefício da informalidade: o caso feira Hippie em Goiânia**. Anápolis: UEG, 2007. 68p. Dissertação (graduação)-Bacharelado em Ciências Econômicas. UEG: Anápolis, 2007

HUBERMAN, L. **Trabalhador de todos os países, univós!** História das riquezas do homem. 21 .ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1959.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE.Cidade Alexânia. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidade>> [acesso](#) em jun 2007

LANCASTER, K.A **economia Moderna:** teorias e aplicações., nº 74 Jornal de política Economia. 1977.

MARX, K. **O capital.** 18ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Livro I .1985.

MACCONNELL, C. IU software environments. Proc. IUW : 1975.

OLIVEIRA,V.A.G. **Uma análise de desenvolvimento do turismo sustentável no município de Alexânia/GO.Anápolis:** UniEVANGÉLICA, 2007. 38p. Dissertação (graduação) - Bacharelado em Administração. Unievangélica: Anápolis, 2007.

SEPLAN. **Ranking dos Municípios Goianos 2007.** Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/ranking/ranking2003/anapolisC.htm>.> Acesso em: 5 de maio de 2009.

SOUTO MAIOR, M.**Folclore etc & tal.** Recife: Comunicação editora. 1995.

Um Índice de Avaliação de Políticas Públicas da Rede Estadual de Educação¹

Resumo: A educação sempre é tida como uma variável fundamental no planejamento de políticas públicas. Assim, compara-se o desempenho da educação da rede estadual de Goiás com a média nacional com intuito de contribuir nessa direção. Os resultados indicam que, no geral, mais da metade dos municípios goianos (131 dos 246) estão acima da média nacional, mas que ainda há um longo caminho a percorrer para que todos estejam nessa condição.

Palavras chave: indicadores sociais, avaliação de políticas públicas, educação.

Introdução

Uma das principais formas para se verificar o grau de desenvolvimento de um país, estado, região ou município é o IDH. Apesar de muitas críticas a este índice ele continua sendo muito utilizado. Visando fornecer maiores informações sobre aspectos do desenvolvimento do Estado de Goiás, este artigo faz uma radiografia de uma das variáveis utilizadas para o cálculo do IDH, a educação, no entanto, limita a análise à rede estadual.

O objetivo deste trabalho é fornecer um retrato da educação da rede estadual de ensino frente à nacional. Para isso, faz-se o ranqueamento dos municípios e regiões de planejamento que apresentam melhores resultados nas variáveis estudadas e em quais delas apresentam melhor desempenho, ou seja, pretende-se dizer quais municípios, e em quais variáveis da educação da rede estadual, estão acima, ou não, da média nacional.

Os resultados indicam que, no geral, mais da metade dos municípios goianos (131 dos 246) estão acima da

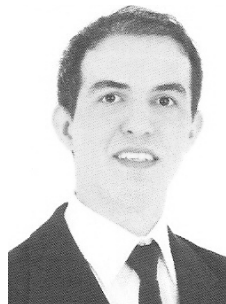
¹ Este trabalho tem como base o realizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso para avaliar as políticas públicas realizadas naquele Estado na área de educação.

² Mestre em Desenvolvimento Econômico e servidor da SEPLAN-GO. E-mail: tromanatto@yahoo.com.br

³ Economista graduado pela Universidade Federal de Goiás. E-mail: rafaelmc@seplan.go.gov.br



Eduiges Romanatto²



Rafael Marques de Camargos³

média nacional, mas que ainda há um longo caminho a percorrer para que todos estejam nessa condição.

Metodologia

Os dados são do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP – Ministério da Educação) e para realização desse trabalho foram utilizados os seguintes dados, todos da rede estadual de educação:

1. Taxa de escolarização líquida (ano 2000);
2. Taxa de abandono escolar do ensino médio (ano 2005);
3. Desempenho médio na prova objetiva do ENEM (ano 2008);
4. Taxa de abandono até a 4ª série do Ensino Fundamental (ano 2005);
5. Taxa de abandono da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (ano 2005);
6. Taxa de reprovação da 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental (ano 2005);
7. Percentual de escolas estaduais com nota na Prova Brasil (PB) 2007 (Matemática 4ª) inferior a média do Brasil;
8. Percentual de escolas estaduais com nota na Prova Brasil (PB) 2007 (Língua Portuguesa Port. 4ª) inferior a média do Brasil;
9. Percentual de escolas estaduais com nota na Prova Brasil (PB) 2007 (Mat. 8ª) inferior a média do Brasil;

10. Percentual de escolas estaduais com nota na Prova Brasil (PB) 2007 (L. Port. 8ª) inferior a média do Brasil;

A prática utilizada foi comparar a média da rede estadual de ensino, de cada município, em cada uma dessas variáveis com a média nacional. Se a média do município for melhor que a média nacional atribuiu-se valor 1 (um) na variável para o respectivo município. Se a média do município for pior que média nacional atribuiu-se valor 0 (zero) e, por fim, se a média do município for próxima a média nacional atribuiu-se valor 0,5. Da primeira a sexta variável apresentada acima se considera “próximo a média nacional” o intervalo de 0,5 pontos acima ou abaixo da média nacional. Da sétima a décima variável considerou-se “próximo da média nacional” até 1 (um) ponto a mais ou a menos.

Alguns municípios não têm informações para todas as variáveis. Nesse caso não se atribuiu peso à variável para o cálculo do índice geral de tal município. Dessa forma, cidades que não têm escolas com alunos suficientes para que as notas da Prova Brasil ou Enem sejam divulgadas, por exemplo, não ficam prejudicadas no desempenho médio. Em resumo, um município que possua apenas a metade das informações pode figurar melhor colocado no índice geral em relação a um município que possua todas as informações, pois seu índice é ponderado pela quantidade de informações disponíveis. Dessa forma, o índice geral varia de 0 a 10,0.

Escrevendo isto em termos matemáticos para facilitar a compreensão temos:

$$X_{ij} > X_{nj}, I_{ij} = 1$$

$$X_{ij} < X_{nj}, I_{ij} = 0$$

$$X_{ij} \cong X_{nj}, I_{ij} = 0,5$$

Onde:

X_{ij} : média do município i no critério j.

X_{nj} : média nacional no critério j.

I_{ij} : índice do município i no critério j.

Vale lembrar que “>” quer dizer “melhor” e não necessariamente maior e “<” quer dizer “pior” e não

necessariamente menor. Isso porque para variáveis como, por exemplo, taxa de reprovação, o fato da média do município goiano ser menor que a média nacional é melhor do que ela ser maior.

Resultados

O resultado geral está apresentado na Tabela 1, ou seja, o Índice Geral de Desempenho do ensino na rede estadual frente à média do Brasil. Classifica do melhor (São Patrício) para o pior município (Padre Bernardo) de acordo com as 10 (dez) variáveis utilizadas. A marcação vermelha significa desempenho abaixo da média nacional; a amarela que o município está próximo da média nacional; e a verde que o município está acima da média nacional. De resto, quando não há marcação de cores é porque o município não possui informação naquela variável.

A Tabela 1 também fornece um retrato geral da educação da rede estadual no Estado de Goiás onde se percebe que mais da metade dos municípios (131) apresentam índice igual ou superior a 5, ou seja, igual ou superior à média nacional. Por óbvio, 115 municípios estão abaixo da média nacional.

Na tabela abaixo apresentamos a média dos índices por região de planejamento:

Tabela 2 – Média dos índices gerais por região de planejamento

Região de planejamento	Índice Geral Médio
Região Sudeste Goiano (estrada de ferro)	5,9
Região Noroeste Goiano	5,6
Região Centro Goiano (BR-153)	5,1
Região Oeste Goiano (GO-060)	5,0
Região Norte Goiano	4,8
Região Sudoeste Goiano	4,8
Região Sul Goiano	4,5
Região Metropolitana de Goiânia	4,4
Região Entorno do DF	4,3
Região Nordeste Goiano	4,1

Elaboração dos autores

A região sudeste apresenta a melhor média enquanto a região nordeste apresenta a pior média. De modo geral, os resultados apontam para uma correlação positiva entre nível de renda (PIB) da região e melhor educação.

Tabela 1 – Índice Geral de Desempenho da Educação Pública Estadual de Goiás Frente à do Brasil

Município	Taxa de escolarização líquida - 2000	Taxa de Abandono - Rede estadual - Ensino Médio - 2005	Desempenho médio da Prova Objetiva do ENEM 2008 - Rede Estadual	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série EF - 2005	Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série EF - 2005	Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série EF - 2005	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (Mat.4ª) inferior à média do Brasil	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (L. Port. 4ª) inferior à média do Brasil	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (Mat.8ª) inferior à média do Brasil	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (L. Port. 8ª) inferior à média do Brasil	Índice Geral de Desempenho	Classificação
Média do Estado de Goiás	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	1,0	0,5	0,5	0,0	0,0	2,5	
São Patricio	1,0	-	-	-	1,0	1,0	-	-	1,0	1,0	10	1
Catalao	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	9,4	2
Ipora	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	9,4	3
Goianesia	1,0	1,0	1,0	0,5	1,0	-	-	1,0	1,0	1,0	9,3	4
Goianã	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	8,9	5
Ouvidor	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	8,9	6
Cachoeira de Goiás	0,0	-	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	8,8	7
Buritinópolis	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	-	-	1,0	1,0	1,0	8,6	8
Guarani de Goiás	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	-	-	1,0	1,0	1,0	8,6	9
Moipora	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	1,0	8,6	10
Anhangüera	0,5	-	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	8,3	11
Formoso	0,5	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	8,3	12
Mairipotaba	1,0	0,0	-	1,0	1,0	-	-	1,0	1,0	1,0	8,3	13
Mineiros	1,0	1,0	1,0	0,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	8,3	14
Orizona	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	8,3	15
Palminópolis	1,0	0,0	-	1,0	1,0	-	-	1,0	1,0	1,0	8,3	16
Pirenópolis	1,0	0,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	8,3	17
Simolândia	1,0	0,0	-	1,0	1,0	-	-	1,0	1,0	1,0	8,3	18
Apore	1,0	-	-	1,0	1,0	-	-	1,0	0,0	0,0	8,0	19
Corumba de Goiás	1,0	0,0	1,0	0,5	1,0	-	-	1,0	1,0	1,0	7,9	20
Ipiranga de Goiás	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	-	-	1,0	0,0	0,0	7,9	21
Bom Jardim de Goiás	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	7,8	22
Cachoeira Alta	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	7,8	23
Inhumas	0,0	1,0	0,5	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	7,8	24
Nova Veneza	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	7,8	25
Buriti de Goiás	1,0	0,5	-	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	1,0	7,5	26
Campo Alegre de Goiás	1,0	0,0	-	1,0	0,5	-	-	1,0	1,0	1,0	7,5	27
Mimoso de Goiás	1,0	-	0,0	1,0	1,0	-	-	-	-	-	7,5	28
Montividiu	1,0	0,0	-	1,0	1,0	-	-	-	-	-	7,5	29
Nova Aurora	1,0	-	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	7,5	30
Santo Antonio do Descoberto	1,0	0,0	-	0,5	1,0	-	-	1,0	1,0	1,0	7,5	31
Anicuns	0,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	7,2	32
Edeia	1,0	0,0	1,0	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	7,2	33
Nova Glória	1,0	0,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	7,2	34
Rio Verde	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	7,2	35
Uruana	1,0	0,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	7,2	36
Anápolis	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	1,0	7,1	37
Baliza	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	-	-	-	7,1	38
Itaguari	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	-	-	1,0	0,0	0,0	7,1	39
Santa Isabel	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	-	-	-	7,1	40
Gemeleira de Goiás	1,0	0,5	1,0	1,0	0,0	-	-	-	-	-	7,0	41
Alto Paraíso de Goiás	1,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	1,0	6,7	42
Aragoiania	1,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	1,0	6,7	43
Araguapaz	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,7	44
Bom Jesus de Goiás	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	6,7	45
Caldas Novas	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,7	46
Campinorte	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	6,7	47
Castelândia	1,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	1,0	6,7	48
Caturai	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,7	49

Município	Taxa de escolarização líquida - 2000	Taxa de Abandono - Rede estadual - Ensino Médio - 2005	Desempenho médio da Prova Objetiva do ENEM 2008 - Rede Estadual	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série EF - 2005	Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série EF - 2005	Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série EF - 2005	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (Mat. 4ª) inferior à média do Brasil	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (L. Port. 4ª) inferior à média do Brasil	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (Mat. 8ª) inferior à média do Brasil	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (L. Port. 8ª) inferior à média do Brasil	Índice Geral de Desempenho	Classificação
Ceres	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	6,7	50
Corumbaíba	0,0	1,0	-	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	6,7	51	
Crominia	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,7	52	
Damianópolis	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	6,7	53	
Estrela do Norte	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	6,7	54	
Fazenda Nova	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,7	55	
Firminópolis	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	6,7	56	
Guarinos	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	6,7	57	
Itaguara	1,0	0,0	-	1,0	1,0	-	-	1,0	0,0	6,7	58	
Itapuranga	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	6,7	59	
Itaucu	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	6,7	60	
Ivolândia	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,7	61	
Jaupaci	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	6,7	62	
Luziania	1,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	6,7	63	
Marzagão	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	6,7	64	
Maurilândia	0,5	0,0	1,0	0,5	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	6,7	65	
Minacu	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	6,7	66	
Nova Iguaçu de Goiás	1,0	0,0	-	1,0	1,0	-	-	1,0	0,0	6,7	67	
São Miguel do Passa Quatro	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	6,7	68	
Damolandia	0,5	0,0	1,0	1,0	1,0	-	-	1,0	0,0	6,4	69	
Diorama	1,0	0,0	0,5	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	6,4	70	
Hidrolina	1,0	0,0	0,5	1,0	1,0	-	-	1,0	0,0	6,4	71	
Santa Rosa de Goiás	1,0	0,5	0,0	1,0	1,0	-	-	1,0	0,0	6,4	72	
Crixas	1,0	0,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	6,1	73	
Goiás	1,0	0,5	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	6,1	74	
Itaberaí	0,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	6,1	75	
Jandaia	0,5	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	6,1	76	
Piracanjuba	0,5	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	6,1	77	
Piranhas	1,0	0,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	6,1	78	
Trindade	0,0	0,5	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	6,1	79	
Itaja	0,0	-	-	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	6,0	80	
Lagoa Santa	0,0	-	-	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	6,0	81	
Santo Antônio da Barra	1,0	-	-	1,0	1,0	-	-	0,0	0,0	6,0	82	
Águas Lindas de Goiás	0,5	0,0	-	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	5,8	83	
Trombas	0,5	0,0	-	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	5,8	84	
Bonfinópolis	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	-	-	0,0	1,0	5,7	85	
Campos Verdes	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	5,7	86	
Matrincha	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	-	-	0,0	1,0	5,7	87	
Mutunópolis	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	-	-	0,0	0,0	5,7	88	
Taquaral de Goiás	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	-	-	1,0	1,0	5,7	89	
Arenópolis	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	5,6	90	
Campinacu	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	5,6	91	
Cristianópolis	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	5,6	92	
Faina	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	5,6	93	
Flores de Goiás	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	5,6	94	
Itapaci	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	5,6	95	
Leopoldo de Bulhões	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	5,6	96	
Montes Claros de Goiás	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	5,6	97	
Nazário	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	5,6	98	
Nerópolis	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	5,6	99	
Novo Brasil	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	5,6	100	

Município	Taxa de escolarização líquida - 2000	Taxa de Abandono - Rede estadual - Ensino Médio - 2005	Desempenho médio da Prova Objetiva do ENEM 2008 - Rede Estadual	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série EF - 2005	Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série EF - 2005	Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série EF - 2005	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (Mat. 4ª) inferior à média do Brasil	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (L. Port. 4ª) inferior à média do Brasil	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (Mat. 8ª) inferior à média do Brasil	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (L. Port. 8ª) inferior à média do Brasil	Índice Geral de Desempenho	Classificação
Rubiataba	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	5,6	101	
Sanclerlandia	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	5,6	102	
Santa Tereza de Goiás	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	5,6	103	
São Joao do Parauna	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	5,6	104	
Vianópolis	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	5,6	105	
Vicentinópolis	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	5,6	106	
Alexania	1,0	0,0	-	0,5	0,5	-	-	1,0	0,0	5,0	107	
Alto Horizonte	1,0	0,0	-	1,0	1,0	-	-	0,0	0,0	5,0	108	
Aracu	0,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	5,0	109	
Aragarcas	0,0	0,0	1,0	0,5	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	5,0	110	
Bonópolis	1,0	0,0	-	1,0	1,0	-	-	0,0	0,0	5,0	111	
Cacu	0,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	5,0	112	
Campestre de Goiás	0,0	0,0	0,5	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	5,0	113	
Cavalcante	1,0	-	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	5,0	114	
Cezarina	1,0	0,0	0,5	1,0	1,0	-	-	0,0	0,0	5,0	115	
Corrego do Ouro	0,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	5,0	116	
Itaruma	0,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	5,0	117	
Itumbiara	1,0	0,5	0,5	0,0	1,0	1,0	0,5	0,0	0,0	5,0	118	
Montividiu do Norte	0,5	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	5,0	119	
Mossamedes	0,5	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	5,0	120	
Palmelo	0,0	-	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	5,0	121	
Perolandia	0,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	1,0	1,0	5,0	122	
Pontalina	0,0	0,0	0,5	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	5,0	123	
Porangatu	0,0	0,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	5,0	124	
Professor Jamil	1,0	0,5	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	5,0	125	
Rialma	0,0	0,0	1,0	0,5	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	5,0	126	
São Francisco de Goiás	1,0	0,0	-	1,0	1,0	-	-	0,0	0,0	5,0	127	
Três Ranchos	0,0	-	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	5,0	128	
Uirapuru	1,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	-	-	5,0	129	
Uruacu	0,0	0,0	1,0	0,5	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	5,0	130	
Vila Boa	1,0	0,0	-	1,0	1,0	-	-	0,0	0,0	5,0	131	
Abadiania	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	4,4	132	
Bela Vista de Goiás	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	4,4	133	
Buriti Alegre	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	4,4	134	
Cabeceiras	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,4	135	
Caiaponia	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	4,4	136	
Cumari	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,4	137	
Davinópolis	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,4	138	
Doverlandia	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	4,4	139	
Heitorai	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,4	140	
Inaciolandia	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	4,4	141	
Jatai	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	1,0	0,0	4,4	142	
Mara Rosa	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,4	143	
Portelandia	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	1,0	4,4	144	
Santa Barbara de Goiás	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	4,4	145	
Santa Fe de Goiás	1,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	4,4	146	
Santa Helena de Goiás	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	4,4	147	
Santa Rita do Araguaia	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	4,4	148	
Santa Rita do Novo Destino	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	4,4	149	
Santo Antonio de Goiás	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	4,4	150	
Urutai	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	4,4	151	

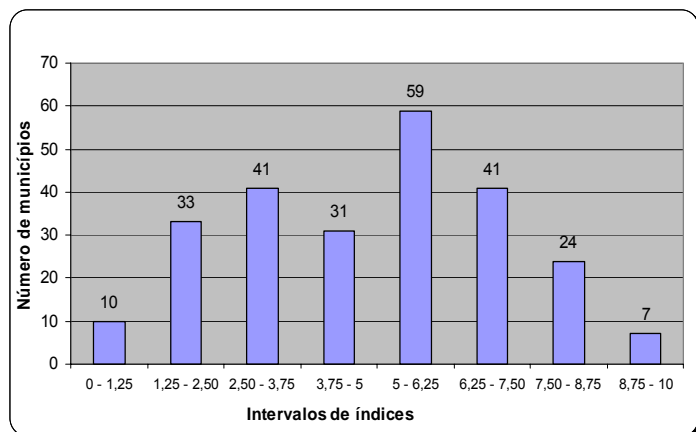
Município	Taxa de escolarização líquida - 2000	Taxa de Abandono - Rede estadual - Ensino Médio - 2005	Desempenho médio da Prova Objetiva do ENEM 2008 - Rede Estadual	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série EF - 2005	Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série EF - 2005	Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série EF - 2005	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (Mat. 4ª) inferior à média do Brasil	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (L. Port. 4ª) inferior à média do Brasil	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (Mat. 8ª) inferior à média do Brasil	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (L. Port. 8ª) inferior à média do Brasil	Índice Geral de Desempenho	Classificação
Carmo do Rio Verde	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	-	-	0,0	0,0	4,3	152	
Goianapolis	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	4,3	153	
Panama	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	4,3	154	
Terezópolis de Goiás	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	4,3	155	
Água Fria de Goiás	1,0	0,0	0,5	0,0	1,0	0,0	-	-	-	4,2	156	
Hidrolândia	0,0	0,5	-	0,0	1,0	-	-	1,0	0,0	4,2	157	
Nova América	1,0	0,0	-	0,5	0,0	-	-	0,0	1,0	4,2	158	
Ouro Verde de Goiás	0,0	0,5	-	1,0	1,0	-	-	0,0	0,0	4,2	159	
Água Limpa	0,0	0,0	0,5	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	3,9	160	
Israelândia	1,0	0,0	1,0	0,5	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9	161	
São Miguel do Araguaia	0,0	0,0	0,5	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	3,9	162	
Abadia de Goiás	0,0	0,0	0,0	0,5	1,0	-	-	1,0	0,0	3,6	163	
Acreuna	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	3,3	164	
Aloândia	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	3,3	165	
Amaralina	1,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	3,3	166	
Americano do Brasil	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	3,3	167	
Amorinópolis	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	3,3	168	
Cachoeira Dourada	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	3,3	169	
Caldazinha	0,0	1,0	-	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	3,3	170	
Colinas do Sul	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	171	
Goiania	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	3,3	172	
Goianira	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	3,3	173	
Guaraíta	1,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	3,3	174	
Jaragua	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	3,3	175	
Jussara	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	1,0	0,0	0,0	3,3	176	
Morro Agudo de Goiás	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	3,3	177	
Mozarlandia	1,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	178	
Palmeiras de Goiás	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	3,3	179	
Paranaiguara	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	180	
Planaltina	1,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	3,3	181	
Quirinópolis	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	3,3	182	
Rio Quente	0,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	0,0	1,0	3,3	183	
Silvania	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	3,3	184	
Sítio Dabádia	1,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	185	
Teresina de Goiás	1,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	186	
Turvelândia	1,0	0,0	-	1,0	0,0	-	-	0,0	0,0	3,3	187	
Varjão	0,0	1,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3	188	
Aruana	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	2,9	189	
Brazabrantas	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	-	-	0,0	0,0	2,9	190	
Campo Limpo de Goiás	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	2,9	191	
Gouvelândia	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	2,9	192	
Palestina de Goiás	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	2,9	193	
Pilar de Goiás	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	-	-	0,0	0,0	2,9	194	
São Luís de Montes Belos	0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	2,9	195	
Adelandia	0,0	0,0	0,5	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	2,8	196	
Cocalzinho de Goiás	0,0	0,0	1,0	0,5	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,8	197	
Formosa	1,0	0,0	0,5	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,8	198	
Santa Cruz de Goiás	0,5	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,8	199	
São Simão	0,0	0,5	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,8	200	
Barro Alto	0,0	0,0	-	0,5	1,0	-	-	0,0	0,0	2,5	201	
Nova Roma	0,5	0,0	-	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	2,5	202	

Município	Taxa de escolarização líquida - 2000	Taxa de Abandono - Rede estadual - Ensino Médio - 2005	Desempenho médio da Prova Objetiva do ENEM 2008 - Rede Estadual	Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª Série EF - 2005	Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série EF - 2005	Taxa de Reprovação - Rede Estadual - 5ª a 8ª Série EF - 2005	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (Mat.4ª) inferior à média do Brasil	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (L. Port. 4ª) inferior à média do Brasil	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (Mat.8ª) inferior à média do Brasil	% de escolas estaduais com nota na PB 2007 (L. Port. 8ª) inferior à média do Brasil	Índice Geral de Desempenho	Classificação
Novo Planalto		0,5	0,0	-	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	2,5	203
Aurilândia		0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	204
Campos Belos		0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	205
Goiatuba		0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	206
Iaciara		1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	207
Indiara		0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	208
Jesupolis		0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	209
Mambai		0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	210
Monte Alegre de Goiás		1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	211
Niquelândia		1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	212
Parauna		0,0	0,0	1,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	213
Pires do Rio		0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	2,2	214
Posse		0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	1,0	0,0	2,2	215
Rianópolis		0,0	0,0	0,5	0,5	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	2,2	216
Santa Terezinha de Goiás		1,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	217
São Domingos		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	2,2	218
Turvania		0,0	0,0	0,0	1,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	219
Serranópolis		0,0	0,5	0,0	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	2,1	220
Edealina		0,0	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	-	-	2,0	221
Porteirao		0,0	-	-	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	2,0	222
São Luiz do Norte		0,0	-	-	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	2,0	223
Vila Propício		-	0,0	-	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	2,0	224
Aparecida de Goiânia		0,0	0,0	0,5	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	225
Cidade Ocidental		0,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	1,7	226
Ipameri		0,0	0,5	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	227
Itapirapua		0,0	0,0	0,5	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	228
Joviania		0,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	1,7	229
Morrinhos		0,0	0,0	0,5	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	230
Nova Crixas		0,5	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	231
Novo Gama		0,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	1,7	232
Petrolina de Goiás		0,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	1,7	233
Valparaíso de Goiás		0,0	0,0	-	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	1,7	234
Cristalina		0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	-	-	0,0	0,0	1,4	235
Senador Canedo		0,0	0,0	-	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	236
Alvorada do Norte		1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	237
Avelinópolis		0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	238
Britânia		0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	239
Guapo		0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	240
Mundo Novo		0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	241
São João Dalianca		0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1	242
Aparecida do Rio Doce		0,0	0,0	-	-	-	-	-	-	-	0,0	243
Chapadão do Céu		0,0	0,0	-	-	-	-	-	-	-	0,0	244
Divinópolis de Goiás		0,0	0,0	-	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0	245
Padre Bernardo		0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	0,0	0,0	0,0	246

Elaborado pelos autores

Outra análise pertinente que podemos fazer é ver como estão distribuídos os municípios por intervalos de classes dos índices⁴. A distribuição encontra-se abaixo.

Gráfico 1 – Distribuição dos Municípios por intervalo de notas



Elaboração dos autores

Apesar de indicar uma distribuição normal dos municípios conforme o desempenho do ensino na rede estadual, o ideal é que todos estivessem acima da média (5).

Taxa de escolarização líquida (15 a 17 anos)

Essa variável indica qual a proporção de jovens de 15 a 17 anos que estão freqüentando a série esperada ou que já completaram o ensino médio sobre o total de jovens de 15 a 17 anos. Em Goiás só temos este dado para o estado. Não o temos para os municípios. E o estado possui uma taxa de escolarização líquida abaixo da média nacional. Como mostra a Tabela 1.

Taxa de abandono – Rede Estadual – Ensino Médio (2005)

A taxa de abandono da rede estadual do ensino médio é a proporção entre o número de alunos da rede estadual que abandonaram o ensino médio sobre o número total de matrículas no ensino médio da rede estadual. A média do Estado de Goiás neste indicador ficou abaixo da média nacional sendo a primeira igual a 18,1% e a nacional 17,2%. Conforme observamos na Tabela - 1,

⁴ O Método de Struges foi utilizado para cálculo do número de classes $k = 1 + 3,22 \times \log(n)$, onde “k” é o número de classes e “n” o número de municípios.

cerca de 48% dos municípios goianos obtiveram uma taxa de abandono melhor que a média nacional, 45% com uma taxa inferior a média nacional e 7% próximos a média nacional. Dentre os municípios que tiveram média melhor que a média nacional neste quesito, a maioria está na Região Norte e Oeste Goiano.

Desempenho médio da prova objetiva do ENEM 2008 – Rede Estadual

O desempenho médio da prova objetiva do ENEM 2008 é calculado dividindo-se a soma das notas dos alunos da rede estadual na parte objetiva da prova do ENEM pelo total de alunos da rede estadual participantes do ENEM e ao final multiplica-se por 100. Nesse quesito a média do Estado de Goiás ficou abaixo da média nacional. Enquanto Goiás teve um desempenho médio no ENEM de 35, o Brasil teve um desempenho médio igual a 36,13.

Como se observa na Tabela 1, apenas 7% dos municípios obteve média melhor que a média nacional. Outros 7% obtiveram média próxima à nacional e os 86% restante obtiveram média pior que a média nacional.

Taxa de Abandono - Rede Estadual - Até a 4ª série do Ensino Fundamental – 2005

A taxa de abandono – rede estadual – até a 4ª série do EF – 2005 é calculada através da divisão entre o número de alunos que abandonaram a escola, até a 4ª série, na rede estadual de EF e o número total de matrículas até a 4ª série na rede estadual do ensino fundamental.

A média do Estado de Goiás nesse aspecto ficou bem próxima a média nacional. Sendo a primeira igual 4,1% e a segunda igual a 4,2%.

Do total de municípios goianos 66% deles apresentam média melhor que a do Brasil nesse quesito, outros 9% obtiveram média próxima a do Brasil, e o restante média pior que a média nacional.

Taxa de Abandono - Rede Estadual - 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental – 2005

A taxa de abandono – rede estadual – da 5ª a 8ª série do EF – 2005 é calculada através da divisão entre o número de alunos que abandonaram a escola, da 5ª a 8ª série, na rede estadual de EF e o número total de matrículas da 5ª a 8ª série na rede estadual do EF.

O Estado de Goiás nesse quesito teve um desempenho médio pior que o desempenho médio nacional. Enquanto o primeiro registrou uma taxa de abandono de 12%, a média nacional ficou em 9,2%. No Estado 38% dos municípios goianos estão melhor que a média nacional. Estão próximo a média nacional outros 9%. E os 53% restante estão abaixo da média nacional.

Taxa de Reprovação – Rede Estadual – 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental – 2005

A taxa de reprovação da 5ª a 8ª série do EF é calculada através da divisão entre o número de alunos reprovados, de 5ª a 8ª série na rede estadual do EF e o número total de matrículas de 5ª a 8ª série na rede estadual do EF.

Nesse quesito o Estado de Goiás teve um desempenho médio melhor que a média do Brasil. Enquanto o Estado tem uma taxa de reprovação de 10,2%, o Brasil tem uma taxa média de reprovação de 14,5%.

No Estado 92% dos municípios têm média melhor que a média nacional. Próximo a média nacional são apenas 2% dos municípios. Os 6% restante possuem média pior que a média nacional.

Escolas estaduais - Prova Brasil (Mat. 4ª) inferior a média do Brasil-2007

Essa variável mostra qual a proporção de escolas estaduais, em cada município, que obtiveram nota na Prova Brasil em 2007 e em matemática, inferior a média do Brasil. É calculada dividindo-se o número de escolas estaduais com nota em matemática, na 4ª série, inferior à média do Brasil pelo número de escolas estaduais

com nota em matemática na Prova Brasil 2007, na 4ª série, do Ensino Fundamental.

O Estado de Goiás teve nesse quesito uma média próxima à média nacional. Enquanto o primeiro teve em média 48,7% das escolas estaduais com nota em matemática na 4ª série inferior à média do Brasil, o Brasil teve em média 47,73%. Ainda, 40% dos municípios goianos obtiveram uma média melhor que a média nacional, enquanto 60% dos municípios obtiveram média pior que a do Brasil.

Escolas estaduais – Prova Brasil (L. Port. 4ª) inferior à média do Brasil - 2007

Essa variável indica qual a proporção de escolas estaduais, em cada município, que obtiveram nota na Prova Brasil em 2007 e em língua portuguesa, até a 4ª série, inferior a média do Brasil. É calculada dividindo-se o número de escolas estaduais com nota em língua portuguesa até a 4ª série inferior à média do Brasil pelo número de escolas estaduais com nota em língua portuguesa, na Prova Brasil 2007, até 4ª série do Ensino Fundamental.

O Estado de Goiás apresentou um resultado um pouco melhor que a média nacional. Em média 44,23% das escolas estaduais de Goiás obtiveram nota na PB 2007, em língua portuguesa, até a 4ª série, inferior à média do Brasil. Já a média de escolas estaduais no Brasil com nota inferior a média nacional até a 4ª série foi de 44,76%.

No Estado de Goiás, 45% dos municípios tiveram uma proporção menor de escolas com nota inferior à média nacional, ou seja, tiveram desempenho melhor que a média do Brasil; 1% se encontra próximo à média do Brasil; e os 54% restante tiveram um desempenho pior que a média nacional, ou seja, apresentaram nota média abaixo da média do Brasil o que não é desejável.

Escolas estaduais – Prova Brasil - (Mat. 8ª) inferior a média do Brasil - 2007

Essa variável nos mostra qual a proporção de escolas estaduais, em cada município, obtiveram nota na Prova Brasil 2007, em matemática, inferior à média do Brasil. É calculada dividindo-se o número de escolas estaduais com nota em matemática na 8ª série inferior à média do Brasil pelo número de escolas estaduais com nota em matemática na Prova Brasil 2007, na 8ª série do Ensino Fundamental.

O Estado de Goiás teve neste quesito um resultado um pouco abaixo que a média nacional. Em média 58,16% das escolas estaduais de Goiás obtiveram nota na PB 2007, em matemática, na 8ª série inferior à média do Brasil. Enquanto a média de escolas estaduais no Brasil, com nota inferior a média nacional, até a 8ª série foi de 52,61%.

No Estado de Goiás, 43% dos municípios tiveram uma proporção menor de escolas com nota inferior à média nacional, ou seja, tiveram desempenho melhor que a média do Brasil; os 57% restante tiveram um desempenho pior que a média nacional, ou seja, apresentaram nota média abaixo da média do Brasil o que não é desejável.

Escolas estaduais – Prova Brasil - (L. Port 8ª) inferior a média do Brasil - 2007

Esta variável indica qual a proporção de escolas estaduais, em cada município, que obtiveram nota na Prova Brasil 2007, em língua portuguesa, inferior à média do Brasil. É calculada dividindo-se o número de escolas estaduais com nota em língua portuguesa na 8ª série inferior à média do Brasil pelo número de escolas estaduais com nota em língua portuguesa na Prova Brasil 2007 na 8ª série do Ensino Fundamental.

O Estado de Goiás teve neste quesito um resultado abaixo da média nacional. Em média 61,39% das esco-

las estaduais de Goiás obtiveram nota na PB 2007, em língua portuguesa, na 8ª série, inferior à média do Brasil. Enquanto a média de escolas estaduais no Brasil com nota inferior a média nacional até a 8ª série foi de 51,47%.

No Estado de Goiás, 37% dos municípios tiveram uma proporção menor de escolas com nota inferior à média nacional, ou seja, tiveram desempenho melhor que a média do Brasil; os 63% restante tiveram um desempenho pior que a média nacional, ou seja, apresentaram nota média abaixo da média do Brasil.

Considerações finais

Comparando-se o desempenho da educação da rede estadual de Goiás com a média do Brasil, percebe-se que Goiás está acima, mas muito próximo da média nacional. Dos 246 municípios 131 estão nessa condição, ou seja, a maioria. Isso é bom? Do ponto de vista dos 131 municípios, no mínimo razoável. Analisando os 115 restantes, percebe-se que o caminho é longo, fazendo-se necessário investimento na área para melhorar as variáveis que apresentaram um desempenho ruim.

Referências

Anuário estatístico do Estado de Goiás, vários anos. Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação; Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás (www.seplan.go.gov.br/sepin).

Instituto Nacional de Estudos e de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (www.inep.gov.br)

Jannuzzi, Paulo de M. Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas, Editora Alínea, 2. ed., 2003.

Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso <http://www.tce.mt.gov.br/avaliacao/view/index.php>.

Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Calçados Goiânia – Goianira



Neide Selma do Nascimento
Oliveira Dias¹

Resumo: Este artigo traça um panorama do Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Calçados Goiânia - Goianira. Seu objetivo é analisar o processo de estruturação e desenvolvimento deste arranjo, procurando compreender sua dinâmica produtiva, seus problemas e seu potencial de crescimento e sustentação. Apresenta as características da indústria de calçados, a origem do Apl, o perfil e a estrutura dos atores do arranjo, as principais vantagens de localização e as políticas públicas.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local de Calçados Goiânia – Goianira, desenvolvimento, Indústria de calçados, políticas públicas.

Introdução

A produção de calçados caracteriza-se por constituir um processo de trabalho de natureza intensiva em mão-de-obra, com tecnologia de produção que guarda ainda acentuado conteúdo artesanal. Assim, esta indústria apresenta elevado potencial de emprego, desempenhando importante papel na incorporação de mão-de-obra, inclusive não-especializada. O processo de fabricação é descontínuo e o fluxo de produção ocorre através de distintos estágios: modelagem, corte, costura, montagem e acabamento.

No entanto, a complexidade das fases de costura e montagem, onde se concentra cerca de 80% da mão-de-obra, tem limitado as possibilidades de automação. A intensidade em força de trabalho e a relativa difusão da habilidade de produzir calçados têm permitido que se inicie essa atividade com uma necessidade de capital relativamente baixa, de modo que as barreiras à entrada e à saída de novas empresas no setor não são expressivas.

Existe uma característica marcante nessa etapa: a subcontratação de mão-de-obra. No Rio Grande do Sul

surgiram os ateliês, que em Franca são chamados de “bancas” de pesponto. No Arranjo Produtivo Local de Calçados de Goiânia – Goianira chama-se facção ou faccionista, e a grande maioria é informal.

Devido ao forte conteúdo artesanal e fragmentação no processo produtivo, a indústria de calçados tem características de produção localizada, estimulando, com isso, as aglomerações geográficas ou os Arranjos Produtivos Locais de Calçados.

A indústria de calçados no Brasil é distribuída geograficamente em oito principais pólos produtivos (Arranjos Produtivos Locais): Rio Grande do Sul, São Paulo, Ceará, Minas Gerais, Bahia, Paraíba, Santa Catarina e Goiás. Conforme a Tabela 1, nessas regiões, estão presentes empresas de diferentes portes e com níveis diferentes de capacitação produtiva. Tal heterogeneidade explica-se pela natureza do produto e do processo de produção, que são diferentes em cada linha de produtos.

Tabela 1 - Principais Pólos Produtivos da Indústria Calçadista Brasileira – Participação no Emprego e Estabelecimento - 2006

Estados	Emprego		Estabelecimento	
	N	%	N	%
Rio Grande do Sul	123.539	40,27	3.525	37,54
São Paulo	53.892	17,57	2.868	30,55
Ceará	48.498	15,81	261	2,78
Minas Gerais	25.086	8,18	1.540	16,40
Bahia	24.295	7,92	100	1,07
Paraíba	11.987	3,91	118	1,26
Santa Catarina	6.195	2,02	331	3,52
Goiás	1.666	0,54	205	2,18
Outros	11.633	3,79	441	4,70
TOTAL	306.791	100%	9.389	100%

Fonte: RAIS /MTE. 2006. Elaboração Própria

Outra característica da indústria calçadista no Brasil, de acordo com dados da RAIS/MTE, é a presença de uma grande quantidade de empresas com a predominância de micro e pequenas, como mostra a Tabela 2. Em termos numéricos os estabelecimentos de

¹ Economista, Mestre em Desenvolvimento e Planejamento Territorial (UCG), Empresária e professora universitária. E-mail: neideselma@ig.com.br

microempresas e pequeno porte dominam a organização industrial do setor com 94,71% de unidades, já, a sua participação no emprego seja inferior de 34,59%, frente a 65,41% das médias e grandes empresas.

Tabela 2 – Número de Estabelecimento por Estrato de Tamanho e Emprego na Indústria de Calçados - 2006

Tamanho	Estabelecimentos		Emprego	
	N	%	N	%
Microempresa	7.238	77,09	33.814	11,02
Pequena	1.655	17,62	72.287	23,57
Média	403	4,29	79.931	26,05
Grande	93	1,00	120.759	39,36
TOTAL	9.389	100	306.791	100

Fonte: RAIS /MTE. 2006. Obs.: Grupo 153 e 154 – Fabricação de Calçados – Classificação Nacional da Atividade Econômica (CNAE – Versão 2.0) – Elaboração própria.

A análise apresentada neste artigo partiu-se de uma revisão teórica sobre arranjos produtivos locais² e conceitos correlatos. Para a coleta de informações, trabalhou-se com fontes primárias e secundárias.

A fonte primária baseia-se em parte dos resultados da pesquisa de campo no Arranjo Produtivo de Calçados de Goiânia – Goianira³, realizada entre os meses de outubro a dezembro de 2008. Os dados secundários foram obtidos na RAIS /MTE. No complemento da análise somaram-se as informações de especialistas do segmento e agentes institucionais locais.

Espera-se que o presente artigo possa contribuir para o conhecimento mais preciso do Arranjo Produtivo Local de Calçados de Goiânia-Goianira.

² O termo “Arranjo Produtivo Local” refere-se a “aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente, envolvem a participação e a interação de empresas (...) e suas variadas formas de representação e associação. Incluem, também, diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.” (LASTRES e CASSIOLATO, 2002)

³ A Pesquisa de campo é parte da Dissertação de Mestrado “Competitividade do Arranjo Produtivo Local de Calçados Goiânia – Goianira, (2002 a 2006), a obtenção da amostra e os resultados encontram-se detalhada em (DIAS, 2009).

1 - Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Calçados Goiânia - Goianira

1.1 Origem e desenvolvimento

A região de Goiânia desenvolveu – se impulsionada pela agropecuária, que favoreceu a imigração e investimentos para a região. Assim, pode ter sido o início da produção de calçados em Goiânia, que é paralela ao processo de evolução migratório, ou seja, pode ter sido iniciada em meados da década 1950, com os “botineiros” no município de Goiânia, tendo caráter artesanal voltada para o atendimento da demanda local e serviços de concertos de sapatos.

Em meados da década de 1960, o surgimento das atividades da indústria do curtume, que exportava couro, além, da sua produção destinava-se a inicialmente à confecção de selas, arreios e rédeas para montarias, muito utilizado no meio rural.

No período que vai do final da década de 1970 até meados da de 1980, ocorreu um leve crescimento das atividades de produção de calçados como resultado do crescimento da população e de empresários do setor, vindo principalmente de São Paulo e Minas Gerais. A produção goiana apresentou crescimento mais expressivo.

Já na década de 90 ocorreram grandes mudanças no setor calçadista, o segmento entrou em crise. Nesse momento de crise, muitos empregados saíram dessas indústrias e montaram as suas próprias empresas de fundo de quintal. Cabe ressaltar que foi nesse período que se ampliou a terceirização, com expansão das “facções” e de um grande contingente de informais. Muitas dessas indústrias de fundo de quintal, após um certo tempo, tornaram-se formais e algumas alcançaram sucesso.

O crescimento do número de empresas no arranjo a partir da década de 1990 e início da década de 2000 se

deram em função da capacitação formada localmente⁴ e que foi difundida em uma teia de relações pessoais e familiares que deu origem a novos empreendimentos. De uma forma geral, por uma experiência acumulada na produção de calçados, que foi passada em processo de difusão familiar de conhecimentos tácitos desta atividade. Um exemplo dessa experiência familiar é a da família “Torres”, que deu origem a dez indústrias diferentes.

Em 1999, empresários com dificuldades financeiras, na tentativa de buscar sobrevivência no mercado, se reuniram e adotaram uma ação conjunta deliberada⁵. Eles sabiam que teriam de buscar inovações, principalmente na redução dos custos. Assim, formaram uma comissão no sindicato (SINDICALCE), com apoio da FIEG, SEBRAE e SENAI e apresentaram o projeto de um Pólo Calçadista em Goianira para a Secretaria da Indústria e Comércio - SIC.

Atendendo a demanda dos empresários, o Governo de Goiás adquiriu um terreno com cerca de 150.000m², em 2001, onde implantou o Pólo Calçadista de Goianira. Com recursos do Tesouro Estadual, a Goiás industrial construiu 15 galpões e os negociou com as empresas que já atuavam em Goiânia e região. A partir de então, essas empresas, que já estavam organizadas em torno do SINDICALCE, passaram a ser foco dos órgãos governamentais. (MDIC, 2002)

No período da pesquisa encontraram-se treze empresas instaladas no Pólo Calçadista e dois galpões fechados. As empresas são: Cia do Porto, Scambo Indústria e Comércio de Cintos Ltda, Solidez Indústria e Comércio Exportação de Calçados Ltda, Makesulevam Indústria e Comércio de Cintos e Bolsas Ltda, Terra Brasil Calçados, Tamancos Bandeirantes Ltda, Aryetta Calçados Ltda, Ferrari Indústria e Comércio de Calçados Ltda, Paiva Indústria e Comércio de Artefatos

de Couro Ltda, Botanopé Indústria e Comércio de Calçados Ltda, Pólo Injetados de Termoplásticos Ltda, Ambra Acabamentos (tintas) e Lidercouro química.

1.2 Perfil do Arranjo Produtivo Local de Calçados de Goiânia – Goianira

A Figura 1 resume a estrutura de atores do arranjo. No centro estão as indústrias de calçados (ou partes dos sapatos), as empresas correlatas e de apoio (os fornecedores de matérias-primas, acessórios, os serviços), a mão-de-obra formal e informal (ou terceirizados que fazem o corte e as bordadeiras), esses geralmente são informais. No seu entorno imediato estão, de um lado, a estrutura de financiamento, e, de outro lado, a distribuição através das feiras, lojas, shopping e os representantes. Em seguida estão as diversas instituições governamentais e não governamentais de coordenação, apoio, fomento, capacitação de RH, P&D e outras que integram o arranjo.

Figura 1 - Estrutura do Arranjo Produtivo Local de Calçados de Goiânia - Goianira



Fonte: Elaboração própria

1.2.1 A indústria de calçados do estado de Goiás

A indústria de calçados do estado de Goiás é formada por 205 estabelecimentos, responsáveis pelo emprego formal de 1.666 trabalhadores. O Arranjo Produtivo Local de Goiânia – Goianira possui 150 estabelecimentos e 1.383 empregos, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, relativos a 2006. No entanto, este número não reflete a realidade das

⁴ Externalidades marshalliana (MARSHALL, 1985)

⁵ Ação conjunta deliberada (SCHMITZ, 1997)

indústrias de calçados, dado a existência de diversas indústrias que operam na informalidade.

A indústria em Goiás caracteriza-se pela predominância de microempresas (89,75%), no arranjo com (87,33%). Há, porém, um grande número de empresas informais, segundo estimativas do SEBRAE, SINDICALCE e das empresas correlatas e de apoio, cuja existência e atividades, como se verá, são fundamentais para o funcionamento do conjunto⁶.

Tabela 3 – Número de Estabelecimentos por Estrato de Tamanho e Emprego na Indústria de Calçados do Estado de Goiás - 2006

Tamanho	Estabelecimentos		Emprego	
	N	%	N	%
Microempresa	184	89,75	856	51,38
Pequena	20	9,76	708	42,50
Média	1	0,49	102	6,12
Grande	0	0	0	0
TOTAL	205	100	1666	100

Fonte: RAIS /MTE. 2006. Obs.: Grupo 153 e 154 – Fabricação de Calçados – Classificação Nacional da Atividade Econômica (CNAE – Versão 2.0) – Elaboração própria.

Tabela 4 - Número de Estabelecimento do Arranjo Produtivo Local Calçados Goiânia – Goianira por Estrato de Tamanho e Emprego - 2006

Tamanho	Estabelecimentos		Emprego	
	N	%	N	%
Microempresa	131	87,33	676	48,88
Pequena	18	12,00	605	43,74
Média	1	0,67	102	7,38
Grande	0	0	0	0
TOTAL	150	100	1383	100

Fonte: RAIS /MTE. 2006. Obs.: Grupo 153 e 154 – Fabricação de Calçados – Classificação Nacional da Atividade Econômica (CNAE – Versão 2.0) – Elaboração própria

O Arranjo Produtivo Local de Calçados de Goiânia – Goianira constitui-se na sua maior parte de microempresas 87,33%, com estabelecimentos atuantes principalmente na produção de calçados femininos ou de parte dos mesmos.

O crescimento do número de indústrias no arranjo a partir da década de 1990 e início da década de 2000 se deram em função da capacitação formada localmente, e que foi difundida em uma teia de relações pessoais e familiares.

⁶ Este trabalho foi realizado apenas no universo das empresas formais.

1.2.2 As empresas correlatas e de apoio

As empresas correlatas e de apoio no setor calçadista são curtumes, fornecedores ou representantes de insumos e componentes, tais como colas e adesivos, tinta, cabedal, solados, palmilhas, lojas de couro, têxteis, metais, formas e matrizes, acessórios para calçados entre outros.

Percebe-se uma importante característica do setor calçadista local que é a presença de indústrias correlatas e de apoio, notadamente de setores fornecedores de máquinas, equipamentos, insumos e componentes para calçados. Além dos agentes especializados na prestação de serviços diferenciados e de suporte às empresas.

Observou-se que a maioria das empresas correlatas e de apoio do APL está localizada no Setor Campinas, principalmente entre as Avenidas Castelo Branco e 24 de Outubro e também nos setores próximos. Essa concentração geográfica permite que as indústrias de calçados tenham acesso mais facilitado e a custos mais reduzidos a insumos e serviços do que se estivesse fora do arranjo.

1.2.3 Mão-de-obra formal e informal

Ligado à indústria de calçados encontra-se a mão-de-obra, tanto formal como informal, a produção de calçados caracteriza-se por constituir um processo de trabalho de natureza intensiva em mão-de-obra. Assim, apresenta elevado potencial de emprego como mostra a Tabela 6.

Quanto às características das relações de trabalho a pesquisa indicou elevada presença de contratos formais (40,48 % nas microempresas, 56,70 % nas pequenas e em Goianira 54,71%) e de terceirização (28,29% microempresas, 41,68% pequenas e 41,60 % Goianira). As terceirizações são fundamentalmente de trabalhadores informais, que fazem o corte (cabedal), as bordadeiras e também os soladores (montadores) de sapato. Cabe ressaltar que, em geral, são as mesmas

peças ou firmas que prestam serviços para várias empresas do Pólo.

Tabela 6 - Características das Relações de Trabalho das Indústrias do Arranjo Produtivo de Calçados de Goiânia - Goianira

Relação	Microempresa	Pequena	Goianira
	nº empregados (%)	nº empregados (%)	nº empregados (%)
Sócio Proprietário	7,52	1,13	3,05
Contratos Formais	40,48	56,70	54,71
Estagiários	0,19	0,37	0,13
Serviços temporários	15,52	00,00	0,25
Terceirizados	28,29	41,68	41,60
Familiares s/ contrato formal	8,00	0,12	0,26
Total	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo

Existe ainda um grande número de prestadores de serviços não formalizados em atividades como de facção de corte, montagem, acabamento, bordados, manutenção de máquinas e equipamentos, representação comercial e desenho de moldes.

Vale ressaltar que apesar de algumas empresas criticarem a informalidade, há, em geral, uma relativa aceitação na medida em que ela contribui para a redução de custos do setor formal e o prazo de entrega dos pedidos.

Quanto ao nível de instrução do pessoal ocupado, na maioria das empresas tem pelo menos o segundo grau incompleto. Observou-se a presença de um pequeno número de pessoas ocupadas com ensino superior. Esses, geralmente são os que trabalham na parte administrativa ou financeira.

Tabela 7 - Nível de Escolaridade do Pessoal Ocupado das Indústrias do Arranjo Produtivo de Calçados de Goiânia – Goianira

Escolaridade	Microempresa (%)	Pequena (%)	Goianira (%)
Analfabeto	00,00	00,00	00,00
Ensino Fundamental Incompleto	2,50	2,85	9,98
Ensino Fundamental Completo	17,86	13,38	13,02
Ensino Médio Incompleto	33,56	31,14	50,41
Ensino Médio Completo	37,73	46,93	19,39
Superior Incompleto	3,34	3,51	1,66
Superior Completo	5,01	2,19	5,54
Pós-Graduação	00,00	00,00	00,00
TOTAL	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa de Campo

O médio grau de escolaridade reflete o fato de que esta atividade, intensiva em mão-de-obra, requer um tipo de conhecimento diferente daquele encontrado nas empresas mais intensivas de capital. O aprendizado no arranjo ocorre através de processos informais de transmissão de conhecimentos tácitos e práticas no processo de produção (*learning-by-doing*). As habilidades são transferidas quase que naturalmente, já que as capacitações são formadas no próprio local de trabalho.

A sazonalidade do emprego é uma característica importante no arranjo. A maioria das empresas contrata mais no período que vai de setembro a dezembro, quando as vendas e a produção aumentam consideravelmente. Já o período de baixa vai de janeiro a fevereiro e de julho a agosto.

1.2.4 Canais de Comercialização e Financiamento

Os canais de comercialização dos produtos do arranjo são as lojas de comércio de sapatos, lojas próprias, as lojas dos *Shoppings*, as *Feiras da Lua* e *Feira Hippie* e diversas outras feiras existentes no município, além dos representantes. O financiamento geralmente é realizado pelos bancos comerciais, as indústrias de máquinas novas, além das “*factoring*” e dos próprios recursos dos empresários.

1.2.5 Instituições de Coordenação e Suporte

As principais instituições envolvidas com as atividades do setor calçadista no APL são: órgãos de classe como a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS), o Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás (SINDICALCE), a Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG) e a ACIEG; órgãos do governo estadual e municipal como a Secretaria de Indústria e Comércio do Estado de Goiás (SIC), Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN), Secretaria de Comércio Exterior (SECOMEX), Secretaria de Ciência e Tecnologia (SETEC), Secretaria da Fazenda, e as Prefeituras Municipais de Goiânia e Goianira;

instituições de capacitação como o Serviço de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE); órgãos federais como o Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ministério da Integração (MI) e a Agência de Promoção das Exportações e Investimentos (APEX); além de instituições financeiras como a Agência de Fomento de Goiás e o Banco do Brasil, entre outros.

A principal instituição de coordenação do APL é o SINDICALCE. O objetivo dessa instituição é estreitar os laços entre a indústria e o governo, promovendo parcerias visando sempre o desenvolvimento do setor como um todo, orientar seus associados em relação a eventos da área e prestar serviços de assessoria.

Entre as ações mais importantes desenvolvidas pelo SINDICALCE, a partir de 2000, estão: a criação e instalação do Pólo Calçadista, quatro feiras internacionais (Chile, Venezuela, Argentina, Alemanha), feiras nacionais (COUROMODAS e FRANCAL), três feiras no estado (GOIÁS COURO), parcerias com SENAI (cursos, realização de encontros de fornecedores de matérias-primas, suporte técnico e modelagem), discussões sobre a implantação em Goiás de um Centro Tecnológico em Calçados e Artefatos de Couro (CET), entre outras.

O apoio do SEBRAE-GO ao APL é realizado, principalmente, através do projeto MetrÓpole, criado em 2005. Esse projeto tem o objetivo de viabilizar os pequenos negócios de um mesmo segmento, organizando os mesmos em células. Essas células promovem cursos que auxiliam no planejamento e administração das empresas, workshops e visitas a feiras.

Outro parceiro importante é o SENAI. Através do Núcleo de Inovação e Design de Moda e Calçados, a instituição divulga o design entre os empreendedores do setor, produzindo protótipos e prestando informações e assessoria técnica/tecnológica. O SENAI possui uma

rede de laboratórios que auxiliam na execução dos vários serviços, com os seguintes laboratórios: *Design* e *CAD/CAM (Computer Aided Design/ Computer Aided Manufacturing)*.

Os cursos oferecidos ao arranjo pelo SENAI, em sua Faculdade de Tecnologia Ítalo Bologna, são: confeccionador de calçados femininos, cortador de calçados, *design* de calçados, modelagem e confecção de bolsas de couro, modelagem de calçados, modelista de calçados, preparador e pespontador de calçados e técnicas de colagem de calçados⁷.

Também, acontece na Faculdade Tecnológica Senai Ítalo Bologna, um Fórum de *Design* e Tecnologia de Materiais para Calçados e Acessórios, que é realizado duas vezes ao ano (outono-inverno e primavera-verão) para divulgar a moda em calçados. Empresários de pólos calçadistas de vários estados vêm participando desse fórum, que debate as tendências da moda para as próximas estações.

As universidades também têm sido parceiras importantes. A Universidade Federal de Goiás - UFG oferece o curso de graduação em *Design* de Moda (Bacharelado), com duração de quatro anos, oferecendo formação profissional para entrada imediata no mercado de trabalho. A Universidade Estadual de Goiás - UEG, por sua vez, criou o Curso Superior de Tecnologia em *Design* de Moda, na Unidade de Trindade, para atender os profissionais da moda. A Universidade Salgado de Oliveira oferece um curso de *Design* de Moda com duração de três anos. O curso está estruturado para a formação de profissionais dos diversos setores da moda. Proporciona um conhecimento geral da estrutura da moda nacional e internacional ao aluno, com base em teoria e experiências práticas em laboratórios.

⁷ Informações obtidas no site www.senaigo.com.br

2- As Principais Vantagens da Localização do Arranjo Produtivo Local de Calçados Goiânia – Goianira

As principais vantagens em relação à localização das empresas percebidas pelos empresários foram a disponibilidade de mão-de-obra qualificada e o baixo custo de mão-de-obra.

Outras vantagens de localização apontadas como de alta importância pelos empresários são a proximidade com os fornecedores de insumos e matéria-prima, a proximidade com clientes/consumidores e infra-estrutura física, assim como proximidade com produtores de equipamentos, disponibilidade de serviços técnicos especializados, existência de programas de apoio e promoção, microempresas. A proximidade com universidades e centros de pesquisa também é considerada relevante para a competitividade das empresas.

O peso das transações realizadas localmente também é um fator importante para a competitividade do arranjo. As principais transações comerciais locais, identificadas pela pesquisa, foram as vendas de produtos e aquisição de insumos e matéria-prima, especialmente por parte das microempresas. Estas compram praticamente todos os seus insumos no município, principalmente no Setor Campinas (Tabela 8).

Tabela 8 - Índice das Transações Comerciais Realizadas no Local pelas Indústrias do Arranjo Produtivo Local de Calçados de Goiânia-Goianira

Tipos de transações	Micro	Pequena	Goianira
Aquisição de insumos e matéria prima	0,84	0,52	0,47
Aquisição de equipamentos	0,84	0,52	0,35
Aquisição de componentes e peças	0,87	0,52	0,47
Aquisição de serviços (manutenção, marketing, etc.)	0,79	0,53	0,65
Vendas de produtos	0,98	0,93	0,71

Fonte: Pesquisa de Campo

*Índice = $(0 \cdot N^{\circ} \text{ NULAS} + 0,3 \cdot N^{\circ} \text{ Baixas} + 0,6 \cdot N^{\circ} \text{ Médias} + N^{\circ} \text{ Altas}) / (N^{\circ} \text{ Empresas no Segmento})$

Diferentemente das microempresas, para as pequenas empresas e as do Pólo Calçadista de Goianira, os índices de importância são baixos para aquisições de insumos e matérias-primas (0,52 e 0,47). Elas compram

a maioria dos seus insumos em outros estados, principalmente em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Uma das principais dificuldades para os produtores locais é a do acesso ao couro acabado. Segundo os empresários, apenas um curtume local, situado no município de Aragoiania, fornece couro para estas empresas. A maior parte do couro utilizado, entretanto, é adquirida de representantes de curtumes de outros estados ou de revendedores, a preços elevados.

Em relação à venda de produtos, quase todos dos entrevistados das microempresas apontaram alta relevância a venda de seus produtos localmente (índice de 0,98). Já para as pequenas empresas e as de Goianira o mercado local tem menor relevância, e as vendas são destinadas principalmente para fora do Estado e, em menor escala, para o exterior (Tabela 9).

Tabela 9 - Destino da Produção das Empresas do Arranjo Produtivo Local de Calçados de Goiânia-Goianira

Destino das vendas	Local	Estado	Brasil	Exterior
Microempresa	71%	9%	20%	0
Pequena	40%	5%	50%	5%
Goianira	20%	5%	65%	10%

Fonte: Pesquisa de Campo

A produção das microempresas destina-se ao mercado interno, sendo que as vendas no local sempre foram muito importantes para a sobrevivência destas. As microempresas utilizam mais de um canal de comercialização para seus produtos. O principal canal utilizado é a da venda em ponto fixo ou em lojas próprias⁸. Essas vendas são para o consumidor final, as “sacoleiras” e os lojistas. Cabe destacar a importância das feiras locais, principalmente as *Feiras da Lua e Hippie*. Segundo relato dos empresários, as vendas realizadas nas feiras são na maioria “vendas a vista”, e, são de grande relevância para sobrevivência da empresa.

Um importante aspecto verificado na comercialização da

⁸ Seis indústrias pesquisadas têm até duas lojas na Avenida Bernardo Sayão.

produção do arranjo é o escoamento de quase 50%⁹ para fora do Estado. Entretanto, as vendas são realizadas dentro do arranjo, as sacoleiras vêm em excursões¹⁰ das regiões norte e nordeste, além dos estados do Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Interessante notar que estas regiões são percebidas como uma opção estratégica de mercado.

Já, a produção das pequenas empresas e as do Pólo Calçadista de Goianira é voltada para o mercado nacional, que é atingido por meio de representantes comerciais que vendem por catálogos ou mostruários, *sites* das empresas e as feiras nacionais do setor (COUROMODAS, FENAC e FRANCAL), através de pedidos sob encomenda. A comercialização da produção local representa pequena parcela do total das vendas e o canal de vendas locais são as lojas especializadas em calçados ou lojas próprias nos *Shoppings* da cidade.

As exportações representam uma parcela pequena no volume das vendas, apenas duas empresas comercializavam mais de 80% de sua produção para o mercado externo, o restante comercializa em torno de 5% a 10%. Vale ressaltar que apenas as pequenas empresas e as de Goianira têm escoado uma parte da sua produção ao mercado externo. Contudo a maioria que já exportou o fez em volume muito pequeno em relação à sua capacidade de produção e reclamam dos entraves às exportações.

3 – Políticas Públicas

Na investigação sobre a eficiência de quais políticas públicas que poderiam contribuir para o aumento da eficiência competitiva das empresas do arranjo,

⁹ Informação obtida com os microempresários que têm lojas na Avenida Bernardo Sayão.

¹⁰ As excursões acontecem todas as semanas, elas chegam quase sempre nas quinta feira e retornam no domingo. O setor calçadista aproveita a sinergia do setor de confecção. Nessas excursões são para compras de roupas, calçados e bijuterias.

coerentemente com os diagnósticos que têm sido realizados no âmbito do APL, os empresários destacam, de modo geral, com quase a mesma ordem de importância, todas as ações sugeridas conforme a Tabela 10. Todavia, aparecem com certo destaque as linhas de crédito e outras formas de financiamentos e incentivos fiscais.

Tabela 10 Índice de Políticas Públicas para Aumento da Eficiência Competitiva* das Empresas do Arranjo Produtivo Local de Calçados de Goiânia – Goianira (2002 a 2006)

Ações de políticas	Micro	Pequena	Goianira
Programas de capacitação profissional e treinamento técnico	0,83	1	1
Melhoria na educação básica	0,79	1	1
Programas de apoio a consultoria técnica	0,85	1	1
Estimulo à oferta de serviços tecnológicos	0,85	1	1
Programas de acesso à informação (produção, tecnologia, mercado, etc.)	0,83	1	1
Linhas de crédito e outras formas de financiamento	0,87	1	1
Incentivos fiscais	0,87	1	1
Políticas de fundo de aval	0,83	1	1
Programas de estímulo ao investimento (venture capital)	0,83	0,93	0,91
Outros (especifique)	0	0	0

Fonte: Pesquisa de Campo

*Índice = $(0 \cdot N^{\circ} \text{ NULAS} + 0,3 \cdot N^{\circ} \text{ Baixas} + 0,6 \cdot N^{\circ} \text{ Médias} + N^{\circ} \text{ Altas}) / (N^{\circ} \text{ Empresas no Segmento})$

Observou-se um grande desconhecimento das políticas públicas de incentivos fiscais financeiros e creditícios por parte das empresas. O acesso ao crédito no arranjo se dá através dos bancos comerciais, no qual as empresas mantêm suas contas correntes. Na maioria das vezes o capital de giro utilizado pelas empresas é através dos cheques pós-datados dos clientes, desconto de duplicatas e os adiantamentos do cartão de crédito.

O Banco do Brasil é a principal instituição lembrada pelos empresários que exportam para a obtenção de crédito tanto para capital de giro quanto para estímulo a

exportação¹¹. De modo geral, os empresários utilizam os bancos comerciais como citado.

As dificuldades de acesso ao crédito, muito especialmente àquele destinado a capital de giro, é um dos mais importantes entraves ao desenvolvimento do arranjo, com já ficou evidente em vários momentos da pesquisa. Perguntados sobre quais são os principais obstáculos que limitam o acesso a fontes externas de financiamento, os empresários responderam que as dificuldades não estão principalmente na inexistência de linhas de crédito (0,88, 0,93 e 0,96)¹², mas sim nos entraves burocráticos, assim como nas elevadas exigências de aval e/ou garantias por parte das instituições de financiamento (Tabela 11).

Tabela 11 Os Principais Obstáculos que Limitam o Acesso das Empresas as Fontes Externas de Financiamento das Empresas do Arranjo Produtivo Local de Calçados Goiânia-Goianira

Limitações	Micro	Pequena	Goianira
Inexistência de linhas de crédito adequadas às necessidades das empresas	0,88	0,93	0,96
Dificuldades ou entraves burocráticos para se utilizar as fontes de financiamento	0,88	0,88	0,96
Exigência de aval/garantias por parte das instituições de financiamento	0,88	0,88	0,96
Entraves fiscais que impedem o acesso às fontes de			
Financiamento	0,8	0,93	0,96
Outras. Especifique	0	0	0

Fonte: Pesquisa de Campo

*Índice = $(0 \cdot N^{\circ} \text{ NULAS} + 0,3 \cdot N^{\circ} \text{ Baixas} + 0,6 \cdot N^{\circ} \text{ Médias} + N^{\circ} \text{ Altas}) / (N^{\circ} \text{ Empresas no Segmento})$

Considerações Finais

Diante do exposto, fica evidenciado que o Arranjo Produtivo Local de Calçados de Goiânia – Goianira teve

¹¹ Adiantamento sobre Contratos de Câmbio (ACC) que consistem na antecipação total ou parcial de recursos financeiros ao exportador.

¹² Índices de importância atribuídos, respectivamente, por micro, pequenos empresários e os de Goianira, às dificuldades mencionadas.

sua formação impulsionada pela agropécua, que favoreceu a imigração e investimentos para a região.

Há várias instituições presentes no sentido de promover e desenvolver o arranjo. O Estado e as instituições do em torno do arranjo se esforçam no fomento das atividades do setor. Contudo verificou-se a falta de coordenação entre elas. Os mais presentes são o SEBRAE e o SENAI.

As principais vantagens em relação à localização das empresas apontadas na pesquisa de campo foram à disponibilidade de mão-de-obra qualificada e baixo custo de mão-de-obra.

Existem, contudo, dificuldades que limitam a capacidade competitiva das empresas. Uma das principais dificuldades para os produtores locais é a do acesso ao couro acabado. A maior parte do couro utilizado é adquirida de representantes de curtumes de outros estados ou de revendedores, a preços elevados.

As possibilidades de crescimento e sustentação do Arranjo Produtivo Local de Calçados de Goiânia - Goianira está na ampliação das relações entre os elos da cadeia produtiva, principalmente com os fornecedores de couro. Nesse sentido, o espaço para políticas públicas para o desenvolvimento do arranjo parece ser bastante significativo.

Por fim, conclui-se que o desconhecimento e falta de parceria indicam uma falta de visão do grande espaço potencial para ações conjuntas que beneficiem a todos. Entretanto, observou-se que o arranjo analisado ainda encontra-se na fase inicial de desenvolvimento.

Referências

DIAS, Neide Selma N. O. **Competitividade do Arranjo Produtivo Local de Calçados Goiânia – Goianira, (2002 a 2006). 2009.** Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – Departamento de Economia. Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

LASTRES, Helena M.M; CASSIOLATO, J. **Interagir para competir. Promoção de arranjos produtivos e inovativos no Brasil**. Brasília: CNPq/FINEP/SEBRAE, 2002

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Nova Cultura. 8ª Ed., 1985

MDIC – **MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO**. 2002. Disponível em: <http://www.pee.mdic.gov.br/arquivo> Acesso em 20/03/2007

RAIS/MTE - **Relação Anual de Informações Sociais/Ministério do Trabalho e Emprego**, “Pesquisa Anual

de Emprego”, 2006. Disponível em <http://WWW.mte.gov.br/geral/estatisticas.asp> e <http://www.rais.gov.br> . Acesso em 31/08/2008

SEBRAE - **Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa** Disponível em: <WWW.sebraego.com.br> Acesso em 28/11/2008 ;

SENAI - **Serviço de Aprendizagem Industrial** Disponível em <WWW.senaigo.com.br> Acesso em 28/11/2008

SCHMITZ, H. **Eficiência coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte**. Ensaios FEE. Porto Alegre, v.18, n.2. Pág. 164 – 200. 1997

Capital Humano e Desenvolvimento do Agronegócio no Sudoeste de Goiás



Wdson Francisco Faria Guimarães¹

Resumo: O presente trabalho busca denotar a relevância devida ao capital humano ora denominada de recursos humanos no contexto do agronegócio brasileiro e especificamente no sudoeste goiano. A gestão de pessoas neste setor econômico deve permear sua valorização por se caracterizar num setor peculiar e de demandas elevadas quanto ao treinamento e instrução de seu pessoal ativo. Contempla algumas Instituições promotoras de ensino e pesquisa na região analisada.

Palavras – chave: gestão de pessoas, agronegócio, capital humano e socioeconomia.

Introdução

Na última década, observou-se uma significativa conscientização dos empresários brasileiros, inseridos no complexo agroindustrial, no que se refere à promoção de uma visão sistêmica das diferentes cadeias produtivas que compõem este setor. A articulação dos seus principais segmentos constituintes teve como resultado objetivo o aumento da competitividade e o ótimo desempenho do agronegócio no âmbito da economia nacional e internacional.

Tal movimento efetiva-se, no entanto, de forma heterogênea, conforme características singulares da região em que se desenvolve, sendo priorizadas, em grande medida, as potencialidades e os aspectos socioeconômicos locais. Neste contexto, fica evidenciada a enorme diversidade regional, o que impõe, por suposto, a elaboração de estratégias particulares de desenvolvimento. Em algumas regiões este processo ocorre de forma acelerada, exigindo dos

representantes setoriais um profundo conhecimento e sensibilidade na identificação dos problemas a serem suplantados.

Neste sentido, o investimento em capital humano constitui um dos parâmetros comparativos que melhor reflete, na conjuntura atual, diferenças inter-regionais no âmbito do agronegócio, pois:

o capital intelectual, em todas as épocas, tem representado um dos mais relevantes e básicos fatores de desenvolvimento das sociedades. Atualmente, porém, aumenta cada vez mais sua importância, sobretudo nas organizações econômicas da emergente Sociedade do Conhecimento (PINHO, 1988, p. 4).

Entretanto, para alguns, “tratar os seres humanos como riqueza que pode ser ampliada por investimento é um ato contrário a valores fundamentalmente arraigados” (SCHULTZ, 1973, p. 33).

1 Contextualização dos Recursos Humanos

A importância do investimento em capital humano como elemento catalisador do desenvolvimento econômico observado na microrregião Sudoeste de Goiás, sobretudo, no que se refere aos setores pertencentes ao agronegócio, constitui atualmente o ponto lógico e decisivo que ora conduz positivamente o setor ao seu desenvolvimento, ora o leva a situações indesejadas sob o ponto de vista administrativo e financeiro.

O agronegócio constitui-se, efetivamente, o maior setor econômico do planeta, superando, por exemplo, os setores petroquímico, de telecomunicações, automobilístico e de energia. Dados de 2006 do Banco Mundial (PRADO, 2008) mostram um PIB global da

¹ Administrador, MBA em Gerenciamento Empresarial e Financeiro / FESURV - Universidade de Rio Verde. E-mail: wdsonfrancisco@yahoo.com.br

ordem de US\$ 30 trilhões, onde o agronegócio representa cerca de 22% deste valor (US\$ 6,6 trilhões).

De acordo com as projeções feitas pela Harvard Business School (PRADO, 1999), o crescimento previsto para o agronegócio mundial nas próximas três décadas é de 1,46% ao ano, chegando em 2028 a US\$ 10,2 trilhões. O autor segue afirmando que o segmento desfrutará de maior crescimento é o comumente chamado “depois da porteira” (processamento e distribuição), que deverá duplicar sua participação no montante geral, passando dos atuais US\$ 4 trilhões para US\$ 8 trilhões. Este crescimento permite vislumbrar que as melhores oportunidades de negócios estarão voltadas para estes segmentos.

Partindo desta perspectiva realista e otimista, cresce em importância a construção de vantagens competitivas, decorrentes da maior produtividade no uso dos fatores de produção, principalmente através da tecnologia e da inovação, num ambiente de globalização econômica com as empresas dispersando suas atividades de suprimento de insumos e de acesso a maiores e novos mercados, no sentido de ampliar a escala de suas operações.

Neste cenário, o agronegócio brasileiro tem se apresentado como um dos mais competitivos do mundo, principalmente, a partir do processo de abertura econômica implementado no início da década de 90. A exposição da economia à competição com o exterior impôs ao país, de modo geral, e ao complexo agroindustrial, em particular, a busca de padrões superiores de eficiência econômica.

Como resultado objetivo da competitividade alcançada pelo agronegócio brasileiro, cabe aqui destacar que, em 2008, este setor no Brasil foi responsável por um superávit comercial de aproximadamente US\$ 14 bilhões, valor mais do que suficiente para financiar o déficit comercial registrado naquele ano de US\$ 636 milhões (ABAG, 2009).

Alguns autores têm afirmado que há um potencial de crescimento enorme para o agronegócio nacional. Investimentos em qualidade e diferenciação de produtos e uma maior agressividade por parte dos empresários na conquista de novos mercados consumidores, seguramente, melhorarão ainda mais os números apresentados acima.

2 - O Agronegócio no Sudoeste de Goiás: Dinâmica Socioeconômica

A microrregião Sudoeste de Goiás, que vem se destacando em nível nacional como pólo de desenvolvimento do agronegócio, constitui-se um exemplo real das transformações ocorridas no setor agropecuário brasileiro. Com uma produção de 4,126 milhões de toneladas anuais de milho e soja numa área cultivada de 1.227.118 ha, o Sudoeste de Goiás é a maior região produtora destes grãos, com 38,4% e 51,6%, respectivamente, da produção total do estado (IBGE, 2008). Tal magnitude, fortalece o elo da cadeia produtiva de suínos e aves, que tem aproveitado essa eficiência produtiva levando a microrregião a inserir-se no comércio internacional com produtos de maior valor agregado.

O Sudoeste de Goiás possui uma área de 27.473 milhões de ha, o que representa 16,34% da área total do Estado. Há na região uma competição de culturas, com a produção de soja e milho superando as demais, em função dos grandes investimentos realizados, que permitem a utilização de tecnologias avançadas com a finalidade de agregar valor aos produtos da microrregião.

A instalação no ano de 1998 de uma unidade do Frigorífico Perdígão no município de Rio Verde ampliou o espaço de atuação das culturas de soja e milho para a criação de suínos e aves, atividades que podem ser desenvolvidas por pequenos agricultores sob o sistema de integração.

Assim é que entre os anos de 2000 a 2007, o rebanho de suínos cresceu a uma taxa anual média de 24,89%,

passando de 103 mil cabeças em 2003 para 251 mil em 2007. Ainda mais expressivo foi o crescimento do rebanho de aves no mesmo período. Em 1996 o rebanho era de 475 mil animais passando para 6 milhões e 63 mil em 2006, crescendo a uma taxa anual média de 88,83% (ABAG, 2008).

Outras empresas agroindustriais se instalaram na região, atraída pela dinâmica da cultura dos grãos e, acabaram por complementar as cadeias agroindustriais. Desta forma, a microrregião do Sudoeste de Goiás abriga os agriclusters de grãos, aves e suínos, à medida que nela é possível trabalhar com custos de produção competitivos. Por outro lado, tal competitividade é alcançada em função da associação do investimento em capital humano e da geração e difusão de tecnologias.

No que diz respeito à empregabilidade, pode-se considerar que as empresas do Sudoeste de Goiás estão contratando mais funcionários do que demitindo. Segundo as informações do IBGE (2005), o número de funcionários admitidos no ano 2000 foi de 21.930, apresentando um crescimento de 34% em relação ao ano de 1999. Entretanto, no mesmo período, 19.917 funcionários foram desligados de seu emprego. Isso evidencia um saldo positivo na oferta de empregos na região que resultou na absorção de mais 2.013 funcionários, no ano de 2000.

Dentre os municípios da microrregião do Sudoeste de Goiás que intensificaram a contratação de funcionários, Rio Verde destaca-se, pois houve um saldo positivo de 1.025 vagas entre os funcionários admitidos e desligados, um crescimento de 180% em relação ao ano de 1999. Outros municípios que contribuíram para o aumento de empregos na região foram Jataí e Santa Helena de Goiás, respectivamente, responsáveis por um acréscimo de 380 vagas e 331 vagas no ano 2000.

Em relação ao contingente de pessoas ocupadas na microrregião do Sudoeste de Goiás, dados do IBGE (2005) revelam que 34.295 pessoas foram absorvidas pelo mercado de trabalho, representando 9,96% da

população do Sudoeste de Goiás. Entretanto, o pessoal ocupado assalariado, representa apenas 7,54% do total desta população. Portanto, verifica-se que há uma diferença de 8.345 pessoas que estão ocupadas no mercado de trabalho, mas não aparecem nos registros do IBGE, como assalariadas.

A análise percentual da população ocupada das diversas cidades do Sudoeste revela que o município de Rio Verde emprega o maior número de pessoas (37,89%) do total da população, seguido pelos municípios de Jataí (24,96%) e Mineiros (12,68%). Nestas três cidades, o setor que mais emprega é o comércio. No município de Rio Verde, depois do comércio, a ocupação da população concentra-se nas indústrias de transformação (17,14%) e no setor de transporte, armazenagens e comunicações (4,02%). No município de Jataí, ocorre a mesma situação, sendo a indústria de transformação responsável por 17,99% da ocupação da população e o setor de transporte, armazenagens e comunicações, por 5,47%.

Feitas estas considerações sobre os recursos humanos, no que diz respeito aos setores que absorvem a mão-de-obra da região, passar-se-á agora a análise do capital humano, ou seja, de profissionais ligados diretamente às atividades dos agriclusters do Sudoeste de Goiás.

3 - Capital Humano para os Agriclusters do Sudoeste de Goiás

As empresas do agronegócio mundial, nesse limiar de século, têm experimentado grandes mudanças no que diz respeito à gestão organizacional. Os avanços tecnológicos de outros setores, como a biotecnologia e a comunicação são responsáveis por transformações na organização interna e externa dessas empresas.

Desta forma, o perfil do profissional que trabalha no agronegócio também mudou. Essas empresas atuam de forma sistêmica. Assim, além da especialização, as empresas esperam contar com o conhecimento multidisciplinar e a subjetividade desses profissionais,

pois é imprescindível que estes compreendam o processo que acontece em cada elo que envolve o seu setor.

Tabela 1 – Instituições de Ensino Superior e os cursos oferecidos para o ano de 2009

Universidades (Instituições)	Cursos	Cidade
FESURV – Universidade de Rio Verde	Administração: pública e privada, Biologia, Agronomia, Economia, Zootecnia, Matemática, Contabilidade, Direito e Ciência da Computação, Enfermagem, Engenharia Mecânica e Ambiental, Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Geografia, Farmácia, Design, Gestão de Agronegócios, Letras, Psicologia, Secretariado executivo e tecnólogo em processos gerenciais.	Rio Verde
UEG	Administração em Agronegócios, Matemática, Sistemas de Informação, Engenharia Agrícola, Pedagogia, Agronomia, Biologia, Veterinária, Matemática, Geografia, Ciências da Computação, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Física, História, Letras, Pedagogia, Psicologia, Química e Zootecnia.	Santa Helena de Goiás
UFG		Jataí
(IESRIVER) Faculdades Objetivo	Administração com habilitação em comércio exterior e com habilitação em marketing, Enfermagem.	Rio Verde
Faculdade Almeida Rodrigues - FAR	Administração em Agronegócios e Administração Análise de Sistemas	Rio Verde
FIMES	Administração: privada e pública, agronomia, ciências contábeis, gestão em agronegócio, gestão em marketing e vendas, Sistema de informações, Ciências da Computação, Contabilidade, Direito e Engenharia Florestal	Mineiros
CESUT	Administração e Direito Superiores: Agronegócio, Agronomia, Engenharia de Alimentos, Gestão Ambiental,	Jataí
IFET	Licenciatura/Bacharelado em Ciências Biológicas e Química, Produção de grãos e Zootecnia, além de cursos técnicos e EJA.	Rio Verde

Fonte: ABAG, 2009.

Nesse sentido, o Sudoeste de Goiás oferece, através de suas várias instituições de ensino superior, cursos que vêm atender a demanda por profissionais qualificados para os agriclusters da região. Além dos centros universitários que realizam diversas pesquisas, a região conta com escolas técnicas para a formação de profissionais técnicos e, também com centros de pesquisas, como o CT – Centro Tecnológico da Cooperativa Comigo e futuramente com a Plataforma

Tecnológica, projeto no qual, estão incluídos órgãos públicos e o setor privado, cuja principal finalidade é o desenvolvimento dos agriclusters da região através da realização de pesquisas. Há ainda pesquisas desenvolvidas pela Embrapa em parcerias com as universidades da região, pesquisas da Coodetec, CPTA e Fundação GO.

Além das instituições que oferecem curso superior, a microrregião conta ainda como o Instituto Federal Goiano antigo CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica com cursos profissionalizantes nas áreas de tecnologia de produção de grãos, agricultura, agroindústria, agropecuária, zootecnia, gestão empresarial e contabilidade. O município de Jataí também contempla outra unidade da mesma instituição Federal, a qual oferece cursos técnicos de agrimensura, edificações e eletrotécnica e sistemas de informações.

Pode-se ver pela Tabela 1, que a região conta com diversos cursos em nível superior que ofertam profissionais diretamente ligados aos agriclusters. Além das instituições de ensino superior da região, há uma proximidade muito grande com a capital do Estado (Goiânia) e também com Brasília, que contam com outras importantes universidades que fornecem profissionais para a região. O Sudoeste de Goiás é atendido também com cursos de pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, além de contar com vários estabelecimentos que oferecem cursos de línguas e informática.

Desta forma, a região tem atendido parte da demanda de profissionais para as principais áreas do agronegócio, a saber: transporte, armazenagem e distribuição, área financeira, agroalimentar, pesquisa e consultoria, agropecuária e cooperativas e comércio exterior.

Dentre os profissionais que atuam no agronegócio da região, destacam-se os profissionais das áreas de agronomia e das engenharias (civil, elétrica, mecânica etc). Segundo informações do CREA-GO, o município de Rio Verde, conta com 409 profissionais registrados, Jataí, Mineiros e Santa Helena de Goiás,

respectivamente, com 279, 154 e 102, sendo estes os mais importantes.

Para BATALHA (2005, p.112),

o sistema produtivo atual exige do profissional moderno, uma visão abrangente de todo o sistema produtivo no qual está inserido, com a intenção de prever as mudanças de mercado, adotando uma postura pró-ativa de trabalho, antecipando-se aos fatos e indicando soluções aos novos problemas que se apresentam.

Neste sentido, as empresas do agricluster da microrregião Sudoeste de Goiás que demandam profissionais com tal perfil devem estar atentas quanto à formação acadêmica e técnica dada pelas Instituições de Ensino da região. A articulação e a troca de informações entre estes segmentos propiciarão a indicação de deficiências e a proposição de soluções no âmbito da formação de futuros profissionais para o agronegócio.

4 - Considerações Finais

O ambiente propício para o surgimento de vantagens competitivas encontrado na microrregião Sudoeste de Goiás foi construído a partir da associação entre o investimento em capital humano e a geração e difusão de tecnologias produtivas modernas.

Na realidade, esta associação configura-se como produto e também, como causa da dinâmica de desenvolvimento regional. É produto porque, em condições normais, foi realizada a partir das exigências sugeridas por novas necessidades, inerentes ao próprio processo de desenvolvimento econômico. É causa porque, ao se efetivar, coloca à disposição dos segmentos envolvidos no agronegócio local, novas possibilidades de desenvolvimento, implicando, inclusive, novas exigências, mediações e determinações, o que poderá e, certamente, levará, no tempo, a necessidade de uma associação qualitativamente nova.

Desta forma, o aumento da força competitiva do agronegócio depende de empresas competitivas; cadeias produtivas e agricluster competitivos;

localizações competitivas; e pessoas competitivas. Nesta perspectiva de análise é o elemento humano que faz a diferença, que define políticas e organizações econômicas eficientes, que na microeconomia das empresas reduz custos, diferencia produtos, inova em processos e atende as necessidades dos consumidores com produtos de qualidade, que treina e desenvolve pessoas e lidera organizações para a construção do futuro.

Neste sentido, o desenvolvimento e a incorporação de capital humano no agricluster do Sudoeste de Goiás, sem dúvida, configuram-se como elemento fundamental para sustentar a dinâmica econômica regional, porém, não devem ser subsumido, mas sim, analisados e interpretados à luz do processo histórico em que se manifesta.

5 - Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS - ABAG. Disponível em: <<http://www.abag.com.br>> Acesso em :15/04/2009.

BATALHA, M.O. (Coord.). Gestão agroindustrial. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2005. v.1 e 2.

BATALHA, M.O. (Coord.). Recursos humanos para o agronegócio brasileiro. Brasília: CNPq, 2005.

HADDAD, P. R. A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil: estudos de clusters. Brasília: CNPq/EMBRAPA, 2005.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 20/04/2009.

PINHO, D.B. Capital intelectual. Revista Cultura & Saúde. São Paulo, p.04, jul./set., 1988.

PRADO, M. O agribusiness em um mundo globalizado. In: PINAZZA, L.A., ALIMANDRO, R. Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: agronegócio no terceiro milênio. Rio de Janeiro: ABAG e IBRE-FGV, Rio de Janeiro, p. 137 – 150, 2008.

SCHULTZ, T.W. O capital humano: investimentos em educação e pesquisa. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1973.

Normas para publicação de artigos

O Boletim Conjuntura Econômica Goiana, editado pela Superintendência de Estatística Pesquisa e Informação, da Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás (SEPLAN), em português, sob a forma de artigos versando sobre aspectos econômicos e sociais de Goiás.

Os artigos são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

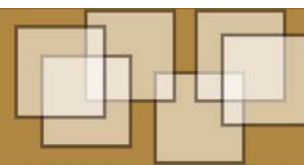
Padrão para envio de artigos:

- Resumo contendo no máximo 10 linhas e palavra-chave;
- Formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 15 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, tabelas, gráficos e referências bibliográficas;
- Identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, e-mail e telefone;
- Arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à SEPIN, ou cópia magnética enviada para o e-mail: conjuntura@seplan.go.gov.br;
- Tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentadas no corpo do texto;
- Notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- Citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- Referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Seplan-GO.



Sepin
Superintendência de Estatística,
Pesquisa e Informação





**GOVERNO DO
ESTADO DE GOIÁS**

Desenvolvimento com Responsabilidade